



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

AMANDA FERNANDA COSTA LEAL

**TRABALHO E MIGRAÇÃO: A VILA DE SANTA FILOMENA DO
PIAUÍ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.**

PICOS, PI
2016

AMANDA FERNANDA COSTA LEAL

**TRABALHO E MIGRAÇÃO: A VILA DE SANTA FILOMENA DO
PIAUI NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em História, do Campus Senador Helvídeo
Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí,
para obtenção do título de Licenciatura plena em
História.

Orientação do Professor Ms. Francisco Gleison da
Costa Monteiro

PICOS, PI
2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

P654n Leal, Amanda Fernanda Costa.

Trabalho e Migração: A Vila de Santa Filomena do Piauí na
segunda metade do século XIX. / Amanda Fernanda Costa . –
2016.

CD-ROM : 4 ¾ pol. (95 f.)

Monografia (Licenciatura em História) – Universidade
Federal do Piauí,

Orientador: Prof^o. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro

1. Trabalho-Piauí. 2. Migração-Piauí. 3. Comercio Interno.
I. Título.

CDD 370.71



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cicero Duarte Nº 905, Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Ao três (03) do mês de Março de 2016, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Amanda Fernanda Costa Leal** sob o título **TRABALHO E MIGRAÇÃO: a vila de Santa Filomena do Piauí na segunda metade do século XIX**.

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Me. Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador 1: Prof. Me. Rodrigo Gerolineto Fonseca
Examinador 2: Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe
Suplente: Prof. Me. Mairton Celestino da Silva

Deliberou pela aprovação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,0.

Picos (PI), 03 de Março de 2016

Orientador (a): Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador (a) 1: Agostinho Júnior Holanda Coe
Examinador (a) 2: Rodrigo Gerolineto Fonseca

À História que me oportunizou chegar até aqui, aos meus pais pela dedicação e trabalho diário que tem sido inspiração para mim, à minha irmã, e ao Sharle, que através de sua companhia, torna os meus dias mais felizes.

AGRADECIMENTOS

A todo tempo procurei e confiei em Deus. “Deleitai também no senhor, e ele concederá o que deseja o teu coração” Sl: 37: 4. Essa conquista é para testemunhar o agir de Deus na minha vida, a quem sigo constantemente. Acredito que todos os nossos sonhos e propósitos são realizados conforme o tempo determinado por Deus.

Após todos os anos necessários a minha graduação e muitos desafios superados, é chegado o momento de agradecer a todos aqueles que colaboraram para a realização deste sonho.

À minha mãe Teodora e ao meu pai João Bosco, por serem o meu porto seguro. Grata sou pelo amor e dedicação, pelo apoio em momentos difíceis, pelas palavras de incentivo que me motivaram a seguir frente ante os desafios na busca por uma profissão. Posso dizer que os princípios que me ensinaram corroboraram para me tornar a pessoa que sou.

À minha irmã Ysla por estar presente em minha vida, me apoiando em momento de angústias.

Ao Sharle Degou, por ser um dos maiores incentivadores, sempre oferecendo palavras sinceras e animadoras que me fizeram pensar de maneira positiva, na certeza da conquista.

Aos meus amigos e irmãos da Segunda Igreja Batista, por compreenderem minha ausência nos encontros de jovens.

Aos amigos que conquistei ao longo dessa trajetória: Renata, Robson Fernandes, Jaílson, Francisca, Nádia, Walton, Mariana, Jesca, Francimar, Isabel, em especial a Cássia, Geiciane, Sibely, Neurivan e João, por estarmos juntos compartilhando momentos alegres e difíceis durante toda a formação.

Não poderia deixar de mencionar os colaboradores do Arquivo Público do Estado do Piauí, seu Sebastião e Maria de Jesus, pela gentileza da receptividade, bem como a

prontidão no atendimento a mim concedida na ocasião do acesso aos documentos necessários a esta pesquisa.

Ao NUPEM, nas pessoas dos professores Gleison Monteiro, José Lins e Johny Santana, pelas leituras e conhecimentos científicos que muito acrescentaram à realização desse trabalho.

Aos membros do NUPEDOCH, em nome dos professores Agostinho Coe e Mairton Celestino, pelo acolhimento e por terem oportunizado o acesso ao curso de Paleografia, que muito facilitou a interpretação dos documentos contidos nesta escrita.

A todos os professores: Rodrigo Gerolineto, Ana Paula, Fábio Leonardo, Agostinho Coe, Carla Oliveira, Mairton Celestino, por compartilharem valiosos conhecimentos durante todo o curso, contribuindo para o meu crescimento intelectual como futura professora de História.

Em especial ao meu orientador prof. Gleison Monteiro. Todas as linhas aqui escritas não são o suficiente para demonstrar os meus sinceros agradecimentos por me guiar com toda sua paciência e sabedoria, desde a fase da escolha da temática até a conclusão desta pesquisa. À medida que as dúvidas surgiam, as orientações eram esclarecedoras e apontavam caminhos a seguir, mas sempre me solicitava para rever as fontes e relê-las; por isso tem sido referência para mim como professor e pesquisador. Se não fosse o seu apoio, talvez não tivesse seguido essas trilhas. Se conseguir realizar esse sonho foi porque me ajudou e a todo o tempo acreditou que eu conseguiria fazer um bom trabalho. Posso afirmar que todos os conhecimentos repassados excedem os limites da História, e que serão levados por mim ao longo de toda a minha vida. Obrigada por ter acreditado em mim!

Finalmente, a minha sincera gratidão a todos aqueles que torceram e contribuíram para a realização desse trabalho, àqueles que verdadeiramente entendem a importância desse momento em minha vida.

A história, no entanto, não se pode duvidar disso, tem seus gozos estéticos próprios, que não se parecem com os de nenhuma outra disciplina. É que o espetáculo das atividades humanas, que forma seu objeto específico, é, mais que qualquer outro, feito para seduzir a imaginação dos homens. Sobretudo quando, graças a seu distanciamento no tempo ou no espaço, seu desdobramento se torna das sutis seduções do estranho.

Marc Bloch “Apologia da Historia” p.32

RESUMO

A crise econômica e a desvalorização de regiões do interior piauiense foram anunciadas constantemente nos discursos oficiais na segunda metade do século XIX. Através do método de construção histórica de análise de fontes impressas e manuscritas, temos como objetivo desta pesquisa analisar como o trabalho das populações livres se manteve na Vila de Santa Filomena, interior do extremo sul da província do Piauí, em meio aos discursos oficiais que somava a questão do trabalho livre como mais um agravante, entre os anos de 1878 a 1888. Neste contexto, avaliamos que a maioria dos discursos políticos anunciava a falta de alimentos por toda a província, em decorrência da seca que desfigurava paisagens, dizimou as reses e acometeu a população local a vivenciar carências de recursos nas vilas e povoados por toda a província do Piauí. O presente trabalho busca fazer uma abordagem histórica demonstrando a importância dessa vila para a província, buscando destacar os homens livres daquela sociedade, que se dedicavam à produção e exportação interna de alimentos em diferentes rotas por meio de pequenas embarcações para subsistência local e coletiva. Pretende-se estudar os desdobramentos das ações políticas locais para compreendermos as nuances que contribuíram para o reconhecimento desta vila, relacionada à dinâmica comercial interna desenvolvida e à atuação dos sujeitos que moveram o comércio no Sul do Piauí, em meio aos discursos que desvalorizam essa região, exatamente por considerá-la distante da capital. A Vila de Santa Filomena contrariou os julgamentos, pois se destacou por ser localizada em terras férteis e por se beneficiar do alto Parnaíba.

Palavras chaves: Vila de Santa Filomena, Trabalho, Migração, Comércio interno.

ABSTRACT

The economic crisis and the devaluation of the Piauí inner regions were announced in the official speeches constantly in the second half of the nineteenth century. Through the historic building method of analysis of printed and manuscript sources, we aim of this research to analyze how the work of free people remained in the village of Santa Filomena, inside the southern tip of Piauí province, amid official speeches that amounted the issue of free labor as another aggravating factor, between the years 1878 to 1888. In this context we evaluated that most political speeches announcing the lack of food throughout the province, due to the drought that disfigured landscapes, decimated the cattle and rushed the local population experiencing resource shortages in towns and villages throughout the province of Piauí. This study aims to make a historical approach demonstrating the importance of this village in the province, seeking out the free men of the society, which is dedicated to production and domestic food exports on different routes through small boats for local and collective survival. We intend to study the ramifications of local political actions to understand the nuances that contributed to the recognition of this village, related to developed internal commercial performance and the performance of the subjects that moved the trade in southern Piauí, amid the speeches that devalues this region exactly, saying it was far from the capital. The village of Santa Filomena bucked the trials, as stood out for being located in fertile land and benefit from high Parnaíba.

Key words: Town of Santa Filomena, Labour, Immigration, Internal Trade.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	- Carta Topographica e administrativa da província do Piauhy.....	33
MAPA 2	- Localização, Teresina – Jaicós – Santa Filomena.....	45
MAPA 3	- Rotas navegáveis pelos trabalhadores da Vila de Santa Filomena.....	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Quadro geral da população livre e escrava do Município de Parnaguá em 1872.....	34
QUADRO 2 - Resumo geral dos escravos matriculados na Província do Piauí.....	39
QUADRO 3 - Quadro das despesas efetuadas pela comissão de socorros de Teresina.....	45
QUADRO 4 - Produtos transportados da Vila de Santa Filomena nos anos de 1878 à 1888.....	71

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1** - Trabalhadores conduzindo Balsas no Rio Parnaíba.....63
- FIGURA 2** - Representação de um bote.....65

LISTA DE SIGLAS

APEPI - Arquivo Público do estado do Piauí

NUPEM - Núcleo de Pesquisa Histórica e Memória da UFPI

NUPEDOCH - Núcleo de Pesquisa e Documentação em História

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	23
PAISAGENS CAMUFLADAS DO INTERIOR: CAMINHOS EM DIREÇÃO À SANTA FILOMENA NO PIAUÍ OITOCENTISTA	23
1.1 O despertar para o interior piauiense: as condições do viver na Vila de Santa Filomena.	23
1.2 O trabalho livre e escravo na vila de Santa Filomena:	36
CAPÍTULO 2	42
OS DISCURSOS DE VISIBILIDADE/VIABILIDADE DA VILA DE SANTA FILOMENA NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ	42
2.1 “As terras de outro hemisfério” a Vila de Santa Filomena é notícia nos meios oficiais:	42
2.2 O florescer da produção alimentar nas terras da Vila de Santa Filomena.	50
CAPÍTULO 3	61
O COMÉRCIO INTERNO E INTERPROVINCIAL DA VILA DE SANTA FILOMENA	61
3.1 As rotas navegáveis pelos trabalhadores da Vila de Santa Filomena.....	61
3.2 Empório do comércio do Alto Sertão das províncias limítrofes: tentativas de navegação a vapor na Vila de Santa Filomena:	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
FONTES	89
Fontes impressas	89
Fontes manuscritas	89
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	90

INTRODUÇÃO

Essa narrativa histórica faz parte do passado do interior da província do Piauí, em um lugar onde a paisagem permanecia verde, onde as plantas e árvores floresciam, favoráveis à permanência de homens que viessem a habitar aquele espaço. Essa exuberância tem haver com a proximidade do Rio Parnaíba, onde essas terras foram cenário da história de homens que tinham ali como seu espaço. Esse lugar existe e permaneceu em épocas onde a natureza era intercalada por intempéries climáticas, ocasionando mudança para aqueles que tinham a lida no campo como princípio existencial do espaço a que pertencia.

A maioria dos discursos produzidos sobre o interior do Piauí desde a época colonial demonstraram informações compatíveis com a realidade. Longe de qualquer forma de valorização, pelo contrário, continuaram em diferentes discursos ao longo do Império, referindo as distâncias relacionadas à capital Teresina, que na época era vista por um “imaginário social a partir do progresso e da ordem”¹.

Portanto, a intenção dessa pesquisa nos remete à investigação da história de homens comuns que além de utilizarem os recursos naturais disponíveis na Vila de Santa Filomena que contribuiu para o legado de transportadores ao longo do Rio, desempenharam tarefas como agregados, jornaleiros, ocupações ofertadas em sítios e fazendas, que à época poucos recursos lhes rendiam no extremo sul da província do Piauí.

Esse trabalho é parte de discussões realizadas em torno do Núcleo de Pesquisa em História do Piauí Oitocentista² sob a orientação do professor Francisco Gleison da Costa Monteiro ensejado em um espaço acadêmico permeado por experiências gratificantes e enriquecedoras em termos de conhecimento, aprendizado e formação. Participações em eventos de história, experiências compartilhadas com professores, entre outros, corroboraram desde o início para o conhecimento do fazer histórico ante os anseios do tempo presente, ofertando inúmeras possibilidades de pesquisa.

Entre todas essas experiências, vale salientar a minha participação no NUPEM³, cujo eixo temático está voltado para pesquisas relacionadas ao Piauí oitocentista. Foi através

¹ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e Pobreza: A magia da Sobrevivência em Teresina.** EDUFPI, 2010. p.33

² Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista que tem como líderes os professor Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro e o professor Dr. Johny Santana de Araújo.

³Núcleo de Pesquisa Histórica e Memória da UFPI/PPGH.

dos encontros realizados no NUPEM que tive acesso às primeiras fontes⁴ que principiaram esta pesquisa. No decorrer dos encontros, observei a existência de uma ampla desvalorização anunciada sobre a Vila de Santa Filomena e a sua sociedade, por aquela se localizar no interior. A partir dessas observações, instigou-me a curiosidade para pesquisar o porquê dessa região ter sido tão desvalorizada. Será que percebiam os presidentes provinciais que se tratava de uma região de fronteira? Era negligência das ditas autoridades ou sua ignorância acerca da fertilidade daquelas terras que motivaram tal desvalorização? Teriam sido campo de intrigas políticas? Eis aqui algumas questões que convém pensar!

Através da bibliografia e das fontes, chegamos à seguinte problematização: como o trabalho das populações livres se manteve na Vila de Santa Filomena em meio à crise econômica e a desvalorização anunciada nos discursos oficiais do interior, relacionado à questão do trabalho livre como mais um agravante a ser solucionado entre os anos de 1878 a 1888?

O recorte temporal entre os anos de 1878-1888 se dá pela condição vivenciada de intensa emigração nas províncias do norte, ocasionando a emigração além da capital Teresina para as regiões do interior, entre elas a vila de Santa Filomena. O período posterior à década de 1880 dos oitocentos inicia os discursos de visibilidade da Vila enquanto zona favorável ao comércio, no qual teremos acesso às formas de trabalho desenvolvidas na Vila.

A relevância desta pesquisa se justifica pelo desejo de reconstruir historicamente fatos acerca dos homens livres e pobres que contribuíram para a visibilidade da Vila de Santa Filomena, vinculada à questão do trabalho no interior através das representações deixadas sobre eles nas fontes oficiais. Apesar da existência de diversas análises históricas sobre o trabalho desenvolvido pelas camadas pobres no Piauí, pouco se pesquisou sobre essa temática em regiões do interior, especialmente na Vila de Santa Filomena. Por isso também, busco através desta pesquisa compreendida entre os períodos de 1878 a 1888, preencher essa lacuna.

Para, além disso, a viabilidade da temática se dar por meio das fontes documentais disponíveis, de onde virá toda a problemática da temática em questão, mencionando também o fato de que leitores e futuros pesquisadores interessados pelo assunto terão ao alcance uma produção historiográfica sobre parte da história do Piauí oitocentista que, de fato, contribuirá para o aumento do acervo de produções historiográficas nessa área.

⁴As primeiras fontes consultadas foram os Jornais “A Época” e “A Imprensa”, disponíveis na Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>.

Visando uma reflexão a respeito das experiências do interior na Vila de Santa Filomena, ao principiar a pesquisa, muitos desafios foram superados: o deslocamento para a capital Teresina, as visitas periódicas ao Arquivo Público do Piauí, a fim de ter acesso às fontes que possibilitaram a realização desse trabalho. As surpresas estavam ainda a iniciar!

As informações que, a princípio, colhi no acervo do Arquivo Público do Piauí sobre a Vila de Santa Filomena e que dizem respeito ao período compreendido entre 1878 a 1888 contidas em livros, manuscritos, etc., quase sempre eram informações vagas ou desprovidas de registro do que estava a espreita.

Os manuscritos, em sua maioria ilegível e parcialmente conservada, exigiram atenção e cuidado redobrado na seleção, coleta e transcrição dos dados contidos nas fontes. Durante a análise documental, dentre as maiores dificuldades que encontrei, foi a constatação de certa ambiguidade nas informações contidas nos arquivos acessados sobre a Vila de Santa Filomena. Por mais que as caixas identificassem pertencer á Vila, as informações nelas contidas faziam referência não à Vila localizada ao Sul da província – objeto de nossa investigação-, mas a uma fazenda (núcleo) chamada Santa Filomena, localizada próximo à capital Teresina e que abrigou emigrantes em 1878. A observação mais atenta revelou que todos os ofícios desse núcleo eram assinados, primeiramente, com a denominação de contratante e o nome do dono, que era o senhor Raimundo Sinval de Vasconcelos.

Com outras obrigações a serem cumpridas entre elas as aulas presenciais o encontro das fontes ficava a espera de mais uma oportunidade para voltar a Capital. Ainda em tempo reavaliemos as fontes e retornamos novamente ao arquivo público, para continuar com a investigação. Diante uma infinidade de documentos avulsos relacionados à Vila no Sul do Piauí, encontramos manuscritos essenciais a minha pesquisa histórica.

Considero como valiosa a descoberta dessas fontes como registros documentais que contém trajetórias, processos e histórias de vida de sujeitos esquecidos e marginalizados que fizeram parte da história da Vila de Santa Filomena, no sul do interior da província do Piauí, em um passado distante. O resgate dessa memória é de fundamental importância para a compreensão da fase de conquistas, descobrimento e conhecimento das controvérsias que fazem parte do contexto de crise econômica no qual estavam inseridas as camadas pobres da sociedade piauiense interiorana. Constatei que o trabalho desenvolvido por homens livres e pobres na Vila de Santa Filomena contrariava os julgamentos das autoridades locais, pois contribuía não só para o alento do comércio interno, como também para amenizar carências

alimentares na província no referido período de crise e movimentava o comércio interprovincial.

A compreensão na análise dos documentos foi facilitada pelo curso de Paleografia ofertado pelo NUPEDOCH⁵. Além do métier do historiador, outros conhecimentos são necessários para subsidiar interpretações das escritas do passado, entre eles, a Paleografia. Esse curso visava facilitar o desempenho dos alunos com pesquisas de fontes com escritas de mais de cem anos.

Fontes sobre o passado do interior não se encontram com facilidade, pois em sua maioria estão dispersas, cabendo ao historiador buscar diferentes meios para o acesso a fragmentos históricos que apontem referências sobre homens que eram alheios à escrita. Portanto, optei por um método de construção histórica a partir da análise de fontes impressas e manuscritas.

O primeiro conjunto de fontes utilizadas foram as matérias dos Jornais “A Época” e “A Imprensa”, o recenseamento de 1872 e os Relatórios Provinciais. Essa seleção de fontes, para além de fornecer dados sobre a administração política da província, nos proporcionou múltiplas reflexões acerca das atividades desenvolvidas na Vila de Santa Filomena e do trabalho desempenhado por seus habitantes, bem como o efeito que o impacto dessas ações produziu – em um momento de crise – na economia e na sociedade provincial, permitindo assim uma análise quantitativa das categorias sociais que habitavam o Sul do Piauí.

A utilização de matérias jornalísticas do século XIX está baseada na pesquisa da historiadora Heloisa de Farias Cruz sobre as múltiplas fases da imprensa em São Paulo, no final do século XIX e início do século XX, onde demonstra que para compreendermos o social através da escrita da imprensa é preciso “indagar sobre os sentidos do fazer imprensa, apontando para disputas em meio às quais esses personagens e suas publicações se moviam naquele tempo.”⁶.

Essa questão se associa à imprensa piauiense no que se refere às relações estabelecidas entre os mais distintos grupos políticos que se utilizavam deste órgão mediador entre o político e o social, objetivando atingir a administração dos partidos que estavam no poder. Na prática, denunciavam os problemas vivenciados pela sociedade, afim de demonstrar

⁵ NUPEDOCH- Núcleo de Pesquisa e Documentação em História. Atua na digitalização e catalogação de registros eclesiásticos de Batismos e Casamentos dos séculos XIX e XX, através de parceria entre as paróquias do Piauí. Tendo como um dos líderes o professor Dr. Agostinho Coe de Holanda.

⁶ CRUZ, Heloísa de Faria: **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915** / Heloísa de Faria Cruz. - São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.p.11

as suas mais urgentes necessidades. Entendiam-na como campo de discussões políticas e ideológicas através da qual se materializavam questões de suma importância para o desenvolvimento e progresso social que nem sempre refletia a opinião das camadas mais pobres da sociedade. Embora a utilização de jornais seja constante na elaboração de trabalhos que se propõe a enriquecer o acervo da historiografia piauiense, a maioria deles está mais precisamente voltado para fatos relacionados à capital Teresina, razão pela qual a forma de abordagem proposta neste trabalho se diferencia da maioria dessas pesquisas, em virtude de lançar mão desse tipo de fonte para analisar criticamente os problemas que afetavam as camadas pobres do interior e procurar estabelecer uma análise da relação dialética dos sujeitos envolvidos nesse processo.

O segundo conjunto de fontes –os manuscritos – são compostos por ofícios, registros eclesiásticos de terras e um livro de socorros públicos. A escolha desses documentos repousa sobre o fato de que por meio deles é possível, em termos geográficos, obter uma localização clara, específica da Vila e destaca a própria dinâmica interna de Santa Filomena. Mencionada pelas autoridades locais, na maior parte juízes de direito, em correspondências enviadas aos presidentes da província, esses documentos constituem importantes instrumentos para divisar todo esse movimento.

Dado o percurso com as fontes, em sua maioria oficiais, avalio que não se tornam menos importantes para apreensão do passado, considerando oportuna e próxima à reflexão proposta por Francisco Falcon sobre a importância da vertente historiográfica da História Social, uma vez que permite várias abordagens que envolvem as camadas populares, entre elas, “a problemática do mundo rural” [...] associado por muito tempo ao território situado entre a história política e a história econômica”⁷, cabendo ao historiador transitar através da análise crítica nos diferentes setores que estavam envolvidos para perfilar as “necessidades e interesses” de determinada época que se propõe investigar.⁸

Como referencial teórico foi essencial o livro “Costumes em Comum”, do historiador Edward Palmer Thompson, que analisa mudanças que emergiam na sociedade inglesa com o início do capitalismo, em que as diferentes práticas costumeiras entre as camadas pobres inglesas passaram a ser “um campo para mudança e disputa, uma arena na

⁷FALCON. Francisco Jose Calazans. Prefácio. In: LEFEBVRE, Georges. O grande medo de 1789, Rio de Janeiro: Campus 1979. p.13.

⁸ Idem. p. 16

qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”⁹.Essa obra proporcionou o diálogo com as fontes na observação e compreensão dos conflitos e disputas, no comportamento exercido pelos homens livres em relação ao trabalho que diferia daquela submissão exigida pelos grupos latifundiários, questão esta que se articula muito bem com os sujeitos que procuro investigar no Piauí durante a segunda metade do século XIX.

Também utilizamos as obras “Cotidiano e pobreza”¹⁰de Maria Mafalda Baldoíno de Araújo e “A multidão e a História”¹¹,de Frederico de Castro Neves, onde se discute a emigração e os problemas relacionados a esta questão nas província do norte, foram fundamentais para a formulação de ideias e a compressão das dificuldades enfrentadas por emigrantes que se estabeleceram na Vila de Santa Filomena no que se refere ao reconhecimento do trabalho livre e à emergência dos socorros públicos dos quais careciam aqueles sujeitos.

Foram empregados também na elaboração desta pesquisa estudos interdisciplinares, a fim de perceber como diferentes áreas estão dialogando com a História, mais precisamente no período do oitocentos, uma vez que “A perspectiva multidisciplinar foi exigida face ao teor e a diversidade das fontes que passaram a ser utilizadas como instrumentos de pesquisa.”¹². As fontes históricas passaram a ser usadas em outras áreas de conhecimento no cruzamento de informações, como por exemplo, o estudo do arquiteto Esdras Arraes, sobre o processo de urbanização no Piauí no século XVIII, onde analisou cartas régias de 1761, contribuindo para reavaliarmos as fontes utilizadas pelo antropólogo Luiz Mott na “Descrição da Capitania do Piauí”, datada de 1762, apresentada como referência na historiografia piauiense.

A pesquisa se encontra estruturada em 03 capítulos. No primeiro capítulo, **Paisagens camufladas do interior: Caminhos em direção a Santa Filomena no Piauí Oitocentista** procura-se demonstrar as paisagens naturais e as que foram constituídas através dos olhares de memorialistas da província do Piauí desde o processo de colonização, bem como descrever as nuances do processo de inserção da vila de Santa Filomena enquanto território, dentre elas, a composição social e o trabalho livre e escravo. Para isso, utiliza-se o

⁹ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: Estudo sobre a Cultura Popular. São Paulo: Companhia das Letras 1998. ps.16,17

¹⁰ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e Pobreza**: A magia da Sobrevivência em Teresina. EDUFPI, 2010. ps. 21-146

¹¹ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História**: Saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro, 2000. ps. 27-31

¹² SAMARA, Eni Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira. **História & Documento e metodologia de pesquisa**.2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.145

livro “A elite colonial piauiense”¹³, e o artigo sobre “A Desescravização da Província do Piauí e o Fundo de Emancipação”¹⁴ entre outros textos, no intuito de compreender como foi estruturado o pensamento elitista relacionado às diferentes categorias sociais que pertenciam a sociedade piauiense.

No segundo capítulo, **Os discursos de visibilidade/viabilidade da Vila de Santa Filomena na província do Piauí**, apresenta-se como se constituíram os discursos oficiais de desvalorização da região da Vila de Santa Filomena por causa do seu distanciamento em relação à capital e procura-se demonstrar que esses discursos adquirem novos sentidos num contexto de mudanças operadas naquela região, na segunda metade do século XIX. Essa visibilidade regional adquirida – condição devido aos esforços laborais de homens livres e pobres – surgem, em um cenário de crise econômica, possibilidades de transformação da realidade daquela região, graças à pequena lavoura de alimentos da Vila de Santa Filomena.

No terceiro capítulo, **O comércio interno e interprovincial da vila de Santa Filomena**, propõe-se uma descrição dos trajetos percorridos pelos homens livres da Vila de Santa Filomena na produção e exportação de alimentos, tendo como meio de transporte pequenas embarcações. Analisa-se os desdobramentos das ações da política local para compreensão da dinâmica comercial interna e a atuação dos sujeitos que moveram este comércio, propiciando a aproximação de diferentes lugares ao longo de diferentes rotas. Procurando entender como se sucederam as investidas políticas através da navegação a vapor como medida facilitadora para a ocupação dos homens livres na Vila de Santa Filomena, usamos, entre outras bibliografias, a obra do engenheiro alemão Gustavo Luís Guilherme Dодt¹⁵, por descrever com minúcias a visita realizada ao sul da província do Piauí, sobre a geografia e a navegabilidade da região ao longo do rio Parnaíba, em 1868.

A leitura à qual convido a se debruçarem não tem como intenção limitar o assunto pesquisado. Afinal, nenhuma pesquisa é em termos definitivos ausente de questões que não podem ser aprofundadas; muito pelo contrário, há ainda muitas questões que precisam ser investigadas, sejam elas por terem ficado despercebidas ao meu olhar, como também serem

¹³ BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **A elite colonial Piauiense**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. ps.167-168

¹⁴ DANTAS. Paulo Roberto de Carvalho. **A Desescravização da Província do Piauí e o Fundo de Emancipação**: um estudo do caso da vila de Valença. In: OLIVEIRA, Karla Íngrid Pinheiro de; SOUZA, Ítalo Cristiano Silva e. (Org.). *Olhares de Clio: cenários, sujeitos e experiências históricas*. 1 ed. Teresina: EDUFPI, 2013, v. 1. ps. 223-232

¹⁵ DODT. Gustavo Luís Guilherme. **Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi**: ED: Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1939. ps. 59-117

exploradas com outras leituras e enveredar novas interpretações para pesquisas posteriores voltadas para o estudo do interior piauiense.

Dessa forma organizada a narrativa da pesquisa, os leitores são convidados a percorrer nestas linhas a história da Vila de Santa Filomena que, mesmo distante do nosso tempo, pode, através das muitas possibilidades oferecidas pela história social, serem resgatadas pela retomada de experiências e conhecimentos sobre aquela região pertencente ao Sul do Piauí. Através da bibliografia consultada e o diálogo com as fontes, entendemos que “o documento não pode ser entendido como a realidade histórica em si, mas trazendo porções dessa realidade”¹⁶, de forma que contribua para o conhecimento histórico do Piauí de um lugar que se pressupõe privilegiado e que, de certa forma, ficou esquecido em meio às paisagens mencionadas desde o período Colonial.

¹⁶ SAMARA, Eni Mesquita; TUPY. Ismênia S. Silveira. Op. Cit., p.124

CAPÍTULO 1

PAISAGENS CAMUFLADAS DO INTERIOR: CAMINHOS EM DIREÇÃO À SANTA FILOMENA NO PIAUÍ OITOCENTISTA

1.1 O despertar para o interior piauiense: as condições do viver na Vila de Santa Filomena.

Para avaliar-se o quanto é fértil esta comarca basta vires Exc.^a que é quase impossível enumerar-se os brejos ou correntes que banham suas terras¹⁷

A epígrafe supracitada é um ofício enviado pelo Juiz de Direito, Dr. Elpídio José de Carvalho Sousa, da Vila de Santa Filomena, ao Presidente do Piauí, Dr. Sancho de Barros Pimentel, no ano de 1878. No decorrer do texto o leitor perceberá que as defesas em relação às benéficas naturais da região são defendidas com vigor pelo magistrado, que além de apontar “brejos ou correntes que banham suas terras”, defende-se a ideia promissora de produção que se apresenta naquela região.

No entanto, antes de nos determos a estas presunções de “desenvolvimento”, é preciso contextualizar que essa visão nem sempre foi homogênea, sobretudo se indagarmos que o relato do magistrado inaugura um “novo” olhar no que se refere às representações dos lugares pertencentes ao interior do sertão do Piauí, tendo em vista que as concepções relacionadas à maioria das regiões do Norte do Brasil são desde a época colonial, mais precisamente as áreas distantes do litoral, vistas e registradas por memorialistas e autoridades¹⁸, sendo menosprezadas pela localização e geografia. Por outro lado, entre estas terras existia aquela parte da região semiárida que sempre era descrita nos relatos, inclusive de viajantes e engenheiros¹⁹, como áreas inapropriadas para a produção. Para tanto, analisamos

¹⁷ Arquivo Público do Estado do Piauí. (Daqui em Diante APEPI). Ofício enviado pelo Juiz de Direito Elpídio José de Carvalho Sousa ao Presidente Sancho de Barros Pimentel Ano 1878, Caixa 182. Série município, Sub série Santa Filomena.

¹⁸ PEREIRA D'ALENCASTRE, José Martins. **Memória, Chronologica, Histórica e Corographica da província do Piahuy**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XX, 1º Trimestre de 1857. Roteiro do Maranhão e Goiás pela Capitania do Piauí. (Anônimo) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXII, Parte 1, 1900, p.82

¹⁹ O engenheiro Gustavo Luís Guilherme Dodt, viajou pelo interior do Brasil, com o objetivo de estudar as regiões ao longo do rio Parnaíba e Gurupi para a instalação de colônias de povoamento, visitando a Vila de Santa

as descrições publicadas no “Roteiro do Maranhão e Goiás pela Capitania do Piauí”, cuja autoria anônima nos ajuda a perceber alguns contextos da capitania do Piauí na época da colonização:

Pela mudança total que se reduz a capitania do Piauí no tempo da **seca** claramente **se vê que por toda ella** não pode florescer a cultura os gêneros do paiz, principalmente d’aqueles que para chegarem a sua perfeição necessita de esta na terra hum anno, e mais tempo, taes são as cannas de assucar, a manaba ou mandioca, ordinário pão do Brasil²⁰.(grifos meus)

Com essa descrição, podemos notar a generalização dada à estação da seca como sendo predominante por todas as regiões da Capitania do Piauí, impedindo o cultivo de produtos de base de subsistências. Essa dada atenção se traduz pela prática imposta da Coroa em exportar alimentos constantemente para suprir os negócios através das navegações; logo, as descrições servem para demonstrar o conhecimento do território para a exploração através de investimentos da Coroa na lida de suprimentos.

Ainda interpretando a descrição do “Roteiro”, também é possível percebermos que na capitania piauiense a economia não era diversificada, mas centrada na pecuária, em que “as suas terras são [eram] repartidas aos moradores em sesmarias, que ou datas de trez legoas, cuja cultura consiste na criação de gados.”²¹

Nas linhas seguintes, o autor do “Roteiro” procurou, considerando que as maiores extensões das sesmarias estavam sendo destinadas à criação de gados e as atividades agrícolas em escala reduzida, alertar sobre a necessidade de “Está à capitania do Piauí em circunstância de procurar quanto lhe é possível aumentar a cultura dos mais gêneros, vendo não só como objeto de subsistência, mas também como objeto do comércio com a metrópole”²². Esse processo poderia desencadear forma de novos cultivos nas vilas onde as terras eram dedicadas aos rebanhos bovinos, na produção de gêneros agricultáveis para serem enviadas às produções para a Coroa, afim de movimentar um comércio diversificado.

No entanto, o comércio interno não se desenvolvia porque não existiam braços suficientes para desenvolvê-los. Essa concepção pejorativa permaneceu ao longo do tempo, com as mesmas intenções relacionadas ao clima e como também ao cultivo para a exportação.

Filomena em 1868. DODT, Gustavo Luís Guilherme. **Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi**: ED: Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1939.

²⁰ **Roteiro do Maranhão e Goiás pela Capitania do Piauí**. (Anônimo). In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXII, Parte 1, 1900, p.82

²¹ Ibidem., p.79

²² Ibidem., p.83

Observamos as descrições do memorialista José Pereira Martins D'Alencastre, na época do período Imperial.

Geralmente ha no Piauhy uma grande repugnância **para a lavoura e se faz a lavoura de primeira necessidade** e porque sem ela **morreriam de fome**; o instinto da própria conservação e quem aconselha os filhos do Piauhy a plantarem milho, feijão, arroz e mandioca.²³

Nesses escritos sobre a província do Piauí, a repugnância escrita era fato de ser ausente a lavoura considerada para a exportação, sendo a lavoura de subsistência plenamente secundária, pois apenas beneficiava a população da província. Logo, “milho, feijão, arroz e mandioca” eram práticas permanentes nestes sertões.

O plantio de gêneros alimentícios para subsistência local era informado como aspecto negativo para o desenvolvimento do Império. Esses relatos de época nos permitem observar as desvantagens da constituição do Piauí enquanto território competitivo, quando comparado com outros que produziam a cana de açúcar, sobretudo com as províncias do Norte, Pernambuco e Bahia.

No entanto, sempre pontual, a seca era pauta decisória nessas narrativas que reforçavam a negatividade da região como sendo impossível de haver progressos materiais. Acerca dessas desvantagens do clima, naturais de uma dada região, Frederico de Castro Neves argumenta sobre os discursos hegemônicos, cuja “seca deixa de ser definitivamente, um fenômeno rural e “natural” [...] passa a ser percebida através de seus “resultados” mais visíveis: a miséria, as migrações, a destruição a produção rural, etc.”²⁴.

De acordo com os discursos oficiais a quem interessava mencionar “a seca como natural”? Por que negativizar ao Rei Dom José I essa penúria? Mesmo após a fundação das seis freguesias em 1762: Campo Maior, Jeromenha, Marvão, Parnaíba, Parnaguá e Valença; segundo descrições enviadas pelo ouvidor mor da capitania do Piauí Antônio José de Moraes Durão, em 1772²⁵.

Essas descrições permearam diferentes narrativas, cujo sentido era considerar que a capitania do Piauí desde os primórdios continuava em um cenário rural, distante do que se conhecia como províncias europeias com aspectos urbanísticos no qual habitavam a corte

²³ PEREIRA D'ALENCASTRE, José Martins. **Memoria, Chronologica, Histórica e Corographica da Província do Piauhy**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XX, 1º Trimestre de 1857, p. 64

²⁴ SOUZA, Simone e NEVES, Frederico de Castro, **SECA**. 1º ed. Fortaleza, 2002. Ps. 75,76

²⁵ MOTT, Luiz. **Descrição da capitania de São José do Piauí, 1772**. Revista de História, São Paulo, n. 112, 1977 ps.543-574. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/64374/67044. Acesso em 04 Agosto de 2015.

portuguesa. Sobre a ausência de urbanização no século XVIII na capitania do Piauí, tanto na Capital Oeiras quanto nas vilas, a pesquisa na área da arquitetura forneceu importantes informações para uma revisão das fontes utilizadas sobre esse assunto na historiografia do Piauí.

O arquiteto Esdras Arraes propõe uma discussão sobre o processo de urbanização na capitania através do acesso de cartas régias no reinado de Dom João I. Através de suas análises, descreve que antes da criação das seis freguesias houve esforços do governo de João Pereira Caldas em anunciar ao rei sobre a ausência da urbanização da capitania, então fundada em 1758. A situação se tornava desfavorável para o desenvolvimento de negócios da corte²⁶. As pretensões das tentativas de urbanização solicitadas foram concedidas pela Coroa como medida desejável nos discursos oficiais em 1761, e consolidadas em 1762:

No reinado de Dom Jose I, a vila da mocha (agora Oeiras) [...] se expandiu. Apresentou em 1762, 270 fogos [...] distribuídos em cinco zonas: Praça, Rosário, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, bairro do Caquende e um bairro chamado *Dezerto* [...] zoneamento resultante da presença de novos equipamentos do núcleo – hospício jesuítico – e da existência de irmandades leigas. [...] A cidade se estruturou em torno de praças e caminhos.²⁷

O arquiteto demonstra o espaço urbanístico da cidade de Oeiras, configurado na estrutura das construções: casas, praças, bairro, igreja, hospício. Esse processo ocorreu juntamente com as criações das vilas. O antropólogo Luiz Mott, ao discorrer sobre esse assunto, enfatiza que “Em 1762, que em cada uma das sete freguesias existentes no Piauí, fosse fundada uma vila. Não obstante o tom solene e bombástico das cartas régias e o entusiasmo aparente da população que se comprometia a mudar para as vilas recém-instituídas”²⁸. Perante ação, resta nos questionar: quem era essa “aparente população” e o que os atraía para as referidas vilas?

Voltemos ao texto de Damião Arraes. Este, ao tratar sobre a urbanização do sertão nortista do século XVII ao XIX, propôs um diálogo que nos ajuda a entender como se deu o expansionismo do núcleo urbano de Oeiras a partir da direção do Conde de Oeiras, que em 1761 ponderou que o plano seria de construir instalações urbanas propriamente europeias:

²⁶ ARRAES. Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas**: A urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. p. 376. Dissertação de mestrado, São Paulo. 2012

²⁷ Idem. *Ibidem.*, p.379

²⁸ Ver: **Estruturas demográficas das fazendas de gado do Piauí-Colonial**: Um caso de povoamento rural centrifugo(in: MOTT, Luiz. R.B. Piauí Colonial: População, economia, e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p.95)

Os administradores da colônia pretendiam construir um cenário, uma fachada harmônica voltada para as **ruas e praças**, palcos do espetáculo barrocos. [...] o interior dos **novos edifícios** seria de total comando dos moradores, ali impuseram suas tradições arquitetônicas importadas de outras partes da colônia, quiçá da metrópole, donde muitos vieram imigrados. A organização social e política desejada por Portugal foram traduzidas no alinhamento das fachadas e larguras das novas ruas. **Um aglomerado formoso geraria uma comunidade satisfeita e feliz, isto é, qualidades que norteariam o método de civilizar os índios, facínoras e vadios dispersos pelo sertão.**²⁹ (grifos meus)

Esse planejamento procurava figurar uma parte de Portugal em Oeiras, cujos aspectos deviam ser de um cenário civilizado, onde as camadas pobres deslocadas em direção ao núcleo ofereceriam conscientemente após serem “civilizados”, sua mão de obra a fim de servir à elite do núcleo. Observamos através das leituras do historiador Rodrigo Gerolineto Fonseca, controvérsias a respeito desse planejamento que requeria um “aglomerado formoso”, nos dando a entender que nem tudo que se pretendia, ao incluir os moradores da capitania do Piauí, saíram a contento aos administradores da corte:

Para preservar sua autonomia, a população rejeitou as cidades e vilas, e aquilo que nelas se praticava [...] outras designações que apontam os papéis nos quais os habilitantes do sertão deveriam se enquadrar, como os de súditos, de artífices, de civilizados, de nobilitados, de trabalhadores de aluguel, de escravos, dentre tantos outros papéis a serem desempenhados para o sucesso da dominação colonial. No final do século XVIII, surgem as queixas sobre a falta de artesãos de ofícios para suprir as necessidades das vilas.³⁰

Essa citação evidencia que os planos da Corte pouco influenciavam o deslocamento de habitantes das freguesias, uma vez que as propostas para os moradores do sertão viverem entre os civilizados nas “cidades e vilas”, seriam entre elas ausentar-se dos modos de viver e da prática do trabalho autônomo. Essas questões favoreceram para que houvesse os discursos entre o meio oficial de sempre reaver estratégias para a dominação das gentes do sertão.

Ainda sobre o processo de urbanização, o arquiteto Esdras Arraes, através de suporte documental de cartas oficiais, compara suas análises à descrição do Ouvidor da capitania Antônio José Morais Durão, de 1772, mencionada pelo antropólogo Luiz Mott, que a utilizou apenas como informação sem problematizar os possíveis motivos que levou o

²⁹ ARRAES, Damião Esdras Araújo. Op. Cit., ps. 382,383.

³⁰ FONSECA, Rodrigo Gerolineto. **A pedra e o Palio: Relações sociais e culturais na capitania do Piauí no século XVIII.** p. 126. Dissertação de mestrado/UFPI/CCHL, Teresina. 2010.

ouvidor a realizar a descrição com tanta negatividade sobre a capitania. Sobre a falta de urbanização na capital Oeiras e com relação às seis vilas, não só demonstrava desvantagem dos territórios que estavam situados, como também aspectos materiais, do clima, dos habitantes.³¹

Esses argumentos propagados como referência na história do Piauí, de acordo com Damião Arraes se tornam contraditórias no momento que anunciam a ausência de urbanização em Oeiras no ano de 1772, pois havia cartas régias em 1761 que anunciavam projetos urbanísticos voltados para planejamento organizacional em 1762 no núcleo de Oeiras, no governo de João Pereira Caldas³². O arquiteto percebe que essas descrições, longe de serem desprezadas de interesses, mencionam os porquês da descrição da capitania do Piauí pelo ouvidor Durão:

Desde a ereção da freguesia em vila da mocha, apesar de todas as discursões sobre a carência de edifícios para a edilidade e segurança local, a paisagem do núcleo persiste, **fruto de má gestão e usurpação de poder exercidos pelos representantes do rei**. Para o ouvidor mesmo com o predicamento de cidade, a paisagem urbana de Oeiras era embrionária e pobre. Este juízo crítico se deveu aos poucos rendimentos da câmara e o tipo oficial que ocupou os cargos administrativos.³³

Sobre outra perspectiva, as descrições tinham como objetivo atingir os políticos que não eram aliados do ouvidor Antônio José Morais Durão. O cerne da permanência da “carência de edifícios para a edilidade e segurança local” era em detrimento da ineficiente gestão de João Pereira Caldas e dos seus aliados. Assim, pode ser pensado que Oeiras teve o processo de modernização urbana inicial não sendo da forma pretendida pelos administradores com grande expansão pelo fato das limitações do período colonial, e não como um lugar incapaz desprover desenvolvimentos devido à localização geográfica.

O contato com os estudos sobre o Piauí no período colonial nos revela que os portugueses que vieram ao Piauí pertenciam a lugares distantes da realidade do sertão piauiense, ocupando o território por meio de fazendas pastoris, alheios às formas de papéis desempenhados por colonos e indígenas que foram desapropriados da posse de suas terras, enquanto os que ocuparam só queriam o título de possuidores.

Desde o período de territorialização do Piauí que começa por volta de 1674, com a finalidade de expansão de grandes áreas de terras para a criação de rebanhos bovinos, os grupos envolvidos neste processo que iniciaram a instalações das fazendas próximas do Rio

³¹ARRAES, Damião Esdras Araújo. Op. Cit., ps. 395,396.

³² Idem, p. 394.

³³ Idem, p.395

São Francisco eram advindos da região Norte, como Maranhão, Bahia, Ceará, e os bandeirantes da capitania de São Paulo.

Através do desenvolvimento expansionista, o território piauiense, que na época colonial pertencia à província de Pernambuco, foi concedido pela coroa portuguesa para exploração das áreas. As extensões que concentravam grupos indígenas, conforme menciona Odilon Nunes, “Foram cinco os ramos conhecidos de gentios selvagens que pisaram terras piauienses antes que os colonizadores portugueses e mamelucos”³⁴. Os gentios selvagens que habitavam as terras piauienses foram anunciados como obstáculos no que concerne à ocupação efetiva dos portugueses. Para Odilon Nunes,

(...) tranquilamente viviam aqueles solidários vaqueiros cuja paz só por vezes era perturbada pela passagem temerosas dos indígenas, que expulsos do S. Francisco, desmoralizados, furtivamente buscavam, através do Piauí, os vales dos rios goianos e maranhenses.³⁵

Após constantes disputas entre criadores em defesa de seus terrenos, os indígenas acabaram sendo desapropriados, sendo a única alternativa o deslocamento para outros lugares onde os “bandeirantes” não tivessem acesso facilmente, onde tentariam reerguer suas gentes.

As discursões em torno da historiografia piauiense sobre o processo do povoamento do Piauí é referenciado a partir da conquista dos desbravadores paulistas e baianos.³⁶ As pesquisas mais recentes sobre o processo de ocupação do Piauí foram ampliadas através de investigações históricas realizada pela historiadora Claudete Dias, onde propõe uma revisão na historiografia piauiense, onde poucos mencionam os espaços ocupados pelos indígenas antes da chegada dos criadores de gado, conforme citação abaixo:

Ao final de dois séculos de “guerra continua” os nativos do Piauí, por mais guerreiros e valentes que fossem, mesmo os mais “ferozes” como os antropófagos, não resistiram. Quem eram os selvagens? Os nativos que foram dizimados ou os europeus “civilizados” que dizimaram tribos e nações inteiras?³⁷

³⁴ NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.p.62.

³⁵ Idem, p. 101.

³⁶ Os estudos consultados no que concerne à historiografia tradicional do Piauí na época colonial foram dos seguintes pesquisadores: MOTT, Luiz. R.B. **Piauí Colonial: População, economia, e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985; NUNES. Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.

³⁷ DIAS, Claudete Maria Miranda. **Povoamento e despovoamento do Piauí** In: Vainfas, Ronaldo, Nascimento, Francisco Alcides do. **História e Historiografia**. Recife Bagaço, 2006 ps. 71-96.

Através da citação, a percepção de Claudete Dias difere dos termos usuais na historiografia dos povos indígenas como “selvagens”, propondo uma escrita da história do Piauí analisando as fontes em que os atos de selvageria e conquistas não são atos iniciados por indígenas, mas vindos do colonizador, para efetivar o povoamento em terras piauienses que acabou por desencadear o despovoamento de tribos inteiras.³⁸

Como se vê, as formas de apropriação de terras não foram harmoniosas, como bem enfatizou a historiadora Claudete Dias, mas a representação de uma capitania despovoada, seca e sem prosperidade foi a imagem que prevaleceu, seja pela literatura ou pelos discursos oficiais, no Piauí imperial. Certamente, essa prevalência continuou a sustentar a visão de uma província improdutiva. No entanto, há controvérsias sobre as terras e suas ocupações.

Voltemos à epígrafe, mencionada no início deste texto, pelo Juiz de Direito Elpídio José de Carvalho Sousa, no ano de 1878, que se torna um aparato de afirmação de terras férteis, onde está situada a Vila de Santa Filomena; sem falar que esse período corresponde a uma estiagem prolongada que atingiu a maioria das populações das províncias do Norte. A propósito desse contexto, a historiadora Maria Mafalda Baldoíno de Araújo menciona:

O espaço nordestino constitui uma região complexa, formada por várias regiões naturais, dentre elas, a zona semi-árida, que constitui a ‘zona-problema’ pela ocorrência de fortes períodos de estiagem que reduzem os volumes de produção, incidindo drasticamente sobre grande parte da população sem terras e com escassos recursos financeiros.³⁹

As análises da historiadora nos remetem para analisar a penúria que vivenciava a população piauiense nos anos que compreende 1877-88. Uma situação desoladora nas províncias do Norte, e para aqueles que não detinham a terra, o problema se complica, pois dependia dela para plantar e garantir pastos para as pequenas criações. No Ceará, a situação não era diferente. Segundo Frederico de Castro Neves:

Os caminhos em direção ao litoral transformavam-se em cenários de acontecimentos impressionantes [...] Os retirantes procuravam quaisquer meios para sobreviver, mesmo tendo que enfrentar a violência ou a

³⁸ O povoamento deve ser entendido como a invasão das terras, desapropriando os seus habitantes naturais conforme defende Claudete Maria Miranda Dias em **Povoamento e despovoamento do Piauí** In: Vainfas, Ronaldo, Nascimento, Francisco Alcides do. História e Historiografia. Recife Bagaço, 2006 ps. 71-96.

³⁹ ARAÚJO, María Mafalda Baldoíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991, p. 34.

indiferença: nas cidades exploram a caridade pública, nas serras viviam da caça, das raízes e fructos silvestres e do furto nas lavras.⁴⁰

Notemos que a pobreza que se fazia presente no semiárido procurava se desdobrar, ou seja, buscava na natureza alguma condição mínima de sobrevivência. E nas regiões e propriedades que permaneciam úmidas em épocas de estiagem, eram alternativas de compensar o limiar da fome, no deslocamento imediato em busca de trabalho e, no caso das propriedades particulares, a alternativa seria o “furtos nas lavras”. Por isso a grande migração que houve nesse período fez com que transformasse as capitais do Norte numa pavorosa multidão que invadia as cidades em busca de sobrevivência, na qual Frederico de Castro Neves descreve:

A chegada de um grupo de retirantes a uma cidade era, assim, além de um “espectaculo contristador”, um momento de preocupação, pois, junto a ele, um conjunto de outros problemas iriam abalar o cotidiano dos moradores: criminalidade, mendicância, prostituição, doenças... A seca passou a ser um problema que afeta diretamente a população urbana e, mais do que isso, a coloca junto aos setores sociais que mais sofrem seus efeitos. Os retirantes exigem com sua presença indesejada, uma solução imediata para suas aflições: trabalho, comida esmolas [...] Chegando à capital, as esperanças de terminarem com seu sofrimento eram imediatamente frustradas, já que os serviços organizados para absorver esta mão de obra não obedeciam as regras das **relações de trabalhos então habituais em tempo normais**; eram formas de ocupar estes retirantes que ocupam a cidade e, portanto, não precisavam obedecer aos mecanismos de mercado.⁴¹ (grifos meus).

A estadia de muitos homens e mulheres necessitava que o governo imperial investisse em formas de organização ocupacional nas cidades, de formas diversas e temporárias. Na maioria das vezes, apenas só compensava para a alimentação diária. Uma das medidas do governo foi custear a instalação de colônias de agricultores⁴² que assentaram emigrantes que permeavam as cidades, em fazendas de particulares.

Voltemos ao contexto do Piauí. A historiadora Maria Mafalda Baldoíno de Araújo, ao estudar o período da seca na Capital Teresina, menciona que umas das medidas do

⁴⁰NEVES, Frederico de Castro Neves. **A multidão e a História**: Saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro 2000. p.28.

⁴¹ Idem, p.30.

⁴² A criação de colônias agrícolas através dos socorros públicos em épocas de secas, ocorreram em várias regiões das províncias do Norte, entre elas a do Amazonas, Bahia, Maranhão, Pará e Piauí. Entre os estudos que abordam essas colônias agrícolas, ver: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. **O poder e a seca de 1877-1879 no Piauí**. Teresina 1991; BARBOSA. Edson Holanda Lima. **A Hidra cearense**. Rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884) Tese de doutorado, São Paulo. 2013; GONÇALVES. Graciela Rodrigues. **As secas na Bahia no século XIX**. Sociedade e Política. Dissertação de mestrado, Bahia. 2000.

governo foi a criação de núcleos coloniais⁴³ para abrigar emigrantes que se encontravam em grande número na capital em propriedades de fazendeiros locais, onde o governo iria auxiliar com a subsistência até a passagem da seca, onde seriam realizadas plantações agrícolas pelos emigrantes, e receberiam remunerações por diárias de trabalhos realizados.

O jornal “A Época” atesta a inviabilidade desses núcleos com pouca fertilidade das terras sem recursos hídricos nos seus arredores:

Não há quem se ignore nesta província a falta absoluta que temos de todos os cereais de sorte que em algumas localidades onde eles aparecem embora escassamente (quase que exclusivamente nas que ficam a margem do rio)⁴⁴.

O editor Simplício Coelho de Resende anuncia com indignação os recursos destinados aos núcleos, pois os repasses do governo aos contratantes para alimentação das famílias dos núcleos não estavam chegando a contento, pois a escassez de alimentos estava por toda a província. Além desse fato, também seria difícil um trabalho satisfatório pelos emigrantes em terras distantes de aguadas e com chuvas irregulares.

Na contramão desse discurso, encontrava-se com terras boas e córregos os arredores de Santa Filomena, que estavam à espera de reconhecimento por parte do governo provincial. No entanto, as correspondências oficiais revelavam um ambiente favorável à produção, pois existiam riquezas abundantes, mas eram terras que não eram conhecidas pelas autoridades da capital, talvez pela distância que existia de Teresina.

Muitas Vilas do Piauí possuem suas histórias neste cenário de invasões e desapropriações de seu povo nativo. Destacamos a Vila de Santa Filomena que, localizada na região sul, às margens do Rio Parnaíba, tornou-se local favorecido a fixação de núcleos indígenas em seus primórdios pela proximidade com a natureza, mas esta realidade foi modificada através da expansão dos rebanhos de gado vacum.

Um dos primeiros fazendeiros da região de Santa Filomena foi o Coronel José Lustosa da Cunha, natural da freguesia de Parnaguá, tendo como filho de primeira geração o Marquês de Parnaguá João da Cunha Lustosa, de linhagem paterna direta da primeira geração

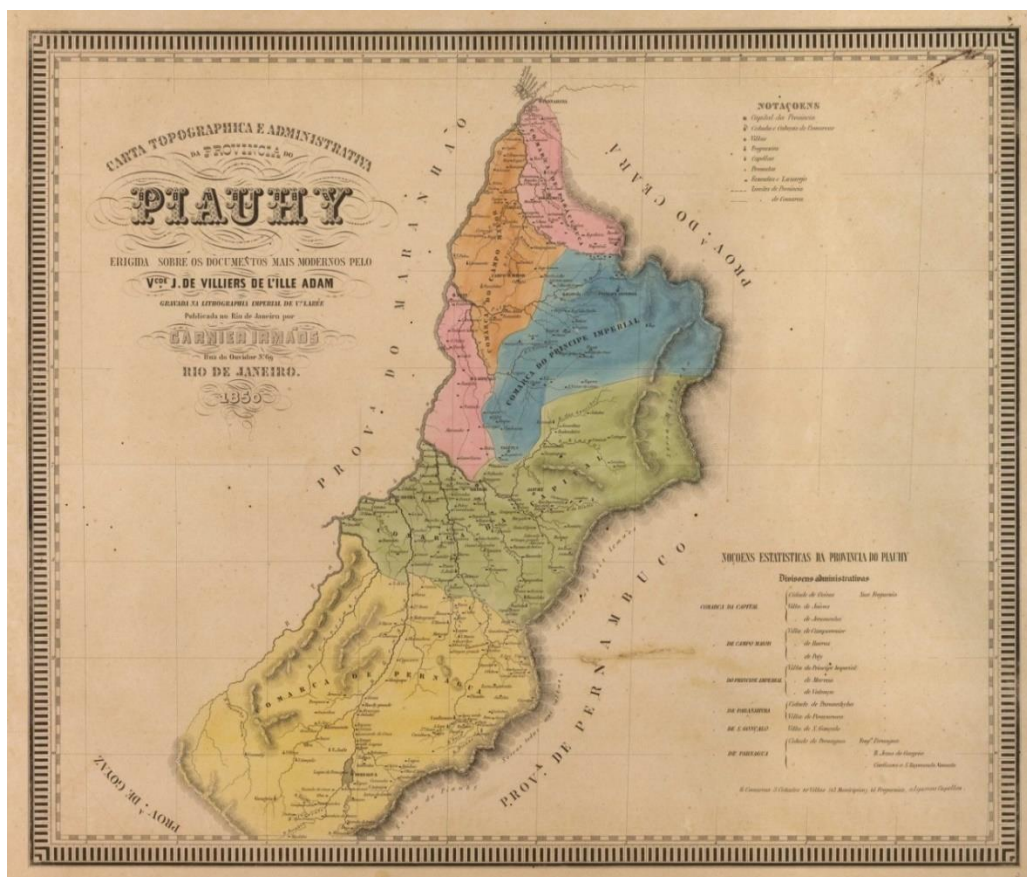
⁴³ Os núcleos agrícolas foram criados através de contrato entre a comissão de socorros públicos do Piauí e a elite local, os núcleos pertenciam aos proprietários locais e eram localizados em fazendas próximas da capital onde foi abrigado o contingente de emigrantes que se encontravam na capital Teresina. Ver: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. **O poder e a seca de 1877-1879 no Piauí**. Teresina 1991. ps. 80-93

⁴⁴ Jornal “A Época”, “Os núcleos e os desperdícios dos dinheiros públicos” n. 07. Teresina 17 de Maio de 1878. Disponível na Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 23 de Setembro de 2015.

do português do mesmo nome José Lustosa da Cunha.⁴⁵ Este chegando em 1856 nas proximidades da freguesia de Santa Filomena desencadeou vários conflitos com os povos indígenas na disputa pelo território ao fixar moradia e tomar posse das terras⁴⁶. Com o despovoamento da região até o ano de 1856, a freguesia de Santa Filomena pertencia ao território de Parnaguá.

A formação administrativa é marcada por uma série de disputas pela Comarca de Parnaguá, no qual foi desmembrada em 1865 e em 1871 foi anexada novamente ao domínio de Parnaguá. No mapa abaixo podemos verificar a comarca de Parnaguá e os seus limites em 1850.

MAPA 1 CARTA TOPOGRAPHICA E ADMINISTRATIVA PROVÍNCIA DO PIAUHY



⁴⁵ Paranaguá, João Lustosa da Cunha, Marquês de, 1821-1912. Marquês de Paranaguá / ensaio biográfico de Chico Castro. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009. p. 16 Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2282>. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

⁴⁶ Para mais informações sobre as formações administrativa de Santa Filomena, ver histórico em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico>. Acesso em 23/12/2014.

FONTE: Destaque a comarca de Parnaguá em 1850. Os territórios pertencentes aos domínios da Comarca de Parnaguá (em amarelo) eram as freguesias de: Parnaguá, B. do Gurgueia, e São Raimundo Nonato. Mapa original VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. **Carta topographica e administrativa da província do Piauhy:** Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Vcde. J. de Villiers de L'le Adam. Rio de Janeiro (RJ): Garnier Irmãos, 1850. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925_3.html Acesso em: 19 abril de 2015.

No mapa acima, a província do Piauí esta subdividida em 06 comarcas, sendo cada uma responsável por todas as decisões das localidades que eram anexadas aos seus territórios. As cores no mapa em rosa indicam as Comarcas de Parnaíba e de São Gonçalo; a Comarca de Campo Maior está representada na cor laranja; a Comarca de Oeiras compreende a parte do mapa na cor verde e a Comarca de Príncipe Imperial é representada na cor azul do mapa. A parte do mapa que está de cor amarela corresponde à região sul da província. Nesta parte destacamos a Comarca de Parnaguá em 1850, que tinham seus territórios e a população compreendidos entre Parnaguá e as freguesias do Barão do Gurgueia e de São Raimundo Nonato. O recenseamento realizado no Brasil em 1872, mostra que as localidades permaneceram sob a jurisdição de Parnaguá até de 1872. O quadro abaixo consta a população da província do Piauí, dentre elas as localidades que pertenciam à comarca de Parnaguá.

QUADRO 1

QUADRO GERAL DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DO MUNICÍPIO DE PARNAGUÁ EM 1872.

Municípios	Freguesias	Homens livres	Mulheres livres	Total	Total da população livre por município	Homes escravos	Mulheres escravas	Total	Total da população
Parnaguá.....{	N. S. da Conceição do Corrente	1386	1452	2838		178	161	339	
	N. S. do Livramento de Parnaguá	2541	2646	5187	13561	266	276	542	1058
	Santa Philomena	2747	2789	5536		88	89	177	

Fonte: Recenseamento do Brasil de 1872 – Província do Piauí. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio1872.pdf. Destaque para a Freguesia de Santa Filomena. Adaptado por Amanda Fernanda Costa Leal. Acesso 26 de Maio de 2014.

Podemos observar que a contagem da população de 14.619⁴⁷ do quadro acima era composto por homens e mulheres livres e escravos que se encontravam dispersos entre as três freguesias que pertenciam à subdivisão da jurisdição dos limites territoriais de Parnaguá, fazendo parte entre as freguesias de Santa Filomena, com uma população de 5.713; Nossa Senhora da Conceição do Corrente, com uma população de 3.177 pessoas; Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá, com 5.729 pessoas. Caracterizando o espaço social em segmentos distintos, ao mesmo tempo consistiam no entrelaçamento solidário entre homens livres e escravos nas paragens de Santa Filomena.

A contagem da população da freguesia de Santa Filomena neste recenseamento resultou no desmembramento, em 1873, dos domínios de Parnaguá, pois esta constatação fica evidente em um ofício enviado pelo juiz da comarca no ano de 1884, respondendo à solicitação do presidente da província, Emigdio Adolpho Victorio da Costa, que requeria informações socioeconômicas da Vila, na qual ele informa sobre Santa Filomena: “Antiga freguesia do 3º districto da Comarca de Parnaguá, foi elevada à categoria de Villa em 1865, tornando a cathegoria de freguesia pela Resolução nº 763 de 5 de Setembro de 1871, para ser de nosso considerada Villa em 1873”⁴⁸.

Contudo, as diversas resoluções de anexação e desmembramento do território de Santa Filomena não podem ser explicados pela falta de habitantes, e o número de homens e mulheres contidos no recenseamento de 1872. E a presença indígena que não foi mencionada? Para um melhor entendimento de como se sucedeu os debates em torno do processo de formação de Santa Filomena como Vila, Iala Santos analisou o processo pós-implantação de uma colônia militar instalada na freguesia de Santa Filomena, na qual menciona aspectos relacionados ao social da freguesia em 1871:

“Não houve praticamente progresso com a criação da colônia de Santa Filomena. Era para povoar e não tinham quantidade suficiente nem para essa localidade ser colocada em documentação como vila. Não havia qualificação de pessoas para cargos políticos [...] e [...] não havia disposição de quem era

⁴⁷ Para mais informações sobre a contagem populacional realizada pelo Império Brasileiro em 1872 nas províncias do Norte brasileiro no qual localiza-se a província do Piauí e demais regiões, ver: http://biblioteca.ibge.gov.br/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio1872.pdf. Acesso 23 de Maio de 2014 ps. 30-31.

⁴⁸ APEPI. Ofício enviado pelo Juiz de direito ao Presidente da Província Emigdio Adolpho Victorio da Costa. Ano 1884, Caixa 182. Serie município, Sub série Santa Filomena.

qualificado se deslocar para locais tão remotos pelo fato de não haver presença de vereadores no local.”⁴⁹

Essa citação demonstra que a inviabilidade da constituição da freguesia como vila não era pela falta de uma população. Faltava gente disposta a morar na vila embora houvesse? Mas o fato de não possuir pessoas alfabetizadas para formular decisões políticas através da escrita. Até por que se torna contraditório se em 1871 não havia uma quantidade de habitantes suficiente e no espaço de um ano o recenseamento informa o número da população livre em torno de 5.536 habitantes.

Em contraste com a população de escravos de aproximadamente 177 entre homens e mulheres, por que nessa região o número de livres era superior ao de escravos? Será por causa de ofertas de trabalho de pessoas que tinham a posse de sítios produtores de alimentos e de criação de pequenos rebanhos de gado, oportunizando o arrendamento, ou jornadas em períodos de plantio ou colheitas?

Ou será a necessidade eminentemente desenvolvida na vila de transportadores por meio de embarcações ao longo do rio? Outra possibilidade do aumento populacional poderia ser pela localização das terras férteis serem ao redor dos afluentes do Rio Parnaíba, impulsionando a aglomeração humana, pois encontrariam as condições propícias para a pecuária e agricultura. Essas condições também podem ser pensadas como os motivos das diversas resoluções de anexação na disputa de terras férteis a continuarem aos domínios de Parnaguá.

1.2 O trabalho livre e escravo na vila de Santa Filomena:

O trabalho escravo nas fazendas de gado e na produção de alimentos se manteve junto ao trabalho livre na economia da Vila de Santa Filomena ao longo do século XIX. Conforme citado anteriormente, a população livre era em torno de 5.536 livres, onde, às vezes, dividiam o mesmo espaço e as mesmas tarefas. Podemos indagar que essa relação mobilizou o conluio entre livres e escravos, seja o contato laboral ou para planejamento de fugas. A

⁴⁹ Ver: SANTOS. Iala de Moura. **Entre colônias, guerras e promessas na província do Piauí: A implantação de colônias civis e militares na província do Piauí no Pós – guerra do Paraguai (1870-1888)** Ps.39-42. (Trabalho de Monografia) Universidade Federal do Piauí 2014.

propósito dessa última relação, sempre eram noticiados pelos jornais locais. Exemplo foi o caso da fuga do escravo Honório. Vejamos:

ESCRAVO FUGIDO

Do abaixo assignado fugiu no dia 08 corrente o seu escravo **Honorio** de 20 annos de idade [...] cujo escravo foi do casal do finado Jose Antonio da Costa e Silva e coube em partilha a Augusto Cezar de Carvalho, que o conduziu para **Santa Filomena** districto de Parnaguá, onde foi comprado pelo annunciante, tendo ultimamente sido alugado pelo funileiro da casa Imperial o Ilm senhor tenente Geraldo Ribeiro da Silva, **para o serviço da iluminação pública** da referida cidade, d'onde se evadio no dia acima referido. Quem os capturar entrega nesta cidade [...] e em **Santa Filomena ao coronel Jose Lustosa da Cunha**, sera bem recompensado. Caxias 13 de Janeiro de 1883. Eduardo Dias Pinto⁵⁰. (grifos meus)

O caso de Honório não foi isolado. Aliás, a fuga de escravos foi tão comum nas vilas piauienses que vários editoriais de jornais noticiavam os fatos. Inclusive, recompensavam àqueles que denunciavam os fujões, mas também procuravam punir aqueles que fossem cúmplices. É interessante notar, nesse caso, que o escravo Honório é parte da propriedade advinda da partilha herdada a Augusto Cezar de Carvalho, o que nos levar a crer que, juntamente com o gado e a terra, os escravos fossem considerado parte significativa das propriedades.

Poucos registros existem dos homens livres; alguns aparecem citados indiretamente nas correspondências oficiais. No entanto, os trabalhadores escravos trazem registros importantíssimos para identificarmos de como a vila fora dinamizada por estes. Certificamos esse argumento através do acesso de manuscritos da vila relacionados à emancipação da escravaria a partir da lei de 1871, do Império Brasileiro. Essa iniciativa do Imperador se dava em meio aos discursos internacionais europeus que reconheciam o império no Brasil como um retrocesso por existir a escravidão, que a Europa não queria ser vista movida pelos “direitos humanos”.

Nesse meio, temos o estado brasileiro que se encontrava diante de um dilema, de certa maneira o imperador D. Pedro II queria o fim da escravidão [...] amante das artes, das tecnologias e do mundo europeu civilizado, via na escravidão a ferida aberta de seu reinado, herança deixada pelo período colonial e que representava o que de mais bárbaro havia no Brasil que a essa

⁵⁰ Jornal “A Época”, “Escravo fugido” n. 244. Teresina 17 de Fevereiro de 1883. Disponível na Fundação Biblioteca nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 25 de Setembro de 2015.

altura da história das Américas era o único país que ainda mantinha essa instituição.⁵¹

Mesmo que a intenção fosse seguir o cenário internacional nas medidas adotadas sobre a desescravização, os proprietários de latifúndios no Império do Brasil não detinham da mesma intenção, pois era visto como prejuízo nas atividades desenvolvidas, seja no campo ou na cidade. A forma aprovada para manter os fazendeiros no controle dos escravizados foi a determinação onde cada município ficasse responsável da listagem de todos os escravos.

Paulo Dantas, ao analisar a emancipação no Piauí, destaca que a classificação era realizada pela elite local, o que favoreceu a condução do trabalho escravo conforme suas viabilidades.⁵² A correspondência do presidente da câmara da Vila de Santa Filomena reitera:

Tenho a honra de levar a conhecimento de V.Ex^a. que nesta comarca que até hoje ainda não se concedo a classificação de escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação desde a execução da lei de 28 de setembro 1871, e a vista de semelhante anomalia, vou solicitar a V.Ex^a. que se digne marcar dia para proceder a primeira classificação de escravos bem para empregar todos os fundos de emancipação que foram distribuídos a este município desde a criação da referida lei.⁵³

Esse ofício permite demonstrar se era considerada uma anomalia não terem sido libertos os escravos em conformidade com a lei, por que a elite proprietária da Vila de Santa Filomena veio solicitar a classificação dos escravos após 17 anos? De acordo com Paulo Dantas, a motivação para o cumprimento da lei inicia com a “lei do sexagenário [...] os receios de se perder escravos de uma hora para outra, deve ter motivado muitos senhores a procurar as sedes dos municípios e solicitarem as juntas classificadoras que os nomes de seus escravos fossem incluídos”⁵⁴. Constatamos que após o envio do ofício do presidente da câmara, Cícero Lustosa da Cunha, em Junho de 1887, o relatório administrativo de Julho do mesmo ano menciona a realização da matrícula dos escravos da região sul do Piauí.

⁵¹DANTAS. Paulo Roberto de Carvalho. A Desescravização da Província do Piauí e o Fundo de Emancipação: um estudo do caso da vila de Valença. In: OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de; SOUZA, Ítalo Cristiano Silva e. (Org.). Olhares de Clio: cenários, sujeitos e experiências históricas. 1 ed. Teresina: EDUFPI, 2013, v. 1, p. 223

⁵² Ibidem., p. 228

⁵³ (APEPI) Ofício enviado pelo Presidente da câmara municipal Cícero Lustosa da Cunha ao Presidente da província Francisco Jose viveiros de Castro. Ano 1887. Caixa 182 série município, sub série Santa Filomena.

⁵⁴ DANTAS. Paulo Roberto de Carvalho. Op. Cit., p. 232

QUADRO 2

RESUMO GERAL DOS ESCRAVOS MATRICULADOS NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ

Município	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
Amarante	216	284	530
Parnaguá	102	114	216
Corrente	84	86	170
Bom Jesus	48	47	95
Santa Philomena	33	39	72

Fonte: Destaque o resumo de escravos matriculados na região sul da província do Piauí. Quadro adaptado por Amanda Fernanda Costa Leal. In: NUPEM. Relatório do Presidente da Província do Piauí, Dr. Antônio Jansem de Mattos Pereira, quando passou a administração da província ao Sr. Dr. Francisco Jose Viveiro de Castro. Impresso na Typ. Provincial, Theresina. 06 de Julho de 1887, p. 33.

Entre as regiões do sul do Piauí, Parnaguá ocupa o segundo distrito que possuía o maior número de escravos. Comparando a proximidade da vila de Santa Filomena, por que essa região se diferenciou entre os anos de 1872 à 1887, apresentando um reduzido número de escravizados? Essa pergunta nos remete às considerações da historiadora Tânia Brandão, referente à escravidão na sociedade piauiense:

Pode-se entender a importância do escravo no quadro econômico-social piauiense, **embora seu número não possa ser comparado com o das regiões agroexportadoras e mineiras**, tendo em vista que **a atividade econômica desenvolvida não exigia grande concentração de escravos**. A opção dos fazendeiros pelo trabalho escravo deu-se ainda no início da implantação da pecuária, quando foi necessário transplantar a mão-de-obra juntamente com as matrizes do gado. Fortes razões teriam contribuído nesse sentido [...] os nativos que habitavam a região não aceitaram pacificamente a penetração dos colonos que ocupavam os vales mais úmidos com seus currais [...] não obstante a **disponibilidade de mão-de-obra, pois muitos colonos oriundos de outras regiões penetravam durante e depois da fase de conquista do território**, observa-se certa indisposição dos pecuaristas em utilizarem esse tipo de trabalhador. **Sua condição de homem livre permitia-lhe abandonar a fazenda a qualquer momento, ficando fora do alcance do senhor fazê-los trabalhar involuntariamente**. [...] os fazendeiros do Piauí, vindos de regiões escravistas, eram tradicionalmente acostumados com o trabalho escravo. [...] O fato é que não foi no Piauí que se violentou a tradicional mentalidade senhorial do produtor brasileiro.⁵⁵

Essa citação de Tânia Brandão demonstra que a atividade pecuarista dependia de uma quantidade mínima de escravos, pois as técnicas especializadas daria conta do cuidado

⁵⁵ BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **A elite colonial Piauiense**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995 ps.167-168

com o gado nas fazendas dos proprietários locais. O número de homens livres identificado no recenseamento de 1872 contribuiu com a afirmação da autora para que não houvesse um número superior de escravos na vila. Essa citação se torna importante na análise das fontes, pois permite reconhecer por mais que a presença de escravizados fosse em número reduzido, permaneceu contribuindo com a mão-de-obra ao longo do Império, e quanto aos seus direitos que lhes foram usurpados do fundo de emancipação mencionado. No mesmo relatório, é demonstrado que até o ano de 1887 não tinha realizado nenhum arrolamento nas regiões pertencentes ao sul da província do Piauí.

Na prática, a lei não era passada a contento. Após o ofício enviado pela comissão da câmara da Vila em agosto de 1887 ao Presidente Francisco José Viveiros de Castro, foi solicitado da presidência e Secretaria do governo do Piauí informações sobre o fundo de emancipação da referida vila:

Desde 24 de fevereiro de 1884, quando foi distribuída a 5ª quota do fundo de emancipação que se acha creada a classificação de escravos do município de **Stª Filomena**. Nesta distribuição cabe aquele município a quantia de 172§ 230. Na 6ª quota que foi distribuída em 26 de dezembro do referido ano, coube - lhe a quantia de 208§ 850; e , finalmente, na 7ª distribuída a 21 de Maio do ano passado 356§807. E porem certo que a despeito das ordens que tem sido expedidas, **até hoje ainda não funcionou a junta classificadora de escravos de Santa Filomena**, e portando deixado de ter aplicação as três quotas distribuídas na importância de 737§ 887. Secretaria do governo do Piauí, 13 de agosto de 1887. O chefe da 2ª seccção. Antônio Chaves Ferreira⁵⁶.

Essa correspondência informa que as “ordens que tem sido expedidas, ainda não funcionou a junta classificadora de escravos de Santa Filomena” só atesta a influência da elite local no descumprimento das leis para evitar que fossem prejudicados com os regulamentos que reclama a abolição em todo o país. O ofício informa que houve três repasses de recursos para os fazendeiros da vila no ano de 1884 foram autorizadas duas liberações, em 1885 foi autorizada novamente mais uma parcela de recursos, que foi recusada pelos pecuaristas e reclamadas à véspera da abolição para que fossem repassados os valores correspondentes a cada um desses trabalhadores escravos.

Mesmo com as investidas do império com as propagandas das leis, os trabalhadores escravizados da vila de Santa Filomena permaneceram, como em muitas outras vilas interioranas da província do Piauí, desfavorecidos/retraídos das condições de liberdade sem seus senhores.

⁵⁶ (APEPI) Ofício enviado pela Secretaria do Governo do Piauí pelo chefe da 2ª seccção. Antônio Chaves Ferreira. Ano 1887. Caixa 182, série município, sub série Santa Filomena.

O jornal conservador “A Época” aponta que o não desenvolvimento da Vila está ligado ao trabalho escravo como também ao não cumprimento de esforços do então João Lustosa da Cunha Parnaguá. Este, além de retardar a liberdade dos escravos, também ignorava a introdução da navegação a vapor na vila de Santa Filomena. Portanto, severas críticas apontavam esse controle de Cunha Parnaguá sobre aquela vila.

Infelizmente o visconde de Paranaguá conserva esta colônia segregada completamente do mundo civilizado, [...] evitando assim penetre nos seus estados os lampejos do progresso material que criam amor ao trabalho, [...] **a escravidão, que a villa embrutece, da liberdade, que purifica e eleva o ser humano**, sublimando sua sagrada missão sobre a terra⁵⁷.

Esse comportamento era típico dos idealistas do Partido Conservador em que tinham o Dr. Antônio Coelho Rodrigues crítico nevrálgico e por isso denunciava a escravidão que permaneciam em regiões do interior. A esse assunto, Ana Regina Rêgo analisa que a atuação e a influência dos conservadores na imprensa piauiense ocorriam “é nos gabinetes conservadores que as leis emancipatórias ganham vez”⁵⁸ através de artigos a favor das leis de emancipação e dos grupos políticos ligados a sua cúpula social e econômica.

Apesar da influência política de João Lustosa da Cunha Parnaguá, conforme veremos a seguir, a Vila de Santa Filomena começa a ganhar destaque nas notícias oficiais da província.

⁵⁷ O Jornal “A Época”, “A navegação do Parnaíba” Nº 198. Teresina 24 de Março de 1882 pag.01 Disponível na Fundação Biblioteca Nacional na Fundação Biblioteca nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 12 de março de 2015.

⁵⁸ RÊGO. Ana Regina. **Imprensa Piauiense**: Atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves 2001. p.89

CAPÍTULO 2

OS DISCURSOS DE VISIBILIDADE/VIABILIDADE DA VILA DE SANTA FILOMENA NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ

2.1 “As terras de outro hemisfério”⁵⁹ a Vila de Santa Filomena é notícia nos meios oficiais:

Alguns municípios desta província [...] quase que estão despovoados; por que sua população, não encontrado mais ali meio de subsistência, **se internara pelo interior** em demanda de outros municípios e especialmente desta **capital** em procura de recursos para sustê à vida⁶⁰. (Grifos meus)

Essa edição do Jornal “A Época” coincide com o contexto da seca e propiciou não apenas a visibilidade da capital, mas também as notícias de regiões interioranas nos editoriais jornalísticos da segunda metade dos oitocentos, que procuravam demonstrar que as populações pobres que se encontram em locais sem “meio de subsistências” seguiam para regiões do interior.

O centro da crítica era para a administração do Partido Liberal, que através do jornal “A Imprensa”, que circulou no período de 1865/1889, estava sob a responsabilidade do deputado Deolindo Mendes de Moura, descendente direto da família Castelo Branco. Sendo seus redatores pertencentes ao quadro de deputados e senadores da província, a atuação política nesse partido tinha respaldo no patriotismo, com ideais ligados à liberdade da revolução francesa, propondo a administração do império não mais centralizada ao imperador⁶¹.

A linha editorial é contrária ao periódico “A Época”, de tendência conservadora, administrado por Simplício de Sousa Mendes, pertencente direto da família dos Sousa Martins. Sendo um dos principais representantes editoriais, o deputado Simplício Coelho de

⁵⁹ Jornal “A Época”, “Para o cidadão ministro da justiça ver... e admirar se for capaz !” n.98. Teresina 21 de Fevereiro de 1880. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

⁶⁰ Jornal “A Época”, “A secca e os emigrantes” Nº 02. Teresina 13 de Abril de 1878. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

⁶¹ RÊGO. Ana Regina. **Imprensa Piauiense**: Atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves. p. 80

Rezende. O ano de fundação deste periódico coincide com a estiagem prolongada que iniciou em 1877/1879 até 1889, o que oportunizou divulgar informações nesse contexto, relacionando-as sempre às decisões dos governantes do partido liberal, mais precisamente com as distribuições dos recursos que deveriam amenizar as dificuldades da população pobre carente de recursos do período⁶².

Os periódicos analisados, além de “sessões oficiais dos membros da política local”, acabaram inserindo notícias variadas sobre os governos provinciais, sobretudo, digladiavam entre si.⁶³

Para Heloísa Cruz, a imprensa como meio de divulgação comercial aproximou as diferentes camadas sociais, que passaram a depender do comércio:

Nessa conjuntura, a difusão e a “popularização” da cultura letrada por meio [...] [d] o desenvolvimento da linguagem comercial da propaganda e a **formação de uma imprensa comercial** colocam-se como questões importantes para compreensão das **novas redes de comunicação social na metrópole** e das relações de poder aí emergentes.⁶⁴

Através dessa reflexão de Heloísa Cruz referente à popularização da imprensa comercial em São Paulo, notamos essa questão no Piauí em que os discursos também não ficaram empreendidos na política local, fazendo parte às divulgações relacionadas aos diferentes produtos ofertados na província piauiense. Então, por meio dessa abertura, oportunizou a narrativa nesta pesquisa sobre a economia de regiões do interior, pois o corpo comerciário das pequenas vilas se estendia até a Capital de Teresina.

Ao entendermos os objetivos de interesses políticos dos jornais, nos interessa apresentar os discursos sobre o público que se refere às camadas pobres, no qual nos detemos à intenção investigativa, para o conhecimento das condições do viver da população do Piauí no interior, haja vista que os temas abordados tratavam-se dos deslocamentos de fluxos de pessoas que fugiam das zonas de escassez, além de Teresina e de vilas distantes da capital.

⁶²Ibidem., Ps.87-88

⁶³ A imprensa piauiense esteve ligada a grupos familiares que planejavam quaisquer estratégias para chegar ao poder ou nele permanecer e a imprensa era uma forma de criticar uns aos outros. Segundo Tânia Brandão: “Na sociedade Piauiense, a relação das pessoas com o poder achava-se determinada por sua origem familiar. Esse aspecto basilar da estrutura do poder local foi uma constante em todo o período colonial. É certo que, no início do processo de organização da ordem social piauiense, o estrato superior começou a ser delineado na luta pela posse de terra. Porém, ao término da fase colonial, a configuração das elites confundiram-se com a estrutura familiar. A verdade é que a hegemonia política dos senhores rurais alicerçava-se na sua ação, moldada no parentesco, na solidariedade mútua e no manejo com o poder”. Cf. BRANDÃO. Tânia Maria Pires. **A Elite Colonial Piauiense: Família e poder**. 2ª ed., Recife. 2002, p. 319

⁶⁴CRUZ, Heloísa de Faria: **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915** / Heloísa de Faria Cruz. - São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.p.32

No fragmento que segue registrado, no ano de 1878 é possível observamos que as notícias não eram apenas relacionadas à Capital, havendo um desvio de direcionamento para regiões internas no qual pouco se tinha notícia, exceto, quando fossem temas relacionados aos fatores climáticos. Em relação à carência de produções, foram deixados vários registros que afetaram negativamente a população pobre de vilas diversas. Nessa perspectiva, destacamos a emigração para o interior, especificamente para a vila de Santa Filomena, que foi o destino de muitos homens livres, conforme o livro da Comissão de Socorros da Capital do ano de 1879:

Autorizo a comissão de socorros desta Capital, a comprar, sementes a cada uma das comissões de Parnaguá e **Santa Filomena**, no vapor que para neste último ponto parte, a quantia de duzentos mil [...] em fazendas para vestuários dos **emigrantes que se achão [sic] em estado de nudez naquelas localidades.**⁶⁵

A autorização para a liberação de recursos para o suprimento da alimentação e vestuário desses emigrantes para se instalarem na Vila de Santa Filomena não era garantia de que todos os recursos foram aplicados para estes fins, sobretudo, porque alguns se encontravam em “estado de nudez”. É bem verdade que muitos administradores dos núcleos se aproveitaram dessa demanda de homens e mulheres para suprir a falta de braços, por ser uma região longínqua da Capital e por não oferecer “progressos” – estradas, urbanização, etc.

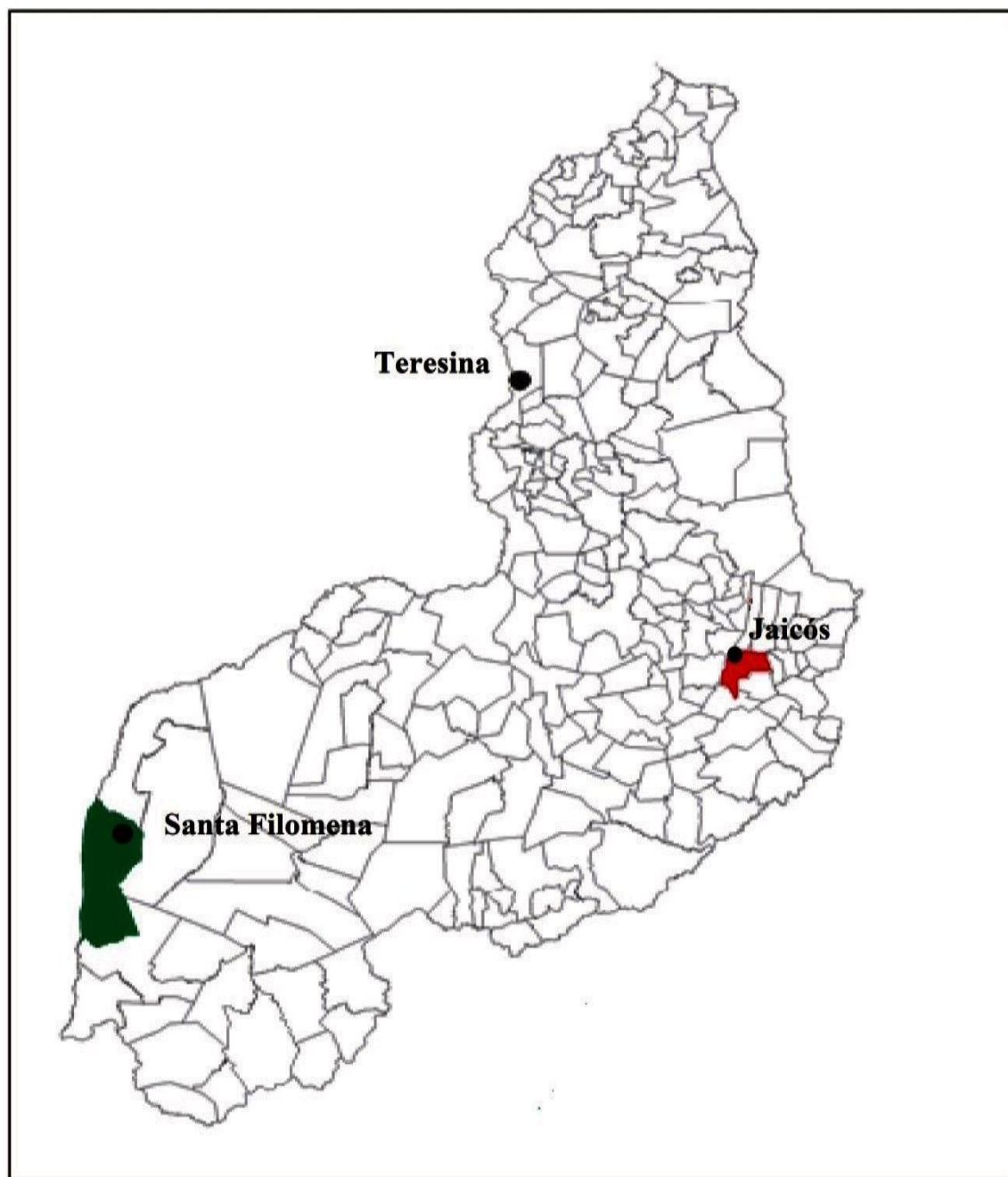
São perceptíveis as inconveniências anunciadas no Jornal a “A Época” para denegrir o interior do Piauí e é enfático na edição de nº 98⁶⁶, ao informar que a decisão tomada pelo Presidente Provincial Manoel Idelfonso de Souza Lima, relativa à transferência do senhor José Ribeiro de Brito, professor de Primeiras Letras da Vila de Jaicós para exercer sua profissão na Vila de Santa Filomena. Ao ponto do editor fazer referência à Vila de Santa Filomena como “terras de outro hemisfério”, tendo em vista como uma decisão inviável em que o professor seria transferido para um lugar tão distante, onde teria dificuldades de transporte ou de comunicar-se com a família. De fato, teria mesmo, mas qual o motivo da transferência do professor? A quem o professor estava ligado, partidariamente? Responderemos essas questões posteriormente, mas agora interessa-nos deduzir o porquê de Santa Filomena ainda continuar sendo vista como lugar de desprezo pelos sujeitos que moravam na Capital, inclusive, sendo um lugar de castigo para punir os servidores provinciais. Vejamos o mapa abaixo que demonstra a localização das Vilas mencionadas:

⁶⁵ (APEPI) Livro da comissão de Socorros Públicos Ano. 1879. 1 Seccão N° 11. Cod. 579. Est. 05 Prat. 02

⁶⁶ Jornal “A Época”, “Para o cidadão ministro da justiça ver... e admirar se for capaz !” n.98. Teresina 21 de Fevereiro de 1880. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

MAPA 02

LOCALIZAÇÃO, TERESINA – JAICÓS – SANTA FILOMENA



Mapa: 02 Destaque a localização das Vilas de Jaicós e Santa Filomena. Adaptado por Amanda Fernanda Costa Leal, a partir do mapa original publicado em <http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/piaui/relatorios/174.pdf>

Analisemos o mapa. As cores em vermelho e verde destacam a localização das Vilas de Jaicós e Santa Filomena; observamos que a localização da Vila de Santa Filomena se torna distante de Teresina e da Vila de Jaicós, tornando alvo de severas críticas nos noticiários

do jornal, mas o fato é que a transferência do professor estava associada ao poder do partido Liberal por este apoiar ao partido Conservador.

Mediante as questões, é possível notar que a Vila de Santa Filomena seguia martirizada como lugar horrendo em que paira a pobreza e a fome. No entanto, nos períodos de estiagem – 1877-1879 – o que houve foi uma migração de gente de todos os lados e que ajudou a ampliar o número de habitantes locais. Muitos desses homens seguiram para outras fronteiras, outros permaneceram em terras piauienses, seja na Capital da província ou no interior. Conforme ofício enviado pelo juiz Elpídio José de Carvalho e Sousa para o presidente Sancho de Barros Pimentel, registrando que:

A secca este terrível flagelo que ha três anos assola as províncias de Pernambuco, Parahyba, Rio grande do Norte, Ceará e diversos municípios desta, tem feito que **a emigração para a margem do rio Parnahyba atinja um número extraordinário de d`almas** em busca de recursos necessários para salvarem suas vidas ameaçadas, e sendo em maior número dos **emigrantes inteiramente pobres [...]**.⁶⁷

Essas informações sobre a emigração em torno do rio Parnaíba pelo juiz condiz com a existência de homens livres e pobres em Santa Filomena, o que contribuiria para a exploração das terras devolutas que ali possuíam. O relatório de província informa a distribuição de recursos da comissão de socorros para a capital e as localidades que receberam emigrantes que partiram de embarcações de Teresina no período de Dezembro de 1878 a março de 1879.

QUADRO 03

QUADRO DAS DESPESAS EFETUADAS PELA COMISSÃO DE SOCORROS DE TERESINA

Fazendas	Para os d´esta cidade e os que embarcaram neste período	8:31\$0440
	Para os de Barras	227\$740
	Para os de Parnaguá e Santa Filomena	400\$000
	Para o núcleo São José	600\$000
	Carne Verde	21\$211\$110
	Somma	30:749\$290

⁶⁷ APEPI. Ofício enviado pelo Juiz de Direito Elpídio José de Carvalho Sousa ao Presidente Sancho de Barros Pimentel Ano 1878, Caixa 182. Série município, Sub série Santa Filomena.

Fonte: Destaque as despesas realizadas pela comissão de socorros aos emigrantes que embarcaram para Santa Filomena. Quadro adaptado por Amanda Fernanda Costa Leal. In: NUPEM. Relatório do presidente José Mariano Lustosa do Amaral, passou a administração da presidência ao Dr. Firmino de Souza Martins Impresso na Typ. Provincial, Teresina. 18 de Março de 1879. p.22

O relatório indica que foi providenciada a compra de fazendas e carnes, para suprimentos dos desvalidos da capital e dos emigrantes que partiram de Teresina, entre uma das regiões, a Vila de Santa Filomena e Parnaguá.

As pesquisas que foram desenvolvidas sobre as emigrações no Piauí no período da seca entre os anos de 1877-1879, foram direcionadas pelos historiadores ao cenário da Capital Teresina. Entre os estudos de referência se encontra o da historiadora Maria Mafalda Baldoíno - "Cotidiano e Pobreza em Teresina".⁶⁸ A sua investigação buscar dar visibilidade às experiências dos homens livres e pobres em Teresina entre os anos de 1877-1914, fazendo parte da corrente historiográfica da História Social, seguindo o viés empírico proposto por Ângela Maria de Castro Gomes, ao indicar que "as relações sociais de dominação no mundo do trabalho é o fato de sustentarem que os trabalhadores - todos eles, inclusive os escravos - são sujeitos de sua própria História"⁶⁹. Através deste direcionamento, Araújo envereda para pesquisar um "novo" direcionamento com relação à História do Piauí e incide seus esforços para os emigrantes que permaneceram na capital. De acordo com a pesquisadora, "A população do Piauí e, particularmente, a da Capital, viveu, àquela época, a situação crítica da miséria, provocada pela migração nordestina, em decorrência da seca (1877-1879)"⁷⁰.

Nas análises, a historiadora segue apontando a problemática da seca e a aglomeração dos homens pobres livres na capital que será vista pelos poderes administrativos, judiciais e policiais como inconvenientes ao espaço construído na capital piauiense, que deveriam ser disseminadas a sua presença para distante da capital.

A esse respeito de intensas migrações no período da seca de 1877, o historiador Frederico de Castro Neves, com a preocupação em investigar a história vivenciada por inúmeros sujeitos que tinham como expectativa seguir até capital Fortaleza em busca de auxílio para subsistir, descreve como os emigrantes foram recepcionados com distanciamento pelos grupos de elite.

⁶⁸ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e Pobreza: A magia da Sobrevivência em Teresina** EDUFPI, 2010. ps. 21-147

⁶⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 34, p. 157-186, 2004. P.160.

⁷⁰ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e Pobreza: A magia da Sobrevivência em Teresina** EDUFPI, 2010. p 21

De um lado, a sensação de que aquela multidão de miseráveis agride a sensibilidade de uma elite urbana civilizada. Os pobres pedem esmolas, perambulam pelas ruas sem ocupação, utilizam as áreas públicas da cidade, como praças e ruas, e trapaceiam para obter maiores ganhos de caridade. [...] A seca de 1877 assumia “não apenas o aspecto de flagelo público, mas também de estranha e dolorosa novidade”; Para a geração que tinha, então, o comando da vida pública nacional.⁷¹

Essa percepção de Frederico Neves frente aos espaços urbanos pode ser associada aos lugares que concentrou emigrantes. Como exemplo, a passagem da emigração no Piauí. Concentrada na Capital, as notícias em matérias do Jornal “A época” não as diferenciavam nem em menor grau o que viveram os cearenses, que logo deveria ser superada:

A população emigrante nesta cidade arrasta-se faminta, nua e doentia pelas ruas da cidade a esmolar; por que na casa em que se diz que governo mandar distribuir viveres para ella, só se os vende pelo mesmo preço que o mercado – onde vai achar dinheiro quem não tem um punhado de farinha para comer, e um pedaço de panno para cobrir a nudez? Supporta os rigores da estação debaixo das árvores, nas praças públicas.⁷²

Muitos emigrantes tiveram que permanecer na capital do Piauí, pelos rigores da fome que os impossibilitavam de seguir viagens à procura de espaços seguros para assentar suas famílias. Além disso, os corpos doentes e fragilizados forçavam ainda mais sua estadia na capital antes de direcionarem para outros locais.

Para tanto, o nosso direcionamento difere, pelos menos geograficamente, de Araújo, pois buscamos centrar nossos estudos para as “emigrações” que se deslocaram de diversas províncias do Norte e se deslocaram para o interior do Piauí, especificamente para a região Sul.

Ressaltamos que as migrações foram constantes, por não existir nenhum tipo de organização no campo que pudessem oferecer subsídios assistencialistas emergenciais. Essa situação foi comum em muitos lugares, conforme observadas por Georg Lefebvre no interior da França no século XVIII, que as populações do campo buscaram socorros nas cidades por ser a área rural isenta de concessões de benefícios.⁷³

Sendo oportuno conhecer quais as medidas acionadas pela comissão de socorros para dispersar o grande número de emigrantes que se concentravam na capital, os registros de época atestam contratos para a criação de núcleos entre fazendeiros e a comissão de socorros

⁷¹NEVES, Frederico de Castro Neves. **A multidão e a História**: Saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro 2000. p.27

⁷² Jornal “A Época”, “Secca e os emigrantes” Nº 02. Teresina 13 de Abril de 1878. Disponível na Fundação Biblioteca nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 25 de Setembro de 2015.

⁷³LEFEBVRE, Georges. O grande medo de 1789, Rio de Janeiro: Campus 1979. p.31

firmados na presidência do conservador José de Araújo Costa, entre as medidas de implantação relacionadas, Maria Mafalda Baldoíno mostra que os:

núcleos coloniais tinham por objetivos receber imigrantes [...] em áreas próximas à capital, [...] evitando assim, possíveis problemas sociais. Um outro fato [...] foi a carência da mão-de-obra escrava e a existência de abundante mão-de-obra para o trabalho agrícola [...] impulsionou a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre na província do Piauí.⁷⁴

Esses núcleos, na prática, deveriam ter auxiliado e iniciado o trabalho livre remunerado. Os trabalhadores livres, ao se direcionarem a esses núcleos por entenderem que se tratava de trabalho remunerado, supomos que ao perceberem que não tinham garantia e segurança alguma no proveito do seu trabalho, tenha motivado a migração para o interior.

Ao analisar o assistencialismo providenciado pelo Governo Imperial para medidas emergenciais neste período, nos auxiliaremos das considerações de Frederico de Castro Neves, ao perceber que a implementação não teve os objetivos almejados através do descumprimento dos governos locais:

A ajuda oficial, assim, ao contrário da “caridade pública”, estava condicionada, pelo menos em parte, ao trabalho. [...]. Se a caridade nada pede em troca, os socorros oficiais jamais poderiam ser oferecidos sem que se transformasse em um investimento para o futuro, já que “ninguém quererá contestar as **vantagens resultantes de tais trabalhos** e com eles, em vez de mendigos, teremos trabalhadores”⁷⁵.

Por mais que existisse o assistencialismo, os suprimentos alimentícios dados aos emigrantes eram trocados por esforços de trabalho. As medidas circunscritas pelo governo através do assistencialismo era superar a presença de inúmeros trabalhadores pobres através da imposição do trabalho em terras para atividade do gado ou agrícola, ou mesmo construções urbanas, assim não foram oferecidas ao grande público carente conforme concedido pelo Império.

Como os recursos da comissão de socorros não contribuía para a permanência de muitos emigrantes na Capital, através de reflexões históricas, juntamente com as fontes, percebemos a necessidade de investigações relacionadas ao trabalho livre, vivenciados no interior da província durante e após a passagem da seca.

O vínculo aqui narrado em relação à história política é apenas como o meio de acesso aos discursos que mencionaram às camadas pobres do meio rural. “O quer que tenha

⁷⁴ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder e seca de (1877-1879) no Piauí**. Teresina 1.ed. 1991. p.80

⁷⁵ NEVES, Frederico de Castro. Op. cit., p.31

sido essa hegemonia, ela não envolvia a vida dos pobres, nem os impedia de defender seus próprios modos de trabalho [...], suas próprias satisfações e visão de mundo”⁷⁶. Assim, atingiremos o propósito que é o conhecimento relacionado ao trabalho de muitos homens do interior piauiense no século XIX.

2.2 O florescer da produção alimentar nas terras da Vila de Santa Filomena.

“Quanto ao comércio é assaz (SIC) reduzido. Os gêneros são todos importados ou de Amarante nes’ta província ou de São Luís”.⁷⁷

Essa epígrafe demonstra a intensa comunicação manuscrita que foi produzida entre os presidentes provinciais e as autoridades do judiciário piauiense. O assunto pautado dizia respeito ao andamento da economia das diversas vilas desta província; somam-se a esses temas a questão da escoação das mercadorias e o uso da mão de obra. As respostas enviadas ao presidente pelas autoridades locais tratavam sempre do mesmo viés: o atraso daquela região por ser recorrente a importação de gêneros diversos da província do Maranhão.

Embora os discursos das autoridades políticas apontassem para um cenário de crises, caso exemplar foi à seca de 1877-79, encontramos documentos que nos relatam a produção de gêneros alimentícios na Vila de Santa Filomena, que, apesar da escassez, era responsável pelo abastecimento interno de inúmeras regiões como Oeiras e Jaicós.

A epígrafe no início do texto é citada pelo Juiz de Direito, Dr. José de Azevedo e Silva, da referida Vila em foco, que menciona um “comércio assaz reduzido”, mas indagamos que o comércio torna-se “reduzido” quando comparado à exportação em larga escala da província maranhense. Ao referir à produção de alimentos, enfatiza que “gêneros alimentícios não importam, se não raríssimas vezes e em diminutíssima quantidade”. Alega-o por considerar que o entrave não se concentrava na resistência dos homens livres pobres em manusear outras ferramentas de trabalho, senão a enxada. Esse instrumento causava atraso à produção, deixando-a em “diminutíssima quantidade”.

⁷⁶ THOMPSON. Edward Palmer. **Costumes em Comum**: Estudo sobre a Cultura Popular. São Paulo: Companhia das Letras 1998. P. 78

⁷⁷ (APEPI). Ofício enviado pelo Juiz de Direito José de Azevedo e Silva ao Presidente Emigdio Adolpho Victorio da Costa. Caixa 182. Ano 1884. Serie município, Sub série Santa Filomena.

Por outro lado, a produção alimentícia era favorável nas terras da Vila de Santa Filomena por situar em brejos. O engenheiro alemão Gustavo Luís Guilherme Dodt, em visita ao sul da província do Piauí, ao descrever o percurso que fez ao longo do rio Parnaíba em 1868, discorre sobre os pontos apropriados para a implantação de uma colônia agrícola. Dentre eles, os tipos de solo presentes no alto Parnaíba, que seriam favoráveis às produções. “As terras férteis e próprias para a cultura dividem-se, portanto em quatro classes vazantes, boqueirões, brejos e veredas”⁷⁸. O autor ainda especifica as culturas apropriadas para os brejos que “são excelentes para cana de açúcar, arroz, milho, mandioca, araruta, inhame, baunilha, banana e algodão herbáceo”⁷⁹; em outro momento de sugestões de como melhor desenvolver a agricultura, expõe:

Depois de se terem removido deste modo os obstáculos existentes, poder-se-á dar um impulso forte à lavoura, promovendo-se o aumento na produção dos **gêneros que já se cultivam** e, **entre estes além dos legumes, principalmente o algodão**, e introduzindo-se a cultura de outros como o café.⁸⁰

Além de estudos que comprovavam a viabilidade do cultivo de certos gêneros, indicados na classificação das terras pelo engenheiro, a citação informa que já eram cultivados “legumes”, não em grande escala, conforme o viajante pretendia. Ao longo do percurso em terras de brejos, possivelmente observou o trabalho já exercido por homens livres e pobres, e por isso sugeriu introduzir como novas plantações o cultivo do café, que seria mais um “impulso forte à lavoura”.

Por haver indícios de trabalho na lavoura, por mais que fosse incipiente nas regiões de brejos, é pertinente destacar os estudos de Maria Yedda Linhares sobre as questões das terras férteis, que ao serem destinadas a gêneros agricultáveis no período colonial no Brasil, contribuíram significativamente para a distribuição de terras, sendo importante destacar o viés teórico sobre os:

vários foram os papéis da agricultura de subsistência na colônia portuguesa que se implantava [...] o de ocupar a terra desbravando-a e povoando-a e, ainda o de organizar-se sob formas de trabalho familiar para produzir

⁷⁸DODT, Gustavo Luís Guilherme. **Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi**: ED: Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1939. p. 115.

⁷⁹ Idem. Ibidem., p.117

⁸⁰ Idem. Ibidem., p.97,98

excedentes e atender, progressivamente, às necessidades dos núcleos urbanos em expansão.⁸¹

É importante ressaltar que essa estrutura proposta por Linhares, relacionada à agricultura de alimentos em “ocupar a terra” que levou ao desenvolvimento do “trabalho familiar”, foram estendidas para o Império. Através de análises de registros eclesiásticos de terras do termo de Parnaguá de 1859, na qual pertencia à freguesia de Santa Filomena em 1856, se tornam imprescindíveis para o conhecimento das posses de terras desde sua formação inicial, entre os registros que destaca a posse de terra ligada à família, se encontra a da senhora Maria José de Silveira, no qual declara:

Registro de declaração de terrenos dos Filhos órfãos de dona Maria Jose de Silveira cujo teor e o seguinte o abaixo (sic) asignado comunicado de Dona Maria Jose de Silveira, esta como tutora de seus filhos órfãos Antônio Jose de Silveira Felisbela, Francisco Antônio, Joaquim, Maria da Gloria, Maria da Penha declara que cada um de seus filhos he possuidor na freguesia de Santa Philomena, desmembrado a parte desta freguesia de Nossa Senhora do livramento da Villa de Parnaguá de setenta e cinco braças de terras, em comum com outras na fazenda da conceição, Ribeira do Gilbués pertencente a dita freguesia, [...] qual seja a extensão e limites da mesma fazenda, e por não saber não escrever [...]⁸²

A declaração de Dona Maria José de Silveira consta que todos os 06 filhos “eh possuidor de setenta e cinco braças de terras” próximas da ribeira do Gilbués e dividem “em comum com outras na fazenda da conceição”. Conforme demonstra Márcia Motta sobre a lei de terras de 1850, “qualquer indivíduo podia esta ciente de que os pressupostos estabelecidos pela lei de 1850 permitiam que todos os posseiros, independentemente da extensão de suas terras – pudessem registrá-las”⁸³

Foi o que possibilitou a declaração de Dona Maria José de Silveira, em que assegura as terras de seus filhos órfãos. Por mais que o registro não tenha informações detalhadas sobre os filhos órfãos, com relação à idade, se já eram adultos ou crianças, se já possuíam família própria, provavelmente a intenção da declarante no registro era garantir a sustentabilidade da sua família nas terras e mantê-la através de cultivos ou até mesmo a criação de bovinos em pequena proporção.

⁸¹CF.LINHARES. Maria Leite Yedda. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)*. In: *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*. Volume 2, N. 1, p. 132-150, Dez. 1996. P.04 Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

⁸² APEPI. Registro Eclesiástico de terras. Do termo de Parnaguá 1856. Cadastro 850. Maria José de Silveira

⁸³ MOTTA, Márcia Maria Menendes. **NAS FRONTEIRAS DO PODER**. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro 1998. p. 166.

Por causa da má conservação do livro de registro eclesiástico de terras do termo de Parnaguá de 1856, só foi possível analisar 10 declarações de registro de terras do ano de 1859⁸⁴. Sobre os tipos de propriedades declaradas na freguesia de Santa Filomena, 03 registros declarava a posse de sítios, e 01 declarava a posse em uma fazenda. E dos registros do termo de Parnaguá, 04 declaravam posses em terras de sítios e 02 declaravam as posses de fazendas.

Entre os registros do termo de Parnaguá, constam 02 familiares dos Lustosa Parnaguá, Trajano Lustosa, Tenente Fábio da Cunha Lustosa. Por exercer a política da região desde a ocupação no século XVII, observamos que o tipo de propriedade que ocuparam se tratavam de fazendas nas quais não constam os limites e nem as áreas ocupadas. “Registro de declaração do terreno do tenente Fábio da Cunha Lustosa cujo teor é o seguinte tenho na Fazenda do Mimoso situada nesta freguesia huma parte em commu, cujos limites ignoro. Vila de Parnaguá Vinte de Março de Mil Oitocentos e Cinquenta e Nove. Fabio da Cunha Lustosa”⁸⁵.

Por se tratar de terras de famílias de elite da região, Márcia Motta, ao estudar as formas de acesso de terra no século XIX, expressa uma das características que lhes foram peculiares.

senhores de terras não estavam acostumados a seguir uma determinação legal acerca da mediação e demarcação de suas terras [...] o mais provável que esses senhores agissem como sempre o havia feito, ou seja, descumprindo qualquer norma que pudesse limitar seus poderes.⁸⁶

Isso demonstra o porquê tão resumida a declaração da parte de terras que o pertencia: conforme o registro, o mesmo ignorava os limites. Essa característica não ficou restrita apenas ao expansionismo dos fazendeiros, “Ao mesmo tempo em que fazendeiros e lavradores continuaram a expandir suas terras pelas portas dos fundos de suas fazendas e sítios”⁸⁷

Avaliamos que essa foi a forma de garantir a posse de terra na época, tanto na freguesia de Santa Filomena como na vila de Parnaguá, por núcleos familiares pertencentes ao

⁸⁴ Foram analisadas 04 declarações que pertenciam a declarantes possuidores de terras do termo da freguesia de Santa Filomena: Maria José de Silveira, Ricardo dos Reis Pinto, Guilhermina Maria da Silva e Andrade Gomes da Silva e 06 registros de declarantes possuidores de terras do termo de Parnaguá: Joaquim Rodrigues de Freitas, Antônio Gomes de Sá, Alexandre Mauricio Gomes, Jose Joaquim de Fontes, Andrade Gomes da Silva, Trajano Lustosa, Fabio da Cunha Lustosa.

⁸⁵ APEPI. Registro Eclesiástico de terras. 012 Do termo de Parnaguá 1856. Cadastro 863. Fabio da Cunha Lustosa.

⁸⁶ MOTTA, Márcia Menendes. Op.cit., p.166

⁸⁷ Ibidem., p.166

poder político da região. Também pode ser considerada como oportunidade para homens livres pobres que viram a forma de adquirir extensões de terras suficientes para montarem seus sítios e cuidar do plantio e da criação de animais. Vejamos abaixo:

Registro de declaração do terreno de Guilhermina Maria da Silva, cujo teor he o seguinte o abaixo assignado como encarregado de Guilhermina Maria da Silva declara que ela eh possuidora na freguesia de **Santa Filomena** desmembrada novamente desta de Nossa Senhora do Livramento da vila e comarca de Parnaguá de **duas parte de terras**, huma no **Sítio Buriti** e outra no **Sítio Vereda Comprida** pertencente a Fazenda várzea grande, ribeira do Gilbués desta freguesia comum com as outras cuja quantidade ou braças e ignorado.⁸⁸

Neste registro, Guilhermina Maria da Silva teve a oportunidade de garantir o reconhecimento de que “pertencia duas parte de terras” em dois sítios diferentes. Certamente, deduzimos que para garantir a ocupação, produção e zelo das ditas terras, procurou assentar agregados, roceiros e outros. Sobre estes estabelecimentos rurais, Tânia Brandão, ao analisar os aspectos da economia piauiense, argumenta que:

Os estabelecimentos rurais que recebiam a designação de sítios localizavam-se, comumente em regiões úmidas e férteis [...] Os sítios desempenham importante papel no contexto piauiense. Eles foram um dos meios de fixação de grande parte da população e o local específico para a agricultura de subsistência que chegou a produzir excedentes.⁸⁹

Partindo deste conceito, e por meio da análise desses registros, presume-se que essa região da Vila de Santa Filomena possuía inúmeros sítios. “Ricardo dos Reis Pinto. [...] declara que é possuidor na freguesia de Santa Philomena [...] “do sítio agua branca[...]”⁹⁰, “Andrade Gomes da Silva [...] declara que he possuidor na freguesia de santa Filomena [...] em uma parte de terras em comum com outras no sitio Lagoa grande”⁹¹. Estes sítios poderiam oferecer trabalho que garantiria a produção de alimentos para a subsistência das famílias, como também abastecer as regiões limítrofes que eram carentes de recursos.

A análise nos registros paroquiais nos anos de 1859 demonstra que uma das formas de acesso de propriedades rurais na freguesia de Santa Filomena era a posse. Em comparação com a vila de Parnaguá, verificamos o mesmo caso; como a investigação não dispõe de

⁸⁸ APEPI. Registro Eclesiástico de terras. 012 Do termo de Parnaguá 1856. Cadastro 854. Guilhermina Maria da Silva.

⁸⁹ BRANDÃO. Tânia Maria Pires. **A Elite Colonial Piauiense: Família e poder**, 2ª ed, Recife. 2002. P.50

⁹⁰ APEPI. Registro Eclesiástico de terras. 012 Do termo de Parnaguá 1856. Cadastro 849. Ricardo do Reis Pinto.

⁹¹ APEPI. Registro Eclesiástico de terras. 012 Do termo de Parnaguá 1856. Cadastro 861. Andrade Gomes da Silva.

números maiores de registros por ocasião da fragilidade de manuseio do livro de registro, pode-se dizer que essa forma, por ser comum desde os seis primeiros anos que a freguesia foi desmembrada de Parnaguá, possivelmente poderia ter apresentado uma continuidade no decorrer do tempo.

Por estar ausente, a quantidade territorial nos impede o conhecimento de indicativo da predominância de pequenos ou grandes sítios produtores de alimentos. Estes, provavelmente, tenham oportunizado aos homens livres pobres e aos escravos o acesso ao trabalho nas diversas fazendas que foram montadas ao longo do século XIX.

Com relação aos sítios indicados nos registros, implica que nem sempre as terras seriam para a criação de gado. Havendo o cultivo de gêneros agricultáveis, nos estudos de Maria Yeda Linhares, sobre a produção de alimentos no Brasil colônia, informa que o primeiro cultivo iniciado por indígenas e expandido por brasileiros natos não eram valorizados. Ao analisarmos fontes do Piauí no Brasil Império, não parece ser diferente: a fome assolava vários homens e mulheres em decorrência das estações secas em várias regiões do Piauí, em consequência da não valorização da agricultura de subsistência.

A esse assunto, em ofício enviado pelo Juiz de Direito Dr. Elpídio José de Carvalho Sousa ao Presidente Provincial do Piauí, Dr. Sancho de Barros Pimentel, no ano 1878, é demonstrando indignação pela falta de conhecimento do território por parte do governo liberal, por ter decidido a comissão de socorros em retirar os emigrantes de Teresina, e transportá-los às matas do Grajau no Maranhão, uma vez que sugere que deveria mandá-los para as margens do rio Parnaíba próximo de Santa Filomena e Bom Jesus do Gurgueia, com a intenção do governo aproveitar o trabalho na criação de colônias agrícolas, no proceder do ofício.

Parece-me que o governo obteria com maior acerto, se tivesse, mandado construir duas lanchas a vapor ou mesmo barcas e botes para transportar os emigrantes para o Rio Urussuhi (sic) afluente do majestoso Parnahyba, onde existe muitas matas próprias para a lavoura de qualquer espécie até mesmo do **café**, formasse ahi uma colônia, obrigando o povo ao trabalho, sustentando-o de cereais por 5 ou seis meses e medicando-o por que esse período era o suficiente para plantarem suas roças e colherem o fructos, (sic) visto ser as terras mui frescas e terem as vantagem de dispensar-se cercas por não haver creações (sic) alguma de gado vacuum ou cavaleiar e muar [...] terrenos essencialmente agrícolas onde se pode **plantar o arroz, melancia e gerimum em qualquer estação do ano, e a mandioca com 6 meses da raiz suficiente para fazer-se farinha, a parte de muita caças de todas as espécies em número extraordinário, como antas veados [...] pacas, porcos de duas qualidades além de muitas aves e peixes**[...] além desse a mais o afluente denominado Riosinho aquém d'aqui 20 legoas onde encontra terreno superior há 20 legoas de extensão com 10 pouco mais ou menos de

largura inteiramente agrícola, e inculco por ser próprio nacional onde não precisa de cerca [...] e a caça de toda qualidade de modo tal que admira, encontrado-se nas terras **tacas de sal de 1, 2 quantas de sal na medida de 60 litros**. E´ste rio superior aquele em todos os sentidos para fazer se uma **colônia de um futuro gigantesco**, [...]. Distante desta villa três legoas há um grande brejo [...] denominado Riachão com [...] 12 a 14 legoas que também oferece proporção para uma colônia. Além do Parnahyba há o afluente Medinho que tem a sua foz aquém desta villa três legoas que oferecem as mesmas vantagem, [...]. Parece-me [...] bem demonstrado que se o governo tivesse lançado mão deste meio [...] teria salvado imensas vidas e faria um grande beneficio a esta comarca inteiramente desabitada e a de Bom Jesus do Gurgueia [...] (grifos meus)⁹²

Por mais que o interesse do juiz fosse discordar da administração dos contratantes com relação à administração dos recursos da comissão de socorros de membros do partido liberal, a análise em torno do documento nos mostra os possíveis cultivos da base alimentar desta região praticada na época do Império. No decorrer da correspondência, ainda insiste o magistrado em dizer que estas terras são boas para produzir e somam-se a isso os recursos naturais disponíveis ao redor da vila de Santa Filomena. Ainda, além de amparar os lavradores e os criadores, também beneficiaria as localidades próximas ao Rio Uruçuí, Riozinho, Riachão e os afluentes do Rio Parnaíba; revelando fertilidades favoráveis ao cultivo da agricultura para o café, o arroz, melancia e jerimum.

Quer dizer, enquanto noutros lugares tinha-se seca, na região do Sul do Piauí era rica em pastos e fartura d'água; as matas virgens ainda podiam ser exploradas para o retiro de madeira e pastos para o gado. Certamente, a região podia muito bem beneficiar a população local e ainda vender os produtos para o mercado interno. Sobre essa questão, a do cultivo de gêneros agricultáveis, a historiadora Maria Yedda Linhares Leite aponta que “cabe à produção (sic) de alimentos a baixo custo a qual se deve associar, de algum modo, a criação de animais, de pequeno porte [...]”⁹³

Voltemos ao ofício do magistrado. Este procura demonstrar que a região era autossuficiente de alimentos, com abundância de caças como antas, veados, pacas, propícia para a produção legumes, grãos, frutas, raízes. Além do consumo, poderia ser exercida a pesca e exploração de sal, valorizado no comércio da época a criação de animais de pequeno porte, de forma rústica, de porcos e aves para a comercialização em pequena escala. Na verdade, esse cenário ao lado da pecuária segurou pequenos lavradores em terras do Piauí, conforme

⁹² APEPI. Ofício enviado pelo Juiz de Direito Elpídio José de Carvalho Sousa ao Presidente Sancho de Barros Pimentel Caixa 182. Ano 1878. Série município, Sub série Santa Filomena.

⁹³ LINHARES, Maria Yedda Leite. Op. cit., p. 8

descrição do historiador Teixeira da Silva, que enfatiza que as “Roças de alimentos, criação de pequeno porte [...] complementar o cenário da pecuária sertaneja”⁹⁴.

Logo, mesmo em um cenário de fome vivenciado por emigrantes no Piauí, nas margens do Parnaíba, citado anteriormente na correspondência do juiz Elpídio José de Carvalho e Sousa, as terras citadas como “nacionais”, sem proteções entre os limites de terras pela ausência de criação de animais, nos possibilita pensar que fora da pretensão governamental, poderiam estar sendo cultivadas por esses “emigrantes pobres” que se fixaram de forma espontânea nas margens do rio Parnaíba.

Com os acréscimos da população em meio à estiagem que iniciou em 1877 e perdurou até 1879, terras como estas não passaram despercebidas por se distanciar das áreas agropastoris. Embora se considerasse noutro que a vila estava longe e isolada da capital, o fato de ter terras boas para plantar podia aproximar os quilômetros pela oferta de mão de obra e acesso a terras.

No final da década de 70 do oitocentos, por ter sido emblemático na questão econômica do Piauí para suprir os pobres, verificamos na solicitação do presidente Manoel Idelfonso de Sousa Lima, enviado em um ofício ao juiz Elpídio José de Carvalho Sousa com o intuito de obter informações das condições em que se encontrava a comarca de Santa Filomena após a estiagem, no qual surpreende com as informações em que se encontrava a vila para que fosse reconhecida pelos governantes.

“A secca passada nada influiu sobre esta comarca por que felizmente nada sofreu, pelo contrário tem muita **abundância de gêneros alimentícios**, por que supriu muitos lugares nesta província que sofreu aquele terrível flagelo” [...] Felizmente conhecendo bem a minha província, posso affirma a V.ex^a. que esta comarca é a que possui melhores terras para lavoura ou qualquer espécie mas não são aproveitadas [...] pela dificuldade do transporte. [...]”⁹⁵

Como Manoel Idelfonso de Sousa Lima poderia esperar o progresso da vila se não investiam em melhores estradas para escoar as mercadorias? Mesmo assim, as informações da comarca, mesmo depois da seca, continuaram com “abundância de gêneros alimentícios” é, de fato, animador para as autoridades repensar e redistribuir os investimentos provinciais e a

⁹⁴ DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia**. Estudos Sociedade e Agricultura, 2013. p. 13 Disponível em <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/108>. Acesso em 10/03/2015

⁹⁵ APEPI. Ofício enviado pelo Juíz de Direito Elpídio José de Carvalho Sousa ao Presidente Manoel Idelfonso de Souza. Caixa 182. Ano 1880. Série município, Sub série Santa Filomena.

começar a ter um olhar diferenciado para a vila de Santa Filomena, pois era um lugar promissor.

Georges Lefebvre, ao analisar a população rural francesa do antigo regime em épocas de crise, nos faz perceber a importância dessa vila em tempos de fome:

era apenas nas províncias férteis e ativas que, em tempos normais, a maior parte dos habitantes conseguiu se alimentar razoavelmente. Certamente um grande progresso! Mas muitos outros não tinham a mesma felicidade, e mesmo os mais felizes dentre eles estavam mercê do menor contratempo; as crises eram frequentes⁹⁶

Se compararmos essa cena de fartura que existia no Sul do Piauí com as outras regiões, poderá se ver que a realidade era diferente. A seca assolou muitas populações no Piauí e em um desses fatos foi noticiado no jornal “A Época” que a seca na Vila de Oeiras, devido à ausência de produção, foi necessária a importação de gêneros básicos para a alimentação de outras regiões distantes, “pois a aglomeração (sic) de povo aqui, onde não tivemos cousa alguma de viveres, e que para nos sustentar, parcamente estamos mandando vir de S. Philomena, de Maranhão da Villa Nova, e Joazeiro da província da Bahia”.⁹⁷

Essa publicação foi exatamente no período que a grande seca de julho 1878 assolou a região de Oeiras e anunciou demonstrar quem vai ajudar essa população em abastecimento de alimentos é a Vila de Santa Filomena, então ali havia um “progresso”. Sobre este abastecimento, é oportuno indagar quais os meios usados entre os trabalhadores para que o ocorresse o funcionamento do comércio.

Vejamos, no ano de 1884 verificamos a comunicação do Juiz José de Azevedo e Silva da Vila de Santa Filomena com o presidente Emigdio Adolpho Victorio da Costa, onde sugere notícias do comércio desempenhado na Vila. O juiz José de Azevedo e Silva dispõe na correspondência os meios e os sujeitos que exerciam o comércio daquele período:

Quanto ao comércio é assas reduzido. Os gêneros são todos importados ou de Amarante nes´ta província ou de São Luís, e para aqui conduzidos em costa de animais. **Os comerciantes** aos quais mais propriamente chamaria de **mascates** fazem supprimentos tão pequenos n´aqueles centros comerciaes; que em 2 meses comumente estão esgotados, e sem que tenham mais o que vender. Esse pequeno commercio, ordinariamente e de fazendas; **gêneros alimentícios não importão** se não raríssimas vezes e em diminutíssima quantidade. Tudo que não seja de gênero de país, falta quase que

⁹⁶ LEFEBVRE, Georges. Op., Cit. p.28

⁹⁷ O Jornal “A Época” Oeiras 20 de Julho de 1878. Teresina. N. 20, 17 de Agosto de 1878. p. 03 Disponível na Fundação Biblioteca Nacional <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/epoca/164135> Acesso em 12 de março de 2014

absolutamente, e estes mesmos, que são trazidos do centro da comarca, em balsas em pequena abundância, [...]. **A riqueza da comarca e a criação de gado** em larga escala, os quaes anualmente são exportados para a Bahia, Ceara e Maranhão⁹⁸

É evidente que o comércio por volta de 1884 não há expansionismo, sendo necessária a importação de outros gêneros de outras províncias, pois não tinham investimentos locais. As transações que partiam da vila eram realizadas por “mascates”, levados em animais e em pequenas balsas. Em momento de crises de fome na França no Antigo regime, Lefebvre indica os sujeitos que erravam nos campo e nas cidades em busca de trabalho “O campo via igualmente circular em numerosos mascates. Havia entre os mesmos comerciantes honestos que prestavam grande serviços”⁹⁹

Assim os mascates indicados no ofício na vila de Santa Filomena contribuíram com as levas de mercadorias e gêneros alimentícios por meio da navegação incipiente da época, por meio de balsas, transportando um volume pequeno de mercadorias devido à limitação de recursos dos trabalhadores.

Provavelmente estes mascates negociavam com donos de sítios os excedentes de suas produções ou até mesmo com agregados de fazendas, para que fossem trocados ou vendidos, os quais seriam transportados para outras regiões. Tais indícios foram anunciados por comerciantes pertencentes à família Lustosa Parnaguá no periódico liberal, “A Imprensa”.

O abaixo assignado (SIC) oferece ao respeitável corpo comercial, seus serviços n’esta villa encarregando-se de receber gênero de toda sorte para vende-los de consignação sobre a modica comissão de 10% sobre fazendas e 15% sobre gênero de estivas ocorrendo todas as despesas por conta dos consignantes e venda de conta e riscos dos mesmo; garantido lhes em tudo seguir de acordo com suas cartas de ordem, o maior zelo e escrúpulo a fim de satisfaze-los S. Filomena. 27 de Março de 1882. Carlos da Cunha Lustosa¹⁰⁰

Sobre esse tipo de anúncio em matérias jornalísticas, é oportuno ressaltar que a imprensa periódica nacional estava propícia a esta proposta, vista como lucrativa para o setor de edição, com a procura de diferentes sujeitos para divulgar diferentes serviços e produtos do mercado ao público crescente da cidade. Sobre a questão do mercado urbano em expansão, a historiadora Heloísa Cruz destaca as publicações crescentes no meio impreso em São Paulo.

⁹⁸ APEPI. Ofício enviado pelo Juíz de Direito José de Azevedo e Silva ao Presidente Emigdio Adolpho Victorio da Costa. Caixa 182. 04 de Julho de 1884. Série município, Sub série Santa Filomena.

⁹⁹ LEFEBVRE, Georges. Op. Cit., p. 33

¹⁰⁰ Jornal “A Imprensa”. Anúncios Suplemento ao nº 728. Teresina. Março de 1882. p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 07 de Agosto de 2015

Através da **propaganda, a cidade-mercado penetra a imprensa periódica**, denotando a crescente fruição de bens e serviços no espaço urbano. Afirmando novos valores, renovando as formas de dizer de antigas propostas, dirigindo as demandas e buscando criar desejos e necessidades no grande público, a propaganda participa ativamente do processo de formulação das novas linguagens do viver urbano.¹⁰¹

A imprensa escrita na capital Teresina não estava ausente na difusão de inúmeros produtos que circulavam no comércio da província; fazia parte nas edições dos jornais oficiais, diferentes publicações de anúncios variados de venda e compra. Sobre a questão do trabalho, se haviam os anúncios de comerciantes para ajustar gêneros agricultáveis para que fossem vendidos na vila. É provável que estes utilizassem um considerável número de trabalhadores para que pudessem cuidar do plantio, da colheita e do transporte dessas produções. Noutra interpretação, supomos da existência de um pequeno comércio entre lavradores, fazendeiros e as casas de comércios.

As fontes revelam que os principais meios econômicos exercidos na vila fez parte do quadro de exportação, agricultura e pecuária. Estes foram produtos imprescindíveis para o mercado interno e entre as províncias. Com relação à agricultura de alimentos, os trabalhadores rurais da vila se dedicaram ao cultivo de uma agricultura para a sobrevivência, mas ainda tinham um pequeno excedente que contribuiu significativamente para o crescimento da região e ajudou a amenizar as dificuldades na carência de alimentos na província do Piauí.

¹⁰¹ CRUZ, Heloísa de Faria. Op. cit., P.98

CAPÍTULO 3

O COMÉRCIO INTERNO E INTERPROVINCIAL DA VILA DE SANTA FILOMENA

3.1 As rotas navegáveis pelos trabalhadores da Vila de Santa Filomena

Neste capítulo, procuramos destacar que ao contrário dos discursos sobre seca e falta de progresso no Piauí, podemos expor aqui alguns motivos adversos às preleções feitas pelas autoridades. Caso exemplar era o comércio que estava ocorrendo no Sul do Piauí.

As informações do comércio existente na vila de Santa Filomena foi assunto de destaque entre as autoridades da província no final do século XIX, no momento das discussões em que o elemento de prosperidade se daria com a implantação da navegação a vapor entre os pontos mais longínquos, entre elas as vilas no sul da província do Rio Parnaíba. Uma vez que desde a colonização acontecia à navegação no Rio Parnaíba por meio de pequenas embarcações, construídos com os recursos naturais da região, inicialmente por indígenas, continuado por pequenos agricultores, agregados e posseiros.

Um dos assuntos recorrentes entre o governo imperial era relacionado ao desenvolvimento econômico do interior das províncias do Brasil, resultando na contratação de engenheiros que viajassem por regiões dessas províncias e informassem os pontos que poderiam contribuir com o desenvolvimento econômico. Entre os interesses estavam a implantação de colônias agrícolas que possibilitariam a instalação de comunicação através de estradas e da navegação, rompendo as distâncias por todo o império.

As navegações incipientes da época não passaram despercebidas pelo engenheiro alemão Gustavo Luís Guilherme Dodt, que esteve na Vila de Santa Filomena em 1868, prestando serviços ao Ministério da Agricultura e Obras do Império, incumbido de realizar uma planta com as principais características dos rios Parnaíba, situado na província do Piauí e do Rio Gurupi, localizado entre as províncias do Maranhão e Pará. Entre os principais pontos ressaltados, estava a questão das vias navegáveis e inavegáveis no curso dos rios. Sendo registrada a viagem que realizou para o Sul da província do Piauí nas proximidades do alto Parnaíba em relatório enviado ao presidente da província do Piauí em 1870, informando os meios de transporte utilizado até a Vila de Santa Filomena. Assim, o engenheiro relatou que:

Onde se devia atravessar brejos, com atoleiros terríveis, e os rios, que, não dando vão, exigiam que se passasse a bagagem em balsinhas feitas à pressa de alguns talos de buriti, enquanto gente e os animais deviam atravessá-lo a nado; onde finalmente se encontravam ladeiras tão íngremes que os animais mal podiam subir descarregados, devendo-se passar a bagagem na cabeça dos arrieiros.¹⁰²

Nesse relato, podemos observar que o engenheiro destacou as dificuldades enfrentadas nos rios, primeiramente, auxiliado por animais no transporte até a travessia do rio, que era necessário o uso de balsas feitas por arrieiros, os mesmo homens livres que conduziam os gados e que se espalharam por esta província. No decorrer do seu relatório, descreve as explorações em alguns pontos do rio Parnaíba, sendo o parecer favorável para que o governo pudesse investir recursos para a implantação da navegação a vapor:

Em todos estes casos supus que a navegação do Parnaíba fosse franca, o que por enquanto não acontece, mas que pode ter lugar para o futuro, como hei de desenvolver com minuciosidade no meu relatório acerca do rio. Porém, ainda que não se queiram tomar as providências que hei de aconselhar para tornar navegável o Parnaíba até a barra do Parnaíbinha ou ao menos até Santa Filomena, [...] e sempre poderia ter lugar à **exportação pelo rio abaixo em balsas, e a importação, ainda que com dificuldade, no inverno, por barcas ou botes**¹⁰³. (grifos meus)

A avaliação apontava a implantação da navegação a vapor como sendo possível para contrapor as navegações de balsas e botes. Estas eram facilmente atacadas por roubos e tinham pouca capacidade de transportar as mercadorias.

Conforme mencionado anteriormente, se a Vila tinha pouca importância, se torna contraditório o relatório do engenheiro ao mencionar que o transporte de exportação e importação sempre “poderia ter lugar” no período chuvoso por meio de barcas e botes, aqui reconhecemos a relevância auferida à navegação já desenvolvida pelos trabalhadores daquela Vila.

A navegação fluvial se tornou destaque no campo de estudo da história ambiental para compreender a formação de espaços urbanos, como a cidade de Floriano, o geógrafo Djalma José Nunes Filho, destaca a “dinâmica socioambiental”, proporcionada pelas “balsas e barcos a vapor” usados como transporte, que desencadeou o desenvolvimento econômico de regiões do Sul do Piauí¹⁰⁴, dentre elas, a da Vila de Santa Filomena.

¹⁰²DODT, Gustavo Luís Guilherme. **Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi**: ED: Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1939. p 26

¹⁰³ Ibidem, ps. 121-122.

¹⁰⁴NUNES, Djalma José. **A CIDADE E O RIO**: A navegação fluvial e o extrativismo vegetal na organização do espaço de Floriano-PI (1891-1950). p.138 .Tese de doutorado em Geografia, Belo Horizonte 2013

FIGURA: 01**TRABALHADORES CONDUZINDO BALSAS NO RIO PARNAÍBA**

Fonte: NUNES, Djalma José. **A CIDADE E O RIO: A navegação fluvial e o extrativismo vegetal na organização do espaço de Floriano-PI (1890 – 1950)**. p.138 Tese de doutorado em Geografia, Belo Horizonte 2013.

Essa imagem, para além de simples embarcações, nos revela histórias de vidas que foram submetidas ao trabalho intenso por meio dessas embarcações no contexto dessa época. As práticas do pequeno comércio foram criticadas e muitas vezes negadas, sendo necessário analisar os desdobramentos das ações da política local para compreendermos a dinâmica comercial interna e a atuação dos agentes da vila de Santa Filomena que moveram este comércio, sobretudo, no contexto da seca de 1878-1879, transportando mercadorias e propiciando a aproximação de diferentes lugares ao longo de diferentes rotas entre 1878 a 1888.

O jornal “A Época” anuncia a limitação de transporte da província do Piauí como um empecilho que dificultava minimizar a crise econômica em decorrência da estiagem prolongada, pois, sem investimentos auferidos aos meios de transportes, não facilitaria o deslocamento eficiente de mercadorias, ficando restritas essas transações. Enquanto isso, noticiava o jornal:

A devastadora secca que assolara os campos produtivos [...] com as nossas plantações inteiramente extintas (sic), ameaçados de perder toda a nossa criação, com emigração tão crescida e tão naufragada, **em uma província**

pobre de recursos, sem vias promptas de comunicação com os grandes mercados do império, e tristíssima e sumamente dolorosa a nossa situação – se não desesperadora a nossa situação¹⁰⁵. (Grifos meus)

Se houvesse uma navegação regular com outros portos do império, talvez não tivesse tantos efeitos com crises econômicas pela facilidade de escoamento entre províncias. Mas, em relação à forma da matéria jornalística em anunciar que as plantações em todo Piauí não existia, deve ser reavaliada. A essa questão explica-se que a economia local não estava estagnada; no interior, a vila de Santa Filomena era movimentada constantemente tanto com a produção quanto com a escoação de produtos, contribuindo para reerguer lugares afetados pela seca. Essa movimentação do mercado interno e as rotas foram noticiadas desde o ano de 1874, no relatório provincial em que presidente Adolpho Lamenha Lins reitera as condições em que passaria a presidência ao conservador Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque:

são exportados cerca de 58:720 kilogrammas de algodão, porção de couro de gado, e outros gêneros, que serão necessariamente **exportados** para o **Amarante, Theresina e Parnahyba**, sendo estabelecida a navegação até Santa Filomena, visto como neste caso, o frete será mais fácil e modico ao exportadores.¹⁰⁶(grifos meus)

Estas informações foram auferidas no momento da primeira tentativa de navegação a vapor em direção à Santa Filomena. Na sua avaliação, demonstra o conhecimento das rotas navegáveis e enfatiza que “o frete será mais fácil e modico aos exportadores” no transporte de produtos advindos de regiões fora da província e ao chegarem a Santa Filomena seriam exportados para diferentes regiões do interior da província: “Amarante, Theresina e Parnahyba”.

Verificamos que o comércio por meio da navegação de pequenas embarcações não estava restrito a regiões da província do Piauí. Em ofício datado de 1880, foi solicitado do presidente Manoel Idelfonso de Sousa Lima informações sobre o desenvolvimento econômico ao juiz de direito da Vila Elpídio José de Carvalho e Souza. O juiz demonstrou a abundância alimentícia ali produzida, apesar da estiagem de 1877, não trouxe sérios prejuízos à população. A solicitação do magistrado oportunizou informar que o pequeno comércio estava cada vez mais ativo entre diversas rotas:

¹⁰⁵ O Jornal “A Época” A secca e os emigrantes N°. 02, Teresina 13 de Abril de 1878. P. 01 Disponível na Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 23 de Setembro de 2015.

¹⁰⁶ In: NUPEM. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí em que o presidente Adolpho Lamenha Lins passou a administração da província do Piauí ao Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Mello, Impresso na Typ. Provincial, Theresina 01 de Junho de 1874. P.20

Pela punição topográfica desta villa e comarca, **vem ela tornando-se um centro comercial**, não só para diferentes lugares desta província como tem para diversos lugares importantes **das províncias da Bahia e do Goiaz** que com as maiores dificuldades e perigos faz seu comércio para o **Pará pelo rio Tocantins em grandes botes**, [...]contando a cada viagem uma demora de 10 meses. **As cidades de Palma e Porto Imperial** além de outras fases o seu comercio para o **Pará em botes, com as maiores dificuldades**, visto que no rio tocantins os viajantes encontram cachoeiras em que são obrigados a descarregar completamente o barco e conduzir os gêneros nos hombros e cabeças a distância de a 12 a 13 léguas, correndo os mais perigos [...] por vezes suas margem habitadas, por muitos indígenas que muitas vezes os tem atacados e feito algumas vítimas.¹⁰⁷ (grifos meus)

As rotas anunciadas – Bahia, Goiás e Pará – movimentaram, a partir da Vila de Santa Filomena, um comércio intenso. Claro que essa movimentação trouxe constantes perigos “Pela punição topográfica” e devido às viagens serem longas ainda continuava em atraso devido ao tipo de embarcações que eram utilizadas, pois além de serem botes rudimentares, eram pequenos.

Além disso, as autoridades acusam os “indígenas”, os que viviam nas margens do Parnaíba, de fazerem “algumas vítimas” e de serem vistos como um impedimento que dificultava as rotas do comércio. É possível pensar que além dos “ataques”, o contato com os indígenas poderia facilitar os caminhos mais fáceis que poderiam ser percorridos em menos tempo, assim “vem ela tornando-se um centro comercial”, com todos os empecilhos, não desistiam e constantemente transitavam por diferentes regiões em botes.

FIGURA: 02

REPRESENTAÇÃO DE UM BOTE



¹⁰⁷ (APEPI) Ofício enviado por Elpídio José de Carvalho e Souza ao Vice- presidente Manoel Idelfonso de Souza Lima. Ano 1880, Caixa 182. Série município, Sub série Santa Filomena.

Fonte: Imagem original disponível em <http://revistanautica.com.br/forum> acesso em Novembro 2015.

Ao pensarmos essas embarcações com formato alargado diferentemente das balsas é porque eram mais apropriadas para o espaço geográfico cortado por rios relacionado à distância anunciado no ofício de 10 meses. Porém, esses trabalhadores de Santa Filomena poderiam encurtar as distâncias por meio de negociações-encomendas-entregas através de articulações entre portos de entregas na própria vila, como também em outros portos da província, como Parnaíba ou Maranhão. Sobre essas possíveis articulações, foram mencionadas através das memórias de Raimundo Nonato de Souza Lima, na obra literária “Vareiros do Rio Parnaíba” no porto de Parnaíba:

como o “parnaibano”, havia outros rebocadores também e algumas gaiolas de passageiros que viajavam regularmente entre a foz do Igarçu e grande extensão do rio Parnaíba. A finalidade dessas viagens consistia, no comércio de trocas de artigos fabricados e sal grosso. Com as populações realizadas centenas de léguas distantes do litoral.¹⁰⁸

Então esse comércio havia se consolidado através de circulações de trabalhadores (rebocadores) através de constantes viagens no “comércio de trocas”, “entre a foz do Igarçu e grande extensão do rio Parnaíba”. Também foram mencionados os produtos de interesses que circulavam do interior do alto Parnaíba até o porto da cidade de Parnaíba.

“o carregamento trazido do alto Parnaíba, consistia em Couro e Peles, algodão sementes e nozes, oleaginosas, tais como mamona, babaçu e tucum, também grandes fardos de folhas e raízes medicinais diversas, toda essa miscelânea de produtos primários constituía fonte de riquezas, cuja utilidade real só os compradores de países estrangeiros conheciam bem o seu valor no mercado internacional de transformação industrial”.¹⁰⁹

O transporte ou carregamentos de produtos da pecuária, gêneros agricultáveis produzidos em terras de sítios e fazendas, e do extrativismo do alto Parnaíba, foram realizados com muitos esforços e dificuldades pelos trabalhadores livres até alcançarem os pontos de comércios distantes, a importância dos gêneros desse comércio foi reconhecida na citação literária somente no século XX como “fontes de riquezas” que beneficiaram “compradores de países estrangeiros”, enquanto os responsáveis que proporcionavam chegar ao comércio internacional na lida diária, ficaram ausentes da maioria dos benefícios.

¹⁰⁸ LIMA, Raimundo Nonato Souza. Vareiros do Rio Parnaíba & Outras Histórias. Fundação Cultural do Piauí 1986. p. 27

¹⁰⁹ Ibidem., p. 27

No que diz respeito à circulação do comércio da Vila de Santa Filomena na aproximação da província do Goiás, João Luiz Fragoso apresenta essa região como:

uma região de fronteira aberta [...] por sua vez, a transição para o trabalho livre (no século XIX) se faz acompanhar pelo avanço da agricultura de alimentos, da agropecuária, particularmente, de uma pecuária extensiva voltada para o abastecimento interno, em especial dos mercados do sudeste na verdade, assistimos no centro Oeste à transição do trabalho escravo para formas de produções assentadas em outras relações não capitalistas. A lavoura de alimentos se baseava principalmente no trabalho familiar, assumindo, portanto, um caráter camponês¹¹⁰

Diante dessas informações de João Fragoso, sendo Goiás uma região de fronteira aberta com inúmeras famílias trabalhando na agricultura de alimentos, sendo o principal mercado transportador para a região sudeste, ocasionou um comércio que favoreceu para que os homens livres e pobres partissem de Santa Filomena, transportando alimentos para negociarem em Goiás.

As províncias do Maranhão, Tocantins, Goiás e Pará e a vila do Amarante foram anunciadas como os principais pontos, direcionados da Vila de Santa Filomena no transporte de gêneros alimentícios, além de interligar aos principais centros na exportação do gado vacum que eram as províncias do Maranhão, Bahia e Ceará.

Soma-se a outras mercadorias, os produtos do extrativismo sobre essa questão. O engenheiro civil Narciso Pereira da Silva Santos, em relatório sobre o melhoramento do Rio Parnaíba em 1887, ao passar nos vales férteis, informa ao presidente Antônio Jasem de Mattos Pereira sobre a abundância de árvores de copaíba e baunilha que possibilitaria safras lucrativas para a economia da província¹¹¹. Esses indícios do extrativismo, vistos como uma oportunidade de comércio pelo engenheiro, provavelmente a extração de óleos “medicinais”, já fazia parte das mercadorias transportadas pelos trabalhadores livres no comércio interno.

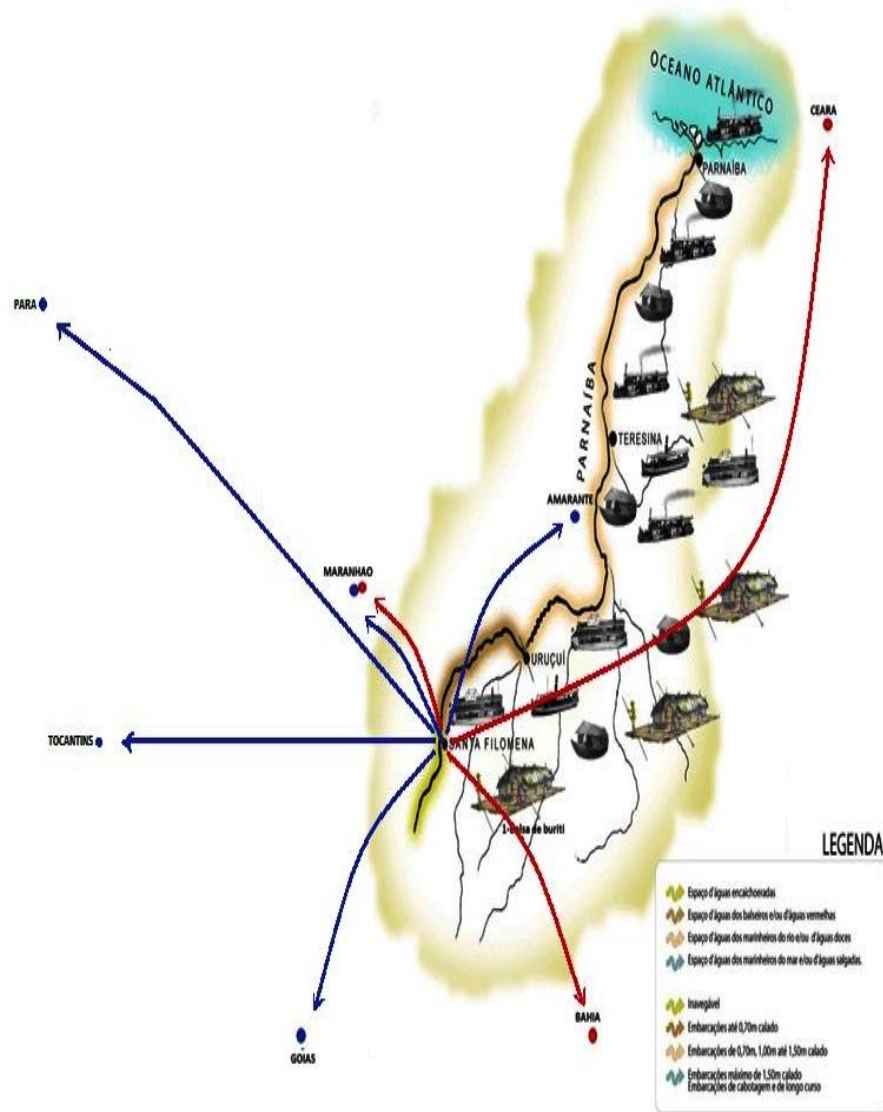
Com base em relatórios provinciais, ofícios e no mapa elaborado pela historiadora Gecinair Silvério Gandara, fizemos uma readaptação no mapa para representar as possíveis rotas por onde circulavam esses homens livres nas embarcações:

¹¹⁰ FRAGOSO, João Luís. A região Centro-Oeste: Pecuária extensiva, agricultura de alimentos e formas de trabalho livre não –assalariado. IN: LINHARES, Maria Yedda Linhares (Org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2ª ed. 1990. p.175

¹¹¹ In: NUPEM. Relatório da comissão encarregada da liquidação das contas da comissão de melhoramentos do Rio Parnaíba do engenheiro civil Narciso Pereira da Silva Santos. Ao presidente Antônio Jasem de Mattos Pereira Impresso na Typ. Provincial, Theresina 05 de Maio de 1887. P.137

MAPA 3

ROTAS NAVEGÁVEIS PELOS TRABALHADORES DA VILA DE SANTA
FILOMENA



Mapa 03: Rotas navegáveis pelos trabalhadores livres na província do Piauí e províncias do norte. Adaptado por Amanda Fernanda Costa Leal, a partir do mapa original publicado por GANDARA, Gecinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira.** 2008. 397 f. 2008. P.38. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1661>

Essas rotas eram tão conhecidas pelos homens livres pobres que estes utilizavam não apenas para o transporte de mercadoria, mas também para fugas, por aqueles acusados de roubos e dos que eram desertores militares. Por esse motivo foram constantes os ofícios enfatizando a necessidade de reforçar a segurança de Santa Filomena quando direcionados pelas autoridades, demonstra uma facilidade de locomoção por esses homens. O juiz José Lustosa da Cunha informa ao presidente Sancho de Barros Pimentel que a Vila era uma região de fronteira que os homens pobres livres circulavam constantemente vistos como “criminosos”:

Esta villa não pode estar sem um destacamento nunca menos de 7 praças, visto que essa se **achar colocada nos limites desta província** com o do **Maranhão e Goiaz**,(sic) para onde facilmente **pode fugir os criminosos e oculta-se nos gerais da província do Goiaz onde a sua capturar é difícil**, avista pois deste requisito de V. Ex^a um destacamento de 9 praças para aqui como medida indispensável e necessária¹¹².

Esse ofício informa a necessidade constante da vila em possuir uma guarda de 9 policiais em vista que “pode fugir os criminosos” sem dificuldades. Como a época era de seca prolongada, com intensa migração para o interior da província, favoreceu a escrita de vários ofícios por juízes da vila entre os anos de 1877, 1878 e 1880, direcionados à Secretaria de Polícia e à presidência com o mesmo teor de solicitação para que fossem tomadas providências do envio de policiais para a vila, para conter os emigrantes ou mesmo os homens pertencentes à vila, pois “Esta comarca limítrophe [...] com a província do maranhão é muito perto da de porto imperial do Goiaz e para esta torna-se ainda mais indispensável um destacamento”¹¹³

A preocupação era a possibilidade de não conseguirem manter o controle sobre os homens livres pobres, pois as condições de infraestrutura eram precárias da vila “E não oferecendo a cadeia vossa excelência segurança alguma, é preciso que tenha aqui um destacamento nunca inferior a 15 praças”¹¹⁴

Observamos que as solicitações quase sempre não eram atendidas pelos governantes da época, pois o mesmo requerimento perdurou até o final da década de 80 para conter a ordem pública na vila:

¹¹² (APEPI) Ofício enviado pelo Juiz municipal José Lustosa da Cunha ao presidente Sancho de Barros Pimentel. Ano 1878. Caixa 182. Série município, Sub série Santa Filomena.

¹¹³ (APEPI) Ofício enviado pelo Juiz de Direito de Santa Filomena Elpídio José de Carvalho e Souza enviou para o presidente Graciliano de Paula Batista. Ano 1877. Caixa 182. Série município, Sub série Santa Filomena.

¹¹⁴ (APEPI) Ofício enviado pelo Elpídio José de Carvalho e Souza enviou para o presidente Ano. 1878. Caixa 182. Série município, Sub série Santa Filomena.

Tomo a liberdade de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, os abusos desta localidade, por falta de destacamento para conter a ordem pública, **as autoridades de aqui vivem [...] desmoralizada**, pois **os criminosos andam cruzando nas ruas públicas** por falta de soldados para captura-lós, nem mesmo uma pessoa que fizeste-se a ser um oficial de justiça que possa ler qualquer mandado de prisão (sic) tem. Agora mesmo temos aqui **os criminosos seguintes Ângelo de Castro Rocha, Antônio Joaquim de Mirando, Antônio Mudesto Nogueira estão processados e pronunciados** e não se pode requerer mandado de prisão contra eles por falta de praças. Portanto rogo a vossa excelência que mande-nos um destacamento o mais breve que puder a fim de que sane estes abusos¹¹⁵. (Grifos meus)

O juiz de direito solicita a presença da polícia devido aos acontecimentos provocados pelos homens pobres na localidade, que ameaçava a paz pública, a começar pelo controle da livre circulação “nas ruas públicas”. Para melhor compreensão desses sujeitos considerados como “criminosos” pelo judiciário da vila, o historiador Gleison Monteiro, ao estudar as camadas livres pobres marginalizadas, relacionando-as à questão do recrutamento militar na província do Piauí na segunda metade do século XIX, observa que,

Aos homens pobres era dirigida uma vigilância particularizada. Assim, quaisquer sujeitos que circulassem pelas Vilas **sem ocupações** e maltrapilhos ou **sem estarem ligados a um fazendeiro local** podiam ser vigiados **pelos Inspetores de Quarteirão**. E por quaisquer ações eram submetidos às autoridades policiais para as devidas providências.¹¹⁶

A partir desse argumento, avaliamos que a presença constante de Ângelo de Castro Rocha, Antônio Joaquim de Mirando e de Antônio Mudesto Nogueira nas ruas da vila de Santa Filomena foram alvos de solicitações para serem submetidos às ordens do presidente da província para o recrutamento imposto ao exército ou até mesmo por esses indivíduos estarem resistindo, pela condição de livres, a trabalharem em fazendas e sítios, por isso o motivo das “autoridades se encontrarem desmoralizadas”. Sobre essa vigilância auferida no manuscrito, nos leva a seguinte questão que deve ser aprofundada: Quais crimes praticados por estes sujeitos que foram processados e pronunciados e continuaram a circular livremente nas ruas sem tomar nenhuma decisão para fuga? Bem, isso nos leva a outra história.

¹¹⁵ (APEPI) Ofício enviado pelo juiz de direito da comarca de Santa Filomena Raimundo Fortalêsa ao presidente Jose Francisco Viscimo de Castro. Ano. 1888. Caixa 182. Série município, Sub série Santa Filomena.

¹¹⁶ MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **O ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E O RECRUTAMENTO MILITAR NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ (1850-1880)**. XII Simpósio de História da Pós-Graduação em História do Brasil, 1., 2015. Teresina. *Anais*. Teresina: Universidade Federal do Piauí 2015. 1 CD. p. 02.

Certamente, parte desses homens eram aqueles migrantes que perambulavam pela vila, mas outros, especificamente da vila, estavam trabalhando, eram agregados nas fazendas locais. Por isso avaliamos que o mérito do Sul do Piauí movimentar certa produção para aquele período também devem, não apenas a elite local, mas aqueles livres que se dedicaram, à fina força, ao trabalho da agricultura.

QUADRO 04

PRODUTOS TRANSPORTADOS DA VILA DE SANTA FILOMENA NOS ANOS DE 1878 - 1888

Pecuária	Agrícola	Extrativismo	Outros
Carne de bovinos, e couro.	Arroz, feijão, algodão, mandioca, melancia, jerimum.	Óleos medicinais (copaíba).	Peixes, animais de caças, sal.

Fonte: Quadro Produzido a partir da análise de manuscritos e relatórios provinciais entre os anos de 1878-1888, dos Produtos transportados da Vila de Santa Filomena.

Os manuscritos anunciam que os produtos que eram transportados em larga escala para a exportação entre províncias eram carnes e couros de bovinos. Com relação ao algodão, os relatórios anunciam a exportação. Por não encontrarmos descrições das produções do mesmo, supomos que essa comercialização fazia parte de carregamentos conduzidos do Maranhão até a Vila de Santa Filomena. O comércio em pequena escala correspondia à lida dos pobres na produção e transporte de produtos agrícolas, extrativista, e outros disponíveis na natureza.

Essa observação nos remete à análise de Thompson na sociedade rural inglesa no século XVIII, em que os diferentes esforços e práticas constantes dos trabalhadores pobres, com o uso de áreas de pastagem que não havia plantios para a alimentação dos poucos gados que possuíam, era vista entre os detentores de terras “como uso “de pouco valor” nos descampados tinham importância central para a economia de subsistência dos “pobres”¹¹⁷ Diante das considerações de Thompson, a prática do pequeno comércio “Visto como diminuto entre as correspondências oficiais e sem valorização”. Na perspectiva dos pobres era

¹¹⁷ THOMPSON. Edward Palmer. **Costumes em Comum**: Estudo sobre a Cultura Popular. São Paulo: Companhia das Letras 1998 p.122

diferente, pois a prática desse comércio se fazia constantemente entre lugares diferentes e distantes, meio de sustentabilidade garantido pelos trabalhadores livres pobres na região de Santa Filomena ao longo do Império no Brasil.

As embarcações comuns transportava um volume pequeno de mercadorias, devido à limitação de recursos dos trabalhadores, a importância desse pequeno comércio está na compreensão da dimensão alcançada por esses trabalhadores pobres, mesmo com embarcações limitadas, não foi motivo de impedimento para chegar a diferentes lugares da província do Piauí e províncias limítrofes. Esses homens desbravaram caminhos de acessos difíceis e desconhecidos, tornando-se, ao logo do tempo, vias de acesso de trabalho no transporte de mercadorias.

3.2 Empório do comércio do Alto Sertão das províncias limítrofes¹¹⁸: tentativas de navegação a vapor na Vila de Santa Filomena:

A face comercial de Santa Filomena ganhou visibilidade nos discursos políticos por causa das rotas entre províncias percorridas por mascates. Antes mesmo das primeiras iniciativas de projetos da navegação a vapor, foi observado pelo engenheiro alemão Gustavo Dодt, no ano de 1868, a necessidade de melhorias para a circulação regular de barcos ao longo do Rio. Em viagem para o Sul do Piauí, considerou que a região da Vila de Santa Filomena, mesmo com a topografia ao longo de sua extensão ser inavegável, após a remoção das limitações naturais, iniciaria o desenvolvimento econômico com a introdução da navegação a vapor.

Desta exposição vê-se que toda esta seção do rio na extensão de 646 km por enquanto deve ser considerada como inavegável, não obstante já terem subido botes até Santa Filomena, e que eu julgo possível que suba até lá um vapor durante as enchentes sem grande perigo, se tiver boa prática a bordo. Mas também não será difícil a remoção de todos os obstáculos, sendo as obras, que se têm de empreender para este fim mais morosas do que difíceis.¹¹⁹

¹¹⁸ Frase mencionada pelo presidente João Pedro Belford Viera, referindo à Vila de Santa Filomena quando fosse introduzida a navegação a vapor regular. In: NUPEM. Relatório em que o presidente João Pedro Belford Viera passou a administração da província do Piauí a Manoel Idelfonso de Sousa Lima. Impresso na Typ. Provincial, Theresina 11 de Dezembro de 1879. P.53

¹¹⁹ DODT. Gustavo Luís Guilherme. Op. Cit.,ps. 59,60

Seguindo esse pronunciamento do engenheiro Gustavo Dodt em 1868, de estudos detalhados da navegação a vapor, que não era impossível de ser atingida a outros pontos da província e mesmo de regiões limítrofes, a posição geográfica se tornou favorável por ser uma região de fronteira. Foi um dos motivos que favoreceu os intensos debates políticos sobre a introdução da navegação a vapor no sul do Piauí, nas décadas de 70 e 80, do período em análise. Em virtude do comércio interno desenvolvido na exportação de gado e gêneros alimentícios em direção a outras províncias, como Goiás, Pará e Bahia.

Sobre as fases da introdução de navegação a vapor no Piauí, temos os estudos da historiadora Gecinair Silvério Gandara, com ênfase desde o início das primeiras discussões no ano de 1857, até as viagens regulares em vapores no sul do Piauí no século XIX e na primeira metade do século XX, a historiadora não se aprofundada nas tentativas de navegação em Santa Filomena no século XIX, que ela denomina de “espaço D’águas dos balseiros e/ou D’águas vermelhas”¹²⁰, se dedicando com mais detalhes a essa vila no início no século XX, após a contratação de companhias de navegação a vapor regular.

Direcionaremos a análise para os aspectos que correspondem às tentativas de navegação a vapor na vila entre os anos de 1874, 1878, 1879 e 1882, destacando a participação de agentes locais e camadas pobres que desempenharam papéis para a introdução da navegação a vapor, visto como meio que facilitaria o transporte do trabalho cotidiano. Em 1874, o presidente Gervásio Cícero de Albuquerque Mello, do partido conservador, se pronuncia em relatório sobre a relevância da navegação por meio das águas do Rio Parnaíba, como mecanismo para o desenvolvimento e prosperidade econômica.

Sem boas vias de comunicação e transporte, a experiência e a observação, mostram que não pode haver comércio, nem indústria, e, sem a existência dessas poderosas fontes de riqueza social, e inútil conceberem ideia de civilização e progresso a navegação a vapor satisfaz plenamente essa necessidade, por que tende a suprimir as grandes distâncias e a facilitar os meios de transporte.¹²¹

Esses discursos passaram a fazer parte dos relatórios administrativos entre os presidentes, relacionando ao “progresso” na província do Piauí. Sobre a fase de implementação de modernização na província do Piauí, Alcebíades Costa Filho elucida que

¹²⁰ GANDARA, Gecinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. 397 f. 2008. P.182. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1661>

¹²¹In: NUPEM. Relatório Apresentado a Assembleia legislativa do Piauí pelo presidente Adolpho Lamenha Lins acompanhado do relatório com que passou a administração da província a Gervásio Cícero de Albuquerque Mello. Impresso na Typ. Provincial. Teresina 1º de Junho de 1874. P.18

“por iniciativa particular e governamental, ocorreram várias tentativas de modernização da economia. Contudo, as experiências não obtiveram o êxodo esperado”¹²². Esse indicativo se mostra diante das medidas desenvolvimentistas não terem atingido toda a sociedade, conforme observamos nos relatórios provinciais, “Se a população pobre da província e em geral pouco laboriosa, contentando-se com a facilidade de vida que oferece a exuberância da natureza tropical notando-se nas classes abastadas falta de espírito empreendedor”¹²³.

Essa fala da 1ª sessão legislativa da assembleia, o presidente do partido conservador Francisco José Viveiros de Castro, refere-se aos pobres como se eles fossem responsáveis por não haver o desenvolvimento econômico no Piauí. “Como os homens pobres e livres iriam se dedicar ao trabalho se o mesmo não iria compensar os esforços e a condição de livre”? Denise Moura, ao estudar os homens livres nas lavouras cafeeiras em São Paulo, apresenta o panorama do por que a desclassificação dessas camadas nos discursos auferidos da elite escravocrata.

O preconceito dos senhores de café e lavouras em relação a população mestiça e negra nacional, atribuindo-lhe um caráter indolente e, portanto, incapaz de adaptação à nova rotina de tempo e trabalho que se introduzia na sociedade e especialmente nas grandes propriedades.¹²⁴

Mesmo a regulamentação do trabalho livre, a elite política que administrava o Piauí era contrária a “adaptação à nova rotina de tempo e trabalho”. Os pronunciamentos sobre a não aceitação do trabalho livre continuaram ganhando destaques em diferentes assuntos com novas aparências. No Relatório do presidente José Mariano Lustosa do Amaral, no ano de 1878, as discussões do trabalho livre era em torno da introdução da navegação a vapor no sul do Piauí. “desenvolvida a navegação a vapor até aquela longínqua paragens [...] semelhante facto servira de incentivo aos habitantes das férteis margens do Parnahyba dobrem de força a cultura da terra”¹²⁵.

A postura recomendada pelo presidente José Mariano Lustosa do Amaral, pertencente à família de elite do sul do Piauí, indica que o fato da introdução à navegação

¹²² COSTA FILHO. Alcebiádes. Atividades Econômicas e sociedade. In. **A escola do SERTÃO: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006 p.28.

¹²³ In: NUPEM Falla com que o presidente Francisco José Viveiros de Castro abriu a 1ª sessão 27ª legislativa da assembleia provincial Impresso na Typ. Provincial .Teresina dia 02 de Junho de 1888. P.25

¹²⁴ MOURA, Denise Aparecida S.de Carvalho. **Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo**. Campinas: Área de publicação UNICAMP.1998. ps. 27-28

¹²⁵ In: NUPEM. Relatório em que o presidente José Mariano Lustosa do Amaral passou a administração da província do Piauí ao Dr. Firmino de Souza Martins. Impresso na Typ. Provincial .Teresina 18 de Março de 1878. P.15

regular seria uma alternativa que incentivaria os homens livres a aceitarem a trabalhar, deve se perguntar em quais terras, se a maioria eram sujeitos despossuídos de recursos?

Na verdade, esta fala nos indicia para que prestemos atenção na resistência que os homens livres procuravam arquitetar para não trabalhar nas fazendas locais, por trás do oferecimento do trabalho, existiam várias intenções que eram perceptíveis entre os sujeitos livres, nas tentativas dos fazendeiros em articular seus interesses envolvendo o trabalho livre em suas terras. Podemos ver essas tentativas entre fazendeiros ingleses na obra de Thompson, que, numa comparação, podemos incorporar para o contexto do Império no Brasil:

A noção de propriedade rural absoluta, que triunfou na Inglaterra no final do século XVIII, continha um aspecto legal e um aspecto político. A propriedade rural requeria um dono da terra, **desenvolver a terra requeria trabalho**, e, portanto, **submeter à terra também requeria submeter o pobre trabalhador** [...] a propriedade – **mais desenvolvimento requeria o modelo do proprietário local**, em que se combinava a autoridade econômica, social e talvez judicial sobre os trabalhadores.¹²⁶ (Grifos meus)

Como demonstra Thompson, ser proprietário era ter poder, não só sobre as terras, mas também sobre as gentes que dependiam de suas terras. O sinônimo de navegação era um indicativo de desenvolvimento nas terras produtivas do Sul, não como se propõe nos discursos a pensar que os trabalhadores seriam beneficiados, pelo contrário, o incentivo dos fazendeiros para que os “habitantes das férteis margens do Parnahyba” se dedicassem ao trabalho em suas fazendas, não lhes garantia e muito menos reconhecia qualquer benefício em facilitar e transportar as suas produções, até porque as terras que pouco possuía e quando possuía eram reduzidas. A navegação era um meio de obter o desenvolvimento das fazendas da elite, junto a isso o modelo de “proprietário local” que resultava em diversas formas de controle da mão-de-obra livre.

A respeito do trabalho desenvolvido por sujeitos em províncias litorâneas, identificamos que desde a idade média a produção do sal e a atividade da pesca eram sinônimas de pobreza. Michel Mollat nos apresenta as categorias e o cotidiano dos pobres de regiões litorâneas, atribuindo o reconhecimento do trabalho exercido por pobres na Europa entre os séculos XIV e XV:

Às margens da sociedade existiam outros pobres os trabalhadores do sal. O sal é um dos produtos de pouco valor que só enriquecem os especuladores do fisco. Extraído das minas, exige um esforço que, desde a antiguidade,

¹²⁶ THOMPSON. Edward Palmer. Op. cit., p.136

frequentemente foi desempenhado por condenados [...] o ganha-pão dos salineiros depende da boa vontade do sol. Eram tantos os imprevistos da produção que todo excesso fiscal acabrunhava os salineiros. Em 1383, uma decisão introduzindo taxas sobre o sal no Poitou determinou uma emigração maciça dos salineiros de Guérande para Bretanha. Ao lado dos salineiros é preciso que coloquemos [...] as pessoas do mar [...] cujo salário não era suficiente sequer para garantir uma subsistência decente: um pouco menos de três soldos por dia, enquanto os trabalhadores braçais podiam receber até seis, no final do século XV. [...] Os marujos ganham pouco e trabalham [...] durante muito tempo, até depois dos sessenta anos. A pesca também era uma fonte penosa de nutrição, devido a seus imprevistos e a seus riscos em tempo de guerra [...] sem ir até aos grandes portos [...] permite que penetremos na sociedade necessitada de um pequeno porto de pesca, onde a invalidez do pai mergulha uma família numerosa na miséria: foi preciso vender até mesmo os objetos de uso diário da casa: pobreza completa e discreta.¹²⁷

As dificuldades enfrentadas no período da idade média por trabalhadores despossuídos de recursos que dependiam da natureza se tornavam mais difíceis com as condições climáticas que dificultava tanto a produção do sal como a atividade da pesca, acrescenta-se ainda as incertezas em decorrências de guerras, que o pouco que produzia ainda era insuficiente para sustentar a família, tendo essa realidade perdurado grande parte da vida de muitos homens e mulheres.

Michel Mollat apresenta como forma de resolver em parte às dificuldades dos trabalhadores pobres a instalação de um pequeno porto de pesca que beneficiaria os pescadores, permanecendo esse benefício apenas em um plano ideal para uma coletividade que na maioria das vezes não era consolidado. Ao compararmos esse cenário de necessidade proeminente na Vila de Santa Filomena, os trabalhadores tinham como necessidade a navegação a vapor regular, até essa conquista, teve que esperar inúmeros discursos políticos, para que viesse chegar à primeira embarcação na vila.

Podemos constatar que desde 1874, havia projetos entre o governo provincial e Imperial para navegação no alto Parnaíba. A Vila de Santa Filomena ganhou lugar de destaque em correspondências de autoridades políticas do partido conservador da província do Piauí como ponto que deveria possuir a circulação mensal de barcos a vapores. Conforme demonstra o relatório do presidente da província Adolpho Lamenna Lins, em 16 de Março de 1874,

No louvável empenho de estender a navegação fluvial o digno e ilustre gerente da companhia Manoel Idelfonso de Souza Lima [...] fez seguir no dia 06 de Março do corrente anno o vapor conselheiro Junqueira com destino a villa de Santa Filomena, que demora desta capital 1000 km. Com incentivo a

¹²⁷ MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro, Campus. 1989. Ps. 234-235.

essa utilíssima tentativa de exploração o meu digno antecessor Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Mello mandou dar, sob sua responsabilidade pelo cofre provincial a quantia de 1.000\$000 para auxiliar as despesas de tão importante cometimento [...] Depois de superar os maiores entraves n'essa aventureira derrota [...] o vapor conselheiro Junqueira teve de regressar a essa cidade, depois de 48 dias de viagem, havendo chegado somente ao lugar "emparedado" [...] 250 a quem de Santa Filomena, não por que daquele lugar para adiante fosse a navegação impossível, mas por que o inverno ali havia já tocado ao seu termo, e por isso tinha as águas do rio baixado [...] apesar de não ter o vapor, nessa jornada de experiência, que empreendeu chegado a Santa Filomena [...] converte em facto real e constante **essa ensaiada navegação a vila Santa Filomena e uma medida útil e proveitosa**; por que segundo informa o comandante, a quem me refiro, **lugares existem do lado da província do Maranhão, á pequena distancia do rio**, como seja "villa nova", **que exportam anualmente com dificuldades** para a cidade de Caxias, cerca de 58:720 kilogrammos de **algodão**, porção de **couro de gado**, e **outros gêneros**, que serão necessariamente **exportados** para o **Amarante, Theresina e Parnahyba**, sendo estabelecida **a navegação até Santa Filomena**, visto como neste caso, **o frete será mais fácil e modico ao exportadores.**¹²⁸

As notícias sobre a navegação fluvial no relatório demonstra a primeira tentativa de navegação a vapor até a vila de Santa Filomena. Em vez de demonstrar essa tentativa como algum grandioso realizado por Gervásio Cícero de Albuquerque Mello, por que não foi providenciada a viagem no inverno seguinte, se não era impossível de chegar àquela vila?

As tentativas de navegação do conselheiro Junqueira continuaram após 04 anos depois da primeira tentativa. No relatório administrativo do presidente José Lustosa do Amaral, anuncia uma nova tentativa em 1878:

No intuito de estender a navegação do majestoso Parnahyba, que considero medida de grande alcance e incontestável utilidade, tenho resolvido de acordo com a companhia fazer subir o vapor "Junqueira" no dia 25 do corrente até a vila de santa Filomena, que demora dessa capital 1.000km [...] por que da realização dele depende o futuro do comércio e da indústria da província [...] **ensaiada** e desenvolvida a navegação a vapor até aquelas longínquas paragens [...] semelhante facto servira de incentivo aos habitantes das férteis margens do Parnahyba dobrem de força a cultura da terra.¹²⁹

Essa nova tentativa de desenvolver o comércio do sul da província iria impulsionar a população ao trabalho. Mas, como se justifica as tentativas de estender a

¹²⁸ In: NUPEM. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí em que o presidente Adolpho Lamenha Lins passou a administração da província do Piauí a Gervásio Cícero de Albuquerque Mello, Impresso na Typ. Provincial, Theresina 01 de Junho de 1874. p. 20

¹²⁹In: NUPEM. Relatório com que o presidente José Mariano Lustosa do Amaral passou a administração da província do Piauí a Firmino de Souza Martins, Impresso na Typ. Provincial, Theresina 18 de Março de 1878. p.15

navegação a lugares que não tivesse já iniciado uma forma de trabalho? Essa forma de expressar pode ser associada ao trabalho livre desenvolvido contrário a aceitação da elite política do sul do Piauí.

Essas tentativas de viagens nos revelam a contradição auferida pelo governo, pois evidenciamos duplos objetivos relacionados ao desenvolvimento/privilégios por meio das primeiras tentativas de navegação a vapor. O jornal “A Época” anuncia, na edição 54 de 1879, que o vapor conselheiro Junqueira estava acertado como uma embarcação à disposição do vice-presidente liberal José mariano Lustosa do Amaral, que se deslocaria para a sua residência em Parnaguá.

É demonstrada a indignação pelo editor Simplicio Coelho de Resende em vista da remoção do vice-presidente José Mariano Lustosa do Amaral, substituindo no cargo o Liberal Firmino de Sousa Martins, mais ainda pela decisão da companhia de ficarem as despesas da viagem por conta do vice-presidente Amaral, pois se tratava de uma viagem de experiência até a vila de Santa Filomena e não a intenção solícita de disponibilizar o transporte ao vice-presidente, que foi removido do cargo.

Partiu para Santa Filomena, o Excl. Sr. desembargador Amaral abordo do vapor Junqueira mandado pela companhia de navegação[...] Do amarante primeiro ponto d’escala até a colônia são Pedro de Alcântara, o trajeto foi péssimo por muitas vezes houve a necessidade de consertar a máquina a vapor; [...] E vai rio acima, sulcando as águas de nossas principais artéria, bordo de péssimo calhambeque, com alguns passageiros e **várias famílias de emigrantes que conduz**, a fim de dar-lhes trabalho colonizando-os no termo de Parnaguá¹³⁰

Notemos os fins que deveriam atingir com essa viagem de 1879, não seria mais uma viagem de experiência para o desenvolvimento do comércio? Ou essa embarcação não estaria à disposição do deslocamento do vice-presidente José Mariano Lustosa do Amaral, destituído da vice-presidência, que por ventura teve sérios desconfortos em paragem para a realização dos reparos no vapor? O que várias famílias de emigrantes estavam fazendo a bordo?

Essa viagem revelou vários desdobramentos a partir do cruzamento das informações do jornal conservador “A época”, e de discursos dos relatórios sobre sua real função a ser cumprida. Entre as situações descritas, ao invés da viagem de exploração serviu

¹³⁰ Jornal “A Época” O regresso do EXC. Sr. Desembargado Amaral N° 54. Teresina 12 abril de 1879. P. 04 Disponível na Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 23 de Setembro de 2015.

também para transportar famílias de emigrantes no período da seca. A propósito, um ano antes dessa viagem, o ofício enviado pelo juiz de Santa Filomena, em 1878, atesta o envio de famílias para as matas do Grajaú, na província do Maranhão.

A comissão ultimamente nomeada para estudar um meio para sanar ao menos em parte os efeitos deste terrível flagelo, deo um parecer no sentido de **serem transportados para as matas do Grajahu província do Maranhão, os emigrantes dando-lhes o governo o transporte**, com o que mostrou pouco patriotismo, falta de humanidade, entregando este povo as terríveis intermitentes¹³¹

As embarcações a vapor acabaram sendo imprevisíveis sobre as funções que deveria atingir ao sulcar as águas que percorrem ao longo do Rio Parnaíba, levando a lugares desconhecidos, homens e mulheres em condições onde não eram dispensados desconforto em diversas paragens. As embarcações a vapor no período de análise não passaram de ensaios de navegação, servindo ora na disposição de deslocamentos de políticos, ora na dispensa de emigrantes que foram acolhidos no interior e lá permanecidos se encontrassem conveniência na questão do trabalho.

No entanto essa viagem empreendida em Abril de 1879, só veio a explorar os caminhos até Santa Filomena, em Setembro do mesmo ano, não sendo possível a sua chegada devido ao naufrágio, de acordo com o anunciado do juiz da vila, em resposta ao presidente Manoel Idelfonso de Sousa Lima, em 1880, “que ficou completamente inutilizado por causa da grande quantidade de sal que vinha no referido vapor”¹³². Também foram dirigidas a notícia do naufrágio ao presidente João Pedro Belford Vieira, por parte da gerência da companhia de navegação a vapor:

Em viagem de experiência, mas infelizmente não pode realizar por que ao transpor a cachoeira da boa esperança naufragou sobre umas pedras. Que lhes causaram diversos rombos, por onde as águas entraram com toda abundância [...] a companhia tem um estabelecimento de fundição montado de modo aos trabalhos não só de construção e concertos de seus barcos a prestar-lhe para como de quaisquer barcos e particulares. [...] estando a findar o prazo e o privilégio da navegação concedida pelos governos, a companhia mandou antecipadamente pedir [...] prorrogação por mais 20 anos desse privilégio.¹³³

¹³¹ APEPI. Ofício enviado pelo Juiz Elpídio José de Carvalho e Sousa ao presidente Sancho de Barros Pimentel Caixa 182. Ano 1878. Série município, Sub série Santa Filomena.

¹³² APEPI. Ofício enviado pelo Juiz Elpídio José de Carvalho e Sousa ao presidente Manoel Idelfonso de Sousa Lima. Ano 1880. Série município, Sub série Santa Filomena.

¹³³ In: NUPEM. Relatório enviado pelo gerente João de Castro Lima e Almeida da companhia de navegação a vapor no rio Parnaíba ao presidente Joao Pedro Belford Vieira. Impresso na Typ. Provincial, Theresina 17 de setembro de 1879 .p.03

Só foram noticiados os entraves que dificultava estender a viagem até a vila, como também avisando que “a companhia tenha um estabelecimento de fundição montado só de construção e concertos”, como também informando que a viagem iria ser prorrogada, pois o contrato do governo imperial com a companhia estava por terminar. Mais uma vez faltando comprometimento, por que não reuniram esforços, providenciaram o conserto e seguiram novamente, antes do término do contrato?

As medidas a serem adotadas pelo governo que facilitaria a chegada da navegação no sul do Piauí foram sugeridas nas palavras do juiz José Elpídio de Carvalho e Sousa desde 1878, como se verifica no seguinte manuscrito:

Constituídas as colônias, e os colonos plantados suas roças que não precisaria de cercas como já disse, nem de serem [...] vigiadas dos animais, **os empregaria na limpeza do Parnaíba e seus afluentes, [...] estabelecia a navegação por ter cessado os empecilhos**, apareceria sem dúvida o melhoramento **desta comarca, por que o povo animava-se e dedicava-se com forças ao trabalho pela facilidade da exportação e importação dos gêneros**, o comércio e indústria tomaria ou teria incremento, e por este meio os dinheiros públicos [...] Seria [...] melhor aproveitamento, do que os taes núcleos.¹³⁴ (grifos meus)

Na passagem da seca, o juiz da vila propôs que o governo custeasse as despesas dos emigrantes por meio dos socorros públicos, no intuito de ser aproveitada a mão-de-obra dos emigrantes no interior no trabalho da limpeza dos canais mais difíceis do Rio Parnaíba, por onde deveriam circular os vapores. Não podemos afirmar se a limpeza do rio foi realizada através do trabalho desses emigrantes, mas como as fontes mostram, a emigração para o alto Parnaíba, disponibilizando recursos através da comissão de socorros, não descartamos essa empreitada por muitos desses emigrantes.

Em 1881 continuou as solicitações dos governantes liberais e conservadores ao governo imperial para continuar as viagens de navegação a vapor no alto Parnaíba, relatando a importância daquelas paragens, “onde as fertilidades das terras de lavouras prometem ao trabalho larga recompensa, no dia que os seus produtos tiverem transportes”¹³⁵

Essas solicitações vieram a ser atendidas em 1882, pelo governo Imperial na disponibilização de recursos, que permitiram pela primeira vez a chegada do vapor

¹³⁴ APEPI. Ofício enviado pelo Juiz de Direito Elpídio José de Carvalho Sousa ao Presidente Sancho de Barros Pimentel Caixa 182. Ano 1878 Série município, Sub série Santa Filomena.

¹³⁵ In: NUPEM. Relatório com que o presidente Sinval Odorico de Moura, passou a administração da província do Piauí a Manoel Idelfonso de Sousa Lima. Impresso na Typografia provincial, Teresina 31 de Dezembro de 1881. p.44

conselheiro Junqueira até a Vila. Sobre esse acontecimento histórico na pequena vila, o mesmo ganhou notoriedade tanto pelos editores do jornal “A época”, através do Juíz Elpídio José de Carvalho Sousa, como também pelo professor primário Pedro Avelino de Freitas, de Santa Filomena, nas páginas do Jornal “A imprensa”. Em um primeiro momento, o magistrado dirige uma carta a Simplício Coelho de Resende, com notícias que deveriam ser publicadas no periódico conservador.

O Dr. Elpídio José de Carvalho e Souza, digno juiz de direito d’quela comarca, [...] endereçou-nos a seguinte carta, cujo conteúdo deixa ver a importância dada a circunstância de ser praticável a navegação do Parnahiba até aquelle extremo ponto da província: “Meu caro Simplício Resende. No dia 22 do mês findo pelas 9 horas da manhã, aqui ancorou o <Junqueira > comandante Joao R, Martins aquém sem dúvida alguma cabe hoje a muita glória pela realização da viagem de experiência até esta villa, duas vezes tentadas e em ambas malogradas [...] A navegação do Parnahiba por tanto até este ponto e hoje um facto consumado e a sua continuação d’ora em diante depende somente da **vontade e patriotismo da companhia**, que deverá mandar construir para isso vapores com caldo de 2 ½ a 3 palmos destinados a navegação dessa cidade a esta villa **tanto no inverno como na secca**. O <Junqueira > **não é próprio à navegação até este lugar**, por demanda muita água, mas em falta de outros poderá ele fazer a esta villa três viagens na estação do inverno partindo dessa nos meses de Novembro, Janeiro e Março. Grande foi a minha satisfação de ver realizada a navegação do Parnahiba até este ponto, por quanto **desde que aqui resido, tenho por ella clamado ao governo demonstrando pela imprensa a praticabilidade da mesma**. [...] Se transcreveres na *época* esta breve notícia faras obséquio ao teu colega e amigo certo. E. de Carvalho. 12 de Março de 1882”. Annuciam os jornais da corte a vinda de um engenheiro hydraulico imcubido da desobstrução das cachoeiras do Parnahiba existentes do percurso d’aqui a Santa Philomena. Deus queira que não fique em annuncios tal vinda [...] **Se o interesse de meia dúzia, que monopoliza a companhia do vapor do rio Parnahiba, sobrepujasse o do maior número nós já teríamos estrada de ferro de Caxias a esta cidade, estando estabelecida a navegação regular e constante ao sul da província pelo rio Parnahiba**. Infelizmente o visconde de Paranaguá conserva esta colônia segregada completamente do mundo civilizado, [...], evitando assim penetre nos seus estados os lampejos do progresso material que criam amor ao trabalho [...].¹³⁶

O magistrado, inicialmente, exalta os serviços do comandante desta tarefa que demonstrou a prática da navegabilidade, mesmo em um vapor que não fosse apropriado em períodos de estações secas, almejando que a companhia investisse na aquisição de vapores para regularizar as viagens em todas as estações até a vila, pois informa que vem tentando, há muito tempo, através da imprensa, demonstrar a necessidade de navegabilidade até aquela região.

¹³⁶ Jornal “A Época” “A navegação do Parnaíba” Nº 198. Teresina. 24 de Março 1882. p.01 Disponível na Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 23 de Setembro de 2015.

Elpídio José de Carvalho e Sousa foi deputado, membro do partido conservador em 1870, por causa de conveniências familiares, por ter formação em direito, fora lhe concedido um cargo público de juiz na Vila de Santa Filomena, em 1878, permanecendo até 1883. As disputas de oposição partidária entram em cena quando o magistrado fala que a navegação só dependerá do patriotismo da companhia, não mencionando o governo, porque desde 1878 a presidência foi assumida por membros ligados ao partido liberal que não eram piauienses.¹³⁷

Na mesma matéria, o redator Simplício Coelho de Rezende culpa o liberal João Lustosa Cunha Parnaguá como responsável por não ser estendida a navegação de transporte fluvial a vapor até Santa Filomena, como também ilustra que as notícias divulgadas pelos grupos do partido liberal sobre as medidas de execução para desobstrução das cachoeiras até Santa Filomena, continuariam sendo restritas ao papel.

Em um segundo momento, tivemos o acesso às publicações nas folhas do Jornal “A imprensa”, do professor Pedro Avellino de Freitas, que diverge da publicação do juiz:

Sendo eu um dos habitantes desta localidade, e desejando o seu progresso venho a coluna da Imprensa a dar uma pequena demonstração de sentimentos a esse respeito, sendo impellido pelo prazer que experimento n’esta ocasião em que se acha fundiado ao porto desta villa o vapor Junqueira cuja chegada teve lugar no dia 22 do pretérito, pelas 9 horas da manha. [...] **Em verdade teve um auxiliar que muito influiu para que chegasse aos fins almejados, que foi haver encontrado um guia o agricultor Joao Paulo das Neves, que desempenhou esse papel, fez assim um importante serviço ao comandante;** e ate mesmo a companhia, tornando-se assim ao meu vê **digno de muita recomendação pela prestabilidade nesta viagem.** Devo notar que do <emparedado> a esta villa ainda existe alguns empecilhos como se ha de ver da derrota do supradito comandante, q’ por isso deixo de mencioná-los aqui. **Toda- via serão superadas todas as dificuldades, desde que tiver a companhia vapores próprios para essa viagem,** como melhor informara o mesmo comandante, [...] Entretanto está hoje mais que provado a navegação até esta villa, assim como o desenvolvimento industrial deste lugar. Que há muito reclama que ella de efctue. De-vo tela fora de toda dúvida; pelo que já podemos todos congratular com a companhia e com o governo; **pois a medida ou execução é de tão alta importância quanto vantajosa a população da província, e com especialidade do alto Parnahyba.** S. Philomena, 06 de Março de 1882. Pedro Avellino de Freitas.¹³⁸ (grifos meus)

¹³⁷ RÊGO, Ana Regina. **Imprensa Piauiense: Atuação política no século XIX.** Teresina: Fundação Monsenhor Chaves 2001. p. 201

¹³⁸ Jornal “A imprensa” “A chegada do vapor Conselheiro Junqueira ao porto de S. Filomena” nº 727. Teresina 20 de Março de 1882. p. 03 Disponível na Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 23 de Setembro de 2015.

É satisfatório encontrarmos essa publicação como uma forma de conhecer um dos momentos que colocava a vila no centro das atenções, demonstrando que poderia contribuir para a província com mais afinco, com a chegada da navegação a vapor. Essa página demonstra, por parte do professor, o pertencimento daquela vila e da população do alto Parnaíba, como categoria de trabalhadores agricultores, pequenos produtores, com poucos recursos ou sem subsídio algum. O que diferenciou o professor dos demais trabalhadores foi entender que a escrita lhe resultaria possibilidade de ser ouvido sobre os anseios que beneficiariam a todos que ali viviam por isso as solicitações.

Voltemos à publicação do Jornal “A imprensa”. Essa nos revela uma das formas de apelação ao “direito do povo”, isso porque as notícias que circulavam nos meios oficiais foram demonstradas com inúmeras dificuldades à navegação regular, que só resultava no retardamento até aquela paragem. Com a chegada do primeiro vapor, seria o momento de anunciar que os habitantes que ali habitavam aguardavam a navegação regular de forma a ser “vantajosa à população da província, e com especialidade do alto Parnahyba”¹³⁹

Deve ser ressaltado que diferentemente do magistrado, esse “professor” direciona agradecimentos tanto ao presidente liberal Sinval Odorico de Moura e o deputado conservador Jose Basson de Miranda Osório Lima, por causa da perseverança em seguir com o vapor Junqueira pela terceira vez. Esse argumento pode ser explicado, pois obtivemos acesso em outro fragmento do jornal “A época”, no ano de 1883, com uma publicação do senhor Pedro Avellino de Freitas que se intitula como um professor¹⁴⁰ juntamente com outros, agradecendo Odorico de Carvalho Castelo Branco do partido conservador, por introduzir na instrução pública primária o ensino de aritmética nas escolas das províncias. Ao mesmo tempo, esse agradecimento é, na verdade, um pretexto em lembrar “suplicando que prossiga na gloriosa estrada entre Parnaguá e Santa Filomena”, que os mesmos tinham como projeto que não deixasse de realizar esse benefício antes anunciado para a província no Jornal “A Imprensa”, no ano de 1866¹⁴¹.

A publicação do juiz não é vista com clareza sobre qual o público que deveria ser atendido, pois a sua influência política possibilitaria benefícios para os seus bons negócios.

¹³⁹ Jornal “A imprensa” “A chegada do vapor Conselheiro Junqueira ao porto de S. Filomena” nº 727. Teresina 20 de Março de 1882. p. 03 Disponível na Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 23 de Setembro de 2015.

¹⁴⁰ Jornal “A Época” “Honra ao Mérito”. nº 278. Teresina 03 de Novembro de 1883. p.03 Disponível na Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 23 de Setembro de 2015.

¹⁴¹ Jornal “A imprensa” “Estrada de Parnaguá a Santa Philomena” nº 56. Teresina 18 de Agosto de 1866. p. 01 Disponível na Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 23 de Setembro de 2015.

Como permaneceu no cargo de juiz por mais de sete anos, acreditamos que tenha adquirido terras, então a comprovação mencionada na edição certamente não seria em nome da população da Vila.

Quanto à publicação do professor, é importante ressaltar as observações de Heloísa Cruz, ao demonstrar a inserção de diferentes seguimentos sociais no decorrer da disseminação da imprensa escrita no século XIX. “as redações e grupos de leitores passam a congregar além da elite masculina dos políticos doutores e literato, outros grupos sociais [...] e **outras camadas intermediárias letradas, professores, escritvães, [...]** - e também outros trabalhadores urbanos”.¹⁴²

A publicação em nome do professor Pedro Avellino de Freitas, nas edições dos jornais “A Época” e “A imprensa”, podem ser interpretadas como caráter de reivindicação, em primeiro lugar por fazerem parte de camadas intermediárias letradas que possuíam alguns recursos; em segundo lugar o seu conhecimento das desigualdades, sendo através da escrita culta que poderia expressar sua intenção, permitindo a aproximação da elite política, por ser o meio utilizado por esses em discutir os problemas socioeconômicos da província.

A escrita jornalística foi apropriada para que fossem discutidos diferentes assuntos entre os seus leitores, além da abertura de estradas, a navegação regular. Sobre essa questão no jornalismo do Piauí, permite observar as considerações de Heloísa Cruz:

A nascente indústria publicitária configura-se como uma poderosa alavanca no processo de popularização da imprensa no período. Os anúncios e os reclames passam a constituir parte característica e importante de um periódico.¹⁴³

No entanto, o professor via a publicação na matéria jornalística como necessária para demonstrar que a navegação tinha sido comprovada, como forma de rever as discussões nos jornais da década de 70 e 80, que afirmavam o impedimento da navegação até o alto Parnaíba, que acabava se voltando a não atender as solicitações de verbas para aquisição de vapores apropriados, ao ser comunicada uma nova viagem à companhia de navegação a vapor também não contribuía, pois logo advertiam que o contrato estaria por terminar, só iniciaria após a renovação do contrato direto com o império. As páginas oficiais dos relatórios e jornais foram repletas desses discursos, mesmo com a compreensão da importância de interligar a província entre as vias de Santa Filomena com outras províncias.

¹⁴²CRUZ, Heloísa de Faria: **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana 1890-1915 / Heloísa de Faria Cruz. - São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. p.55

¹⁴³ Ibidem. p. 97

O papel do professor pode ser considerado como representante dos trabalhadores que dependiam do rio “No momento em que a província passou a contar com a navegação a vapor condensou e intensificou o desejo de ingresso numa economia capitalista”¹⁴⁴ para firmar suas rotas e garantir suas atividades, verificamos que o professor foi um dos poucos que anunciou a participação direta de um trabalhador, conforme indicado no Jornal “A Imprensa”

Em verdade teve um auxiliar que muito influiu para que chegasse aos fins almejados, que foi haver encontrado um guia o agricultor Joao Paulo das Neves, que desempenhou esse papel, fez assim um importante serviço ao comandante; e até mesmo a companhia, tornando-se assim ao meu vê digno de muita recomendação pela prestabilidade nesta viagem.¹⁴⁵

Assim, o agricultor contribuiu em guiar o comandante nos espaços há muito tempo já navegáveis. Através dessa escrita jornalística, evidenciamos que os trabalhadores, por não fazerem parte do ciclo das comunicações escritas, não foram ausentes nesse processo de tentativas de navegação. Na verdade, estiveram presente e contribuindo até mesmo para a chegada efetiva da primeira navegação a vapor que veio a ancorar nas margens da Vila no século XIX.

As decisões políticas em não concretizar a navegação, entre um dos motivos, são justificadas por ser no interior, pois o esforço para conseguir benefícios sempre partira do local que iriam lhes render benefícios, que seria a Capital. Por mais que fossem para o progresso da província, sempre houve impedimentos por parte dos grupos políticos, seja pela localização a ser beneficiada, ou mesmo o grupo opositor.

Portanto, a forma encontrada de rever os direitos negados por conflitos entre grupos políticos foram demonstradas através de publicações que representavam as necessidades que beneficiariam a coletividade, através de um professor, com seu conhecimento e compromisso como representante de uma coletividade. No entanto, verifiquemos de uma extremidade a outra a influência de professores em situações de interesses conflitantes no interior da província.

Enquanto o professor José Ribeiro de Brito, da Vila de Jaicós, queria que fosse reavaliada a sua transferência para o interior do sul da província, recorrendo às autoridades

¹⁴⁴ GANDARA, Gecinair Silvério. Op. Cit., p.158

¹⁴⁵ Jornal “A Imprensa” “A chegada do Vapor Conselheiro Junqueira no Porto de S. Filomena. nº 727. Teresina 20 de Abril de 1882. P.03. Disponível na Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 03 de Setembro de 2015.

políticas do partido conservador, no intuito de haver a intervenção a seu favor, onde continuaria lecionando na Vila de Jaicós. Nesta mesma solicitação de interferência, o professor Pedro Avelino de Freitas, presenciando o trabalho realizado na vila, reivindica indo até os jornais, ora conservadores, ora liberais, para que fossem atendidas as solicitações de desenvolvimento, que seria a chegada da navegação a vapor para os trabalhadores que há tanto tempo “reclamavam” para que fosse contemplada essa parte do interior da província que, continuava insistentemente não sendo atendidas, mesmo sendo reconhecida a ligação constante do comércio com outras províncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se designou a abordar o trabalho livre no extremo sul da província do Piauí, na Vila de Santa Filomena, no período que corresponde aos anos de 1878 a 1888.

Dando início a esta pesquisa, indagamos: por que tanta desvalorização auferida a região da vila e suas gentes? Levando em consideração os fatores no tempo e no espaço que viviam a sociedade da província do Piauí, com discursos políticos repletos de articulações para o progresso no Piauí, a nossa preocupação voltou-se para o conhecimento mais vagar do trabalho na realidade daquela época que era visto como “diminuto”.

Com isso, levantamos a problemática de como se manteve o trabalho livre, visto como mais um agravante a ser solucionado pelos grupos que administrava a província? O ritmo da pesquisa se delineou por meio das leituras bibliográficas e de perguntas em diferentes documentos manuscritos, sobretudo, aqueles que continham indícios diretos dos sujeitos que estávamos a investigar.

A intencionalidade dos discursos induzidos pelas elites, em um primeiro momento, dá a impressão que a Vila de Santa Filomena é um lugar sem contribuição alguma para o Piauí, relacionando a distância do acesso a capital e a ausência da contribuição pretendida do trabalho livre. Essas questões foram resultantes para que os projetos políticos fossem ineficazes para o desenvolvimento socioeconômico no decorrer da segunda metade do século XIX.

O cruzamento de fontes se torna indispensável ao conhecimento da fluidez social que emergia na Vila. Além da emigração para essa região, o recenseamento nos possibilita contrapor os registros oficiais, pois existia um número significativo de habitantes na década de 70, que não esperava subsídios advindos do império, uma vez que “a população trabalhadora [...] não planejam sua “carreira”, [...] Assim as oportunidades são aproveitadas à medida que surgem.”¹⁴⁶ Ressaltamos que as “oportunidades”, vistas como ocupações, eram aceitas, se favorecessem a condição de livre.

Os discursos procuravam minimizar a presença de homens livres e escravos, que faziam parte daquela vila. Exceto em momentos que exigia o registro em números como o fundo emancipatório exigido pelo império, de forma a serem realizados de forma cautelosa, certamente, pois o desempenho garantiria o rendimento de lucros.

¹⁴⁶ THOMPSON. Edward Palmer. Op. cit., ps.21,22

Após o cruzamento de fontes, observamos as contradições uma vez que os discursos oficiais atestam a desvalorização da região, e em outros apresentam a vila como um lugar que “depende o futuro do comércio e da indústria da província”.

Compreendemos se essa região veio a ser denominada pela elite como região promissora que reservava um futuro para a província e por que o histórico da região relacionado ao trabalho já era desenvolvido antes mesmo do período em estudo, pois a visibilidade para a implantação da navegação não se daria de um verdadeiro “boom”, de um ponto que não se atestassem práticas viáveis de trabalhos já desenvolvidas.

Em um segundo momento de intenção que compete ao olhar do historiador em dar a conhecer o que não está transparente nos registros oficiais, o que podemos compartilhar de novo de discursos que foram tão bem disseminados ao longo da história do Piauí?

As leituras que realizamos com base nas fontes afirmam que a distância anunciada era um agravante para elite, em comparação aos pobres, mesmo com limitação de recursos próprios da época, há muito tempo haviam sido superadas, não sendo impedimento para que o trabalho ocorresse de forma intensa em Santa Filomena, pois a localização favorecia a concentração de sítios produtores de alimentos, como também por ser próximo de províncias limítrofes como Tocantins, Goiás, Maranhão, favorecendo a circulação de mercadorias no Piauí através de pequenas embarcações.

Enquanto à desvalorização enfática da elite latifundiária é por que o trabalho que era desenvolvido só compensava em parte através da contratação do trabalho livre em suas fazendas, pois a circulação das mercadorias não lhes favorecia diretamente vantagens econômicas por fazer parte de um círculo entre relações constituídas de forma coletiva com diferentes sujeitos que dependiam da produção ou no transporte ao longo do século XIX, a sua importância veio a ser reconhecida pela elite, através da visibilidade das rotas interprovincial percorridas há muito tempo pelos pobres.

Após ter percorrido alguns caminhos do trabalho livre na Vila de Santa Filomena na segunda metade do século XIX, podemos contar um pouco da História do trabalho diário que empreendia o agricultor “João Paulo das Neves” e muitos outros homens livres ao longo da Vila de Santa Filomena e das margens do Rio Parnaíba que contribuíram para o reconhecimento da Vila na província, e para a história do Piauí na época Imperial.

FONTES

Fontes impressas

a) Periódicos (Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>.)

- Jornais (microfilmados)

A Época 1878 a 1889 (Piauí)

A imprensa 1865 a 1889 (Piauí)

Fontes manuscritas

b) Arquivo Público do estado do Piauí (APEPI)

* Livro de registro

PIAUI. Livro da comissão de Socorros Públicos Ano. 1879. 1 Seccão N° 11. Cod. 579. Est. 05 Prat. 02

PIAUI. Registro Eclesiástico de terras. N° 012. Do termo de Parnaguá 1856.

* Instrumentos de pesquisa (documentos avulsos) Série município, Sub série Santa Filomena

CAIXA 182. Ofício enviado pelo Juiz de direito ao Presidente da Província Emigdio Adolpho Victorio da Costa. Ano 1884

CAIXA 182. Ofício enviado pelo Presidente da câmara municipal Cícero Lustosa da Cunha ao Presidente da província Francisco Jose viveiros de Castro. Ano 1887.

CAIXA 182. Ofício enviado pelo Juiz de Direito Elpídio José de Carvalho Sousa ao Presidente Sancho de Barros Pimentel Ano 1878,

CAIXA 182. Ofício enviado pela Secretaria do Governo do Piauí pelo chefe da 2ª seccão. Antônio Chaves Ferreira. Ano 1887.

CAIXA 182. Ofício enviado pelo Juiz de Direito José de Azevedo e Silva ao Presidente Emigdio Adolpho Victorio da Costa. Ano 1884.

CAIXA 182. Ofício enviado pelo Juiz de Direito Elpídio José de Carvalho Sousa ao Vice - Presidente Manoel Idelfonso de Souza. Ano 1880.

CAIXA 182. Ofício enviado pelo Juiz municipal Jose Lustosa da Cunha ao presidente Sancho de Barros Pimentel. Ano 1878. Caixa 182. Série município, Sub série Santa Filomena.

CAIXA 182. Ofício enviado pelo Juiz de Direito de Santa Filomena Elpídio José de Carvalho e Souza enviou para o presidente Graciliano de Paula Batista. Ano 1877.

CAIXA 182. Ofício enviado pelo juiz de direito da comarca de Santa Filomena Raimundo Fortalêsa ao presidente Jose Francisco Viscimo de Castro. Ano. 1888.

Núcleo de pesquisa histórica e memória da UFPI – NUPEM

c) Relatórios e Falas dos presidentes da Província (Microfilmados)

Todos os relatórios provinciais consultados para esta pesquisa são pertencentes ao Center for Research Libraries, da Universidade de Chicago/EUA. Site: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>.

PIAUÍ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí em que o presidente Adolpho Lamenha Lins passou a administração da província do Piauí ao Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Mello, Impresso na Typ. Provincial, Teresina 01 de Junho de 1874.

PIAUÍ. Relatório da comissão encarregada da liquidação das contas da comissão de melhoramentos do Rio Parnaíba do engenheiro civil Narciso Pereira da Silva Santos. Ao presidente Antônio Jasem de Mattos Pereira Impresso na Typ. Provincial, Teresina 05 de Maio de 1887.

PIAUÍ. Relatório em que o presidente João Pedro Belford Viera passou a administração da província do Piauí a Manoel Idelfonso de Sousa Lima. Impresso na Typ. Provincial, Teresina 11 de Dezembro de 1879.

PIAUÍ. Relatório em que o presidente José Mariano Lustosa do Amaral passou a administração da província do Piauí ao Dr. Firmino de Souza Martins. Impresso na Typ. Provincial. Teresina 18 de Março de 1878.

PIAUÍ. Relatório enviado pelo gerente João de Castro Lima e Almeida da companhia de navegação a vapor no rio Parnaíba ao presidente Joao Pedro Belford Vieira. Impresso na Typ. Provincial, Teresina 17 de setembro de 1879.

PIAUÍ. Relatório com que o presidente Sinval Odorico de Moura, passou a administração da província do Piauí a Manoel Idelfonso de Sousa Lima. Impresso na Typografia provincial, Teresina 31 de Dezembro de 1881.

Fallas:

PIAUÍ. Falla com que o presidente Francisco José Viveiros de Castro abriu a 1ª sessão 27ª legislativa da assembleia provincial Impresso na Typ. Provincial. Teresina dia 02 de Junho de 1888.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e Pobreza: A magia da Sobrevivência em Teresina** EDUFPI, 2010.

_____. **O poder e a seca de 1877-1879 no Piauí.** Teresina 1991.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas:** A urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. Dissertação de mestrado, São Paulo. 2012.

BARBOSA, Edson Holanda Lima. **A Hidra cearense.** Rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884) Tese de doutorado, São Paulo. 2013.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **A Elite Colonial Piauiense:** Família e poder. 2ª ed., Recife. 2002.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta:** periodismo e vida urbana 1890-1915 / Heloísa de Faria Cruz. - São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

COSTA FILHO, Alcebíades. Atividades Econômicas e sociedade. In. **A escola do SERTÃO:** ensino e sociedade no Piauí (1850-1889). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Povoamento e despovoamento do Piauí** In: Vainfas, Ronaldo; Nascimento, Francisco Alcides do. História e Historiografia. Recife Bagaço, 2006.

DODT, Gustavo Luís Guilherme. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi:** ED: Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1939.

FONSECA, Rodrigo Gerolineto. **A pedra e o Palio:** Relações sociais e culturais na capitania do Piauí no século XVIII. Dissertação de mestrado/UFPI/CCHL, Teresina. 2010.

FRAGOSO, João Luís. A região Centro-Oeste: Pecuária extensiva, agricultura de alimentos e formas de trabalho livre não – assalariado. In: LINHARES, Maria Yedda Linhares (Org.) **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2ª ed. 1990.

GANDARA, Gecinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira. 2008. 397 f.** 2008. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1661>.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues **As secas na Bahia no século XIX.** Sociedade e Política. Dissertação de mestrado, Bahia. 2000.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 34, p. 157-186, 2004.

LEFEBVRE, Georges. **O grande medo de 1789.** Rio de Janeiro: Campus 1979.

LIMA, Raimundo Nonato Souza. **Vareiros do Rio Parnaíba & Outras Histórias.** Fundação Cultural do Piauí 1986.

MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média.** Rio de Janeiro, Campus. 1989.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder.** Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro 1998.

MOTT, Luiz. R.B. Piauí Colonial: **População, economia, e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

MOURA, Denise Aparecida S.de Carvalho. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de publicação UNICAMP. 1998.

NEVES, Frederico de Castro Neves. **A multidão e a História**: Saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro 2000.

NUNES, Djalma José. **A cidade e o rio**: A navegação fluvial e o extrativismo vegetal na organização do espaço de Floriano-PI (1890 – 1950). Tese de doutorado em Geografia, Belo Horizonte 2013.

NUNES. Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.

RÊGO, Ana Regina. **Imprensa Piauiense**: Atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves 2001.

SAMARA, Eni Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira. **História & Documento e metodologia de pesquisa** 2ª ed. Belo Horizonte. Autêntica. 2010.

SANTOS, Iala de Moura. **Entre colônias, guerras e promessas na província do Piauí**: A implantação de colônias civis e militares na província do Piauí no Pós – guerra do Paraguai (1870-1888) (Trabalho de Monografia) Universidade Federal do Piauí 2014.

SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Organizadores); Tanísio Vieira [et Al.]. **Seca**. 1º ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: Estudo sobre a Cultura Popular. São Paulo: Companhia das Letras 1998.

Artigos

DANTAS, Paulo Roberto de Carvalho. **A Desescravização da Província do Piauí e o Fundo de Emancipação**: um estudo do caso da vila de Valença. In: OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de; SOUZA, Ítalo Cristiano Silva e. (Org.). Olhares de Clío: cenários, sujeitos e experiências históricas. 1 ed.Teresina: EDUFPI, 2013, v. 1.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia**. Estudos Sociedade e Agricultura, 2013. Disponível em <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/108>. Acesso em 10/03/2015.

LINHARES, Maria Leite Yedda. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). In: **Tempo: Revista do Departamento de História da UFF**. Volume 2, N. 1, Dez. 1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf>. Acesso em: 02 março de 2015.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. O Estado Imperial brasileiro e o recrutamento militar na província do Piauí (1850-1880). In: **XII Simpósio de História da Pós- Graduação em História do Brasil**, 1., 2015. Teresina. *Anais*. Teresina: Universidade Federal do Piauí 2015. 1 CD.

MOTT, Luiz. **Descrição da capitania de São José do Piauí, 1772**. In: **Revista de História, São Paulo, n. 112, 1977**. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/64374/67044. Acesso em 04 Agosto de 2015.

a) Revista do IHGB

PEREIRA D'ALENCASTRE, José Martins. **Memória, Chronologica, Histórica e Corographica da província do Piahy**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XX, 1º Trimestre de 1857.

Roteiro do Maranhão e Goiás pela Capitania do Piauí. (Anônimo) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXII, Parte 1, 1900.

b) Sites

Paranaguá, João Lustosa da Cunha, Marquês de, 1821-1912. Marquês de Paranaguá / ensaio biográfico de Chico Castro. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009. p. 16 Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2282>. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

Mapas:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico>. Acesso em 23/12/2014.

<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/piaui/relatorios/174.pdf>

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925_3.

Recenseamento de 1872:

http://biblioteca.ibge.gov.br/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio1872.pdf. Acesso em 23 de Janeiro de 2015.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

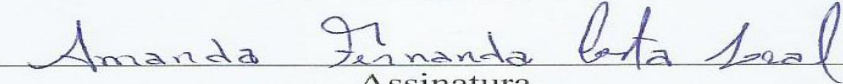
Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(x) Monografia
() Artigo

Eu, Amanda Fernanda Costa Leal, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação Trabalho e Migração: A Vila de Santa Filomena na segunda metade do século XIX de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 03 de Março de 2016


Assinatura


Assinatura